



Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Departamento de História

A cultura dos dois lados do Atlântico
Um olhar sobre as relações culturais luso-brasileiras entre 1945 e 1953

Rosa Ana Santos Rocha Pato

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História
Moderna e Contemporânea, especialidade de Relações Internacionais

Orientadora:
Doutora Ana Mónica Fonseca
Professora Auxiliar Convidada, Departamento de História, ISCTE-IUL

Outubro, 2017

Agradecimentos

Começo por agradecer aos funcionários da Torre do Tombo e da Biblioteca Nacional de Portugal, sempre tão solícitos em todas as minhas idas para pesquisa de fontes. Um agradecimento em particular a todos os presentes, tanto no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros como na Biblioteca, local onde passei mais tempo durante a fase de pesquisa de fontes, e que me receberam sempre como se estivesse em casa, não se cansando de responder às minhas questões e auxiliando-me sempre que era necessário. Obrigada por me tratarem como a “vossa menina”.

A todo o pessoal docente e não-docente do ISCTE-IUL, uma palavra de apreço pelos últimos cinco anos. Ao professor Francisco Martinho e ao professor Jorge Ferreira, que mesmo não fazendo parte do corpo docente da minha faculdade, se disponibilizaram, com rapidez, a responder a questões essenciais para a realização de um dos capítulos desta dissertação.

Agradeço, também, a todos os colegas que embarcaram comigo na aventura de fazer uma dissertação e com os quais dividi tempo, dúvidas e anseios. Em especial à Rita, porque mesmo com tudo o que tínhamos para fazer, íamos percebendo que estávamos a trilhar os mesmos caminhos de incertezas e hesitações. Um agradecimento importante a todos os meus amigos que não sabem o que é escrever uma dissertação, mas que viveram de perto o que foi escrever a minha. Por nunca me faltarem com as palavras de apoio e conversas, que, sem saber, me ajudaram sempre a organizar ideias e rever apontamentos importantes.

Um agradecimento profundo à minha orientadora, Prof. Ana Mónica Fonseca, por me ter deixado desbravar o meu caminho sem nunca me deixar de guiar, pelo incentivo e certeza constantes que eu era capaz. Por se tornar, tantas vezes, na luz no fundo do túnel. Não teria chegado até aqui de outra maneira.

Por último, mas sempre em primeiro, um sentido muito obrigada à minha família. Pela dedicação e incentivo constante, pelas perguntas carinhosas e por não deixarem de acreditar que esta dissertação chegaria a bom porto. Pais, por me ensinarem todos os dias que temos que trabalhar com afinco para chegarmos onde queremos chegar e por me mostrarem, desde tenra idade, que conhecimento é poder e que ler nunca é em vão. À minha mãe, em especial, por ser tantas vezes os meus segundos olhos e por aguentar todos os meus momentos de frustração ao longo destes meses.

Resumo

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo analisar as relações culturais luso-brasileiras, entre o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e o Tratado de Amizade e Consulta, assinado entre Portugal e Brasil em 1953.

Aproveitando as bases lançadas durante a vigência do regime estado-novista brasileiro, nomeadamente o Acordo Cultural de 1941, as relações culturais entre Portugal e o Brasil pautaram-se por diversas dimensões. A revista *Atlântico*, fundada através do acordo de 1941, manteve a sua existência até 1950, sendo aqui analisada entre 1946 e 1950. Por outro lado, a questão ortográfica, igualmente analisada na dissertação, foi alvo de sucessivos acordos entre os dois países. Outro aspeto essencial foi o Acordo de Cooperação Intelectual de 1948, assinado já no governo de Dutra, naquele que terá sido o período de maior arrefecimento das relações luso-brasileiras, como fica comprovado pela interrupção das negociações do Acordo Ortográfico de 1945. A assinatura do Tratado de Amizade e Consulta, que consagra a comunidade luso-brasileira, terá sido o ponto alto nas relações entre Portugal e o Brasil no período escolhido nesta dissertação. Em geral, a análise revela que as relações culturais luso-brasileiras no imediato pós-Segunda Guerra Mundial tiveram vários graus de intensidade, correspondendo à importância que lhes era dada pelos governos de Lisboa e do Rio de Janeiro.

As fontes primárias utilizadas nesta dissertação foram a documentação da Torre do Tombo e do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foi, também, utilizada a Biblioteca Nacional, onde existem os números da revista *Atlântico* explorados nesta dissertação.

Palavras chave: Brasil, Portugal, Estado Novo, democratização, relações culturais

Abstract

This dissertation aims to analyze the Portuguese-Brazilian cultural relations between the end of World War II in 1945 and the Treaty of Friendship and Consultation signed between Portugal and Brazil in 1953.

Taking advantage of the bases launched during the validity of the Brazilian regime, namely the Cultural Agreement of 1941, cultural relations between Portugal and Brazil ranged in several dimensions. The *Atlântico* magazine, founded through the agreement of 1941, maintained its existence until 1950, being analyzed here between 1946 and 1950. On the other hand, the orthographic question, also analyzed in this dissertation, was the subject of successive agreements between the two countries. Another essential aspect was the Agreement on Intellectual Cooperation of 1948, signed already in Dutra's government, in what would have been the period of greatest cooling of Luso-Brazilian relations, as evidenced by the interruption of the negotiations of the 1945 Orthographic Agreement. Treaty of Friendship and Consultation, which enshrines the Portuguese-Brazilian community, will have been the high point in the relations between Portugal and Brazil during the period chosen in this dissertation. In general, the analysis reveals that Portuguese-Brazilian cultural relations in the immediate post-Second World War had varying degrees of intensity, corresponding to the importance given to them by the governments of Lisbon and Rio de Janeiro.

The primary sources used in this dissertation were the documentation of Torre do Tombo and the Historical-Diplomatic Archive of the Ministry of Foreign Affairs. The National Library, where are the numbers of the *Atlântico* magazine explored in this dissertation, was also used.

Key-words: Brazil, Portugal, “Estado Novo”, democratization, cultural relations

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
Estado da Arte	5
1. CAPÍTULO I: O Estado Novo de Salazar.....	13
2. CAPÍTULO II: O Estado Novo brasileiro e a democratização do Brasil.....	27
3. CAPÍTULO III: As relações culturais luso-brasileiras entre 1945 e 1953.....	43
3.1. O Acordo Ortográfico de 1945.....	50
3.2. Revista Atlântico – “Nova série” e 3ª série	63
3.3. Acordo de Cooperação Intelectual de 1948.....	77
3.4. O Tratado de Amizade e Consulta Luso-Brasileiro de 1953.....	82
CONCLUSÃO	96
BIBLIOGRAFIA E FONTES	103
Fontes de Arquivo	103
Legislação.....	103
Outras Fontes.....	103
Bibliografia.....	105
Curriculum Vitae.....	110

Glossário de siglas

AHD-MNE – Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
CTAP - Comissão Permanente para a Aplicação do Tratado de Amizade e Consulta com Portugal
D.F.S.P. - Departamento Federal de Segurança Pública
DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda
DNI – Departamento Nacional de Informações
DOPS - Departamento de Ordem Política
ECA - Economic Cooperation Administration
EUA – Estados Unidos da América
FNAT - Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho
LP – Legião Portuguesa
MP – Mocidade Portuguesa
MPF – Mocidade Portuguesa Feminina
NATO - Organização do Tratado do Atlântico Norte
OECE - Organização Europeia de Cooperação Económica
OMEN - Organização Nacional das Mães para a Educação Nacional
ONU – Organização das Nações Unidas
P.S.D. - Partido Social Democrático
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
SEIT - Secretaria de Estado da Informação e Turismo
SNI - Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo
SPN - Secretariado de Propaganda Nacional
STF - Supremo Tribunal Federal
U.D.N. - União Democrática Nacional
UEP - União Europeia de Pagamentos
UN - União Nacional
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

Durante o Estado Novo de Salazar, as relações externas portuguesas tinham por base três pilares essenciais: a defesa do império colonial português, a libertação da influência espanhola e a procura de apoio junto da Inglaterra e do Brasil.¹ Desta forma, o governo português assumiu uma posição de liderança e empenho para o fortalecimento das relações entre Portugal e o Brasil. Portugal classificava-se como “líder da civilização lusíada – composta pela união de Portugal, das suas colónias na Ásia, na África e o Brasil”. Esta posição portuguesa considerava-se de extrema importância para a manutenção do império colonial português.²

Apesar das diferenças entre Portugal e o Brasil, em termos de interesses, António da Silva Rego, historiador português, refere que “houve sempre um aspeto a respeito do qual não se podia deixar de se registar uniformidade: o cultural”.³ A partir de 1930, com a presidência brasileira de Getúlio Vargas, iniciou-se “uma época de grande aproximação entre Brasil e Portugal, mais propícia à negociação de acordos”.⁴ Getúlio Vargas foi Presidente do Brasil entre 1930 e 1945 e, mais tarde, novamente, entre 1951 e 1954. Este clima de aproximação prosperou, também, durante a presidência de Juscelino Kubitschek de Oliveira, entre 1956 e 1961.

Nos anos cinquenta, Salazar, Presidente do Conselho, referiu-se às relações entre Portugal e o Brasil afirmando que eram caracterizadas pela “exuberância das mensagens e modicidade dos atos políticos sérios”. Um dos objetivos do líder português, desde a sua chegada ao poder, era aproximar Portugal do Brasil, no entanto, encontrava-se “sentido” uma vez que não tinha conseguido obter o retorno das diferentes iniciativas lançadas para uma verdadeira aproximação entre Portugal e o Brasil.⁵

¹ Sobre Política Externa Portuguesa ver Teixeira, Nuno Severiano, “Entre a África e a Europa: A política externa portuguesa 1890-2000”, in Pinto, António Costa (coord.), (2005), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 87 – 116.

² Schiavon, Carmen G. Burget, (2007), *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*, Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História, p. 14.

³ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953)” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 111.

⁴ Magalhães, José Calvet de, “As relações Portugal-Brasil no século XX - Acordos e tratados: 1895-1952”, in Amado, Luiz Cervo e José Calvet de Magalhães, (2000), *Depois das caravelas - As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Edição do Instituto Camões, p. 214.

⁵ Pereira, Bernardo Futscher, (2017), “O Tratado de Amizade e Consulta com o Brasil” in *Crepúsculo do Colonialismo – A diplomacia do Estado Novo (1949-1961)*, Lisboa, D. Quixote, p. 79.

Esta dissertação de mestrado foca-se nas relações culturais luso-brasileiras, entre o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e o Tratado de Amizade e Consulta, assinado entre Portugal e o Brasil, em 1953. Este é o período menos explorado das relações culturais luso-brasileiras uma vez que se dá primazia ao período entre 1937 e 1945 e aos anos cinquenta. Neste sentido, procuramos com esta dissertação, contribuir para um melhor conhecimento das relações culturais entre os dois países.

De forma a clarificar e compreender este período das relações culturais luso-brasileiras tentar-se-ão abordar várias questões, tais como o papel dos instrumentos de propaganda dos regimes fascistas português e brasileiro, ainda nos anos quarenta e, a partir de 1945, as alterações na política externa portuguesa e brasileira que levaram às dificuldades nas negociações do Acordo Ortográfico de 1945 e à assinatura do Acordo de Cooperação Intelectual, em 1948, e do Tratado de Amizade e Consulta, em 1953.

Para atingir os objetivos propostos desenvolveu-se um amplo trabalho de investigação. As fontes primárias utilizadas foram, nomeadamente, a documentação existente no Arquivo de Oliveira Salazar e no Arquivo do SPN/SNI, depositados na Torre do Tombo, e a documentação do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sediado no Palácio das Necessidades de Lisboa. Para além destes dois arquivos foi utilizada a Biblioteca Nacional de Lisboa, local onde existem os números da revista *Atlântico* explorados nesta dissertação. Durante o século XX em Portugal, muitas revistas e jornais literários vão promovendo várias “realizações paralelas ou complementares de índole bastante diversa”, que colaboram no sentido da divulgação e produção da cultura nacional. A revista *Atlântico*, uma revista luso-brasileira, editada conjuntamente pelo Secretariado de Propaganda Nacional português e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Brasil, a partir de 1942, é uma novidade no leque de imprensa nacional. É de carácter oficial, afeta ao regime⁶, o que justifica a sua escolha como um dos objetos de análise para esta dissertação. Esta revista representa a cooperação cultural entre os dois regimes e, particularmente, entre o Secretariado de Propaganda Nacional e o Departamento de Imprensa e Propaganda do Brasil.

Apesar de esta dissertação ter como foco principal os anos após a Segunda Guerra Mundial, iniciamos a nossa análise no início da década de 1940, para melhor compreender o comportamento destes países durante a guerra e acompanhar a sua evolução durante o pós-guerra. De referir que foi durante os anos quarenta que as relações culturais entre Portugal e o

⁶ Rocha, Clara, (sem data), *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 61.

Brasil se intensificaram. A escolha deste período cronológico, 1945-1953, reflete, portanto, os anos em que as relações culturais luso-brasileiras apresentaram períodos de forte aproximação, através das Presidências de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek de Oliveira, referidos como amigos de Portugal, e um período de arrefecimento, aquando da Presidência de Eurico Gaspar Dutra, apesar da assinatura do Acordo de Cooperação Intelectual.

No primeiro capítulo e no segundo capítulo desta dissertação fazemos uma introdução aos dois regimes vigentes no período em Portugal e no Brasil, focando as suas fases iniciais e os seus líderes principais, mas alargando a nossa análise ao período do pós-guerra, a partir de 1945 e estendendo esta análise aos anos cinquenta. Entre 1945 e 1953, Portugal e o Brasil encontravam-se em fases diferentes da sua história.

No primeiro capítulo, exploramos o regime português. Portugal foi governado por António de Oliveira Salazar, entre 1932 e 1968. De 1968 até ao 25 de abril de 1974, Marcello Caetano assumiu o cargo de Presidente do Conselho. Os anos trinta foram os anos de consolidação interna do regime, onde foram lançadas as suas principais estruturas. A 11 de abril de 1933 foi promulgada a nova Constituição.⁷ Foi em setembro de 1933, que se criou o Secretariado de Propaganda Nacional - SPN -, um dos órgãos da Presidência do Conselho que reverenciava especialmente a “figura de Salazar e o programa ideológico e de atuação do Estado Novo”, responsável pela propaganda do regime.⁸ O período cronológico desta dissertação reflete o final do período áureo do Estado Novo português em termos culturais. Este foi iniciado nos anos 30 e culminou em meados de 1940, período onde a “Política do Espírito” e as orientações do SPN se vão introduzir em todas as vertentes da sociedade. Com a Segunda Guerra Mundial, iniciada no final dos anos trinta e terminada já nos anos quarenta, o regime de Salazar viveu a sua primeira crise. Esta trouxe novos desafios com efeitos “profundos e duradouros”.⁹ Durante o pós-guerra, entre 1945 e 1949, Portugal atravessou “um período de marginalização internacional e alguma indefinição na sua política externa”.¹⁰

⁷ Rosas, Fernando (coord.), (1994), “Da ditadura militar ao Estado Novo: a «longa marcha» de Salazar” in *História de Portugal – O Estado Novo*, volume VII, Lisboa, Editorial Estampa, p. 151.

⁸ Pinto, Rui Pedro, (2008), *Prémios do Espírito - Um estudo sobre Prémios Literários do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo*, Lisboa, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, p. 54.

⁹ Rosas, Fernando (coord.), (1994), “Saber durar (1926-1949) – Sob os ventos da guerra: A primeira crise séria do regime (1940-1949)” in *História de Portugal – O Estado Novo*, volume VII, Lisboa, Editorial Estampa, p. 301.

¹⁰ Teixeira, Nuno Severiano, “Política Externa” in Barreto, António e Maria Filomena Mónica, (coord.). (1^o edição, 2000), *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento 9 P/Z, Volume IX, Lisboa, Figueirinhas, p. 118.

Por seu lado, o Brasil encontrava-se num momento de “grandes oportunidades e expectativas”, situação explorada no segundo capítulo desta dissertação.¹¹ Os períodos de governação autoritária de Getúlio Vargas situam-se nas décadas de trinta e quarenta, entre 1930 e 1934 e depois, novamente, entre 1937 e 1945. Vargas voltou à Presidência, através de eleições presidenciais diretas, entre 1951 e 1954, ano do seu suicídio.¹² De referir que, durante o pós-guerra, em 1945, o Brasil fez a sua transição de uma ditadura para uma democracia; no entanto, esta transição foi controlada por forças políticas ligadas ao Estado Novo. O primeiro Presidente eleito, após o Estado Novo de Vargas, durante as eleições de 1945, foi o General Eurico Gaspar Dutra.¹³ Uma vez que o Brasil participou na Segunda Guerra, aproximando-se dos Estados Unidos durante o conflito, a “política externa brasileira deveria procurar obter vantagens económicas junto dos aliados, explorando a sua relação com Washington ao limite”. Devido ao crescimento da economia, da urbanização e à estabilidade governativa que se vivia no Brasil, “a diplomacia brasileira sentia-se apta a alargar o seu campo de ação, nomeadamente aumentando a sua influência na América Latina e inscrevendo o continente africano nas suas prioridades”.¹⁴ Quando se fala no panorama cultural brasileiro, é importante a referência ao Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP; órgão que possuiu vários diretores no último ano da sua existência.¹⁵ Todos os serviços de propaganda e publicidade de ministérios e departamentos ou homenagens realizadas a Getúlio Vargas eram da responsabilidade do DIP.¹⁶ Este departamento brasileiro tinha claras semelhanças com o Secretariado de Propaganda

¹¹ Carvalho, Thiago de Almeida, (2009), *Do Lirismo ao Pragmatismo: A dimensão multilateral das relações luso-brasileiras (1974-1976)*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE – Série D, p. 19.

¹² Gomes, Angela de Castro, “Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: intelectuais e construção do mito Vargas”, in Pinto, António Costa e Francisco Carlos Palomanes Martinho (orgs.), (2008), *O Corporativismo em Português – Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*, Lisboa, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, p. 88.

¹³ Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 90.

¹⁴ Carvalho, Thiago de Almeida, (2009), *Do Lirismo ao Pragmatismo: A dimensão multilateral das relações luso-brasileiras (1974-1976)*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE – Série D, pp. 19 e 20.

¹⁵ Paulo, Heloísa, (1994), *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil – o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Livraria Minerva, p. 32.

¹⁶ Consultado em 31 de janeiro de 2017. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP>.

Nacional português e possuía as mesmas funções que este possuiu no Estado Novo português. Foi encerrado em 1945, após a saída de Vargas do poder para o exílio.

As relações culturais entre Portugal e o Brasil, foco principal desta dissertação, serão exploradas ao longo dos capítulos seguintes, depois da abordagem inicial aos dois regimes. O terceiro capítulo inicia-se com uma análise às relações culturais luso-brasileiras desde o início dos anos trinta. Segundo o que António da Silva Rego refere “houve sempre um aspeto a respeito do qual não se podia deixar de se registar uniformidade [entre os dois países]: o cultural. Sendo a mesma língua, mesmo o passado literário, mesmos os gostos, a literatura, embora se bifurcasse, não deixaria de se encontrar a cada passo”.¹⁷ Desta forma, as relações culturais entre Portugal e o Brasil começaram a afirmar-se por volta de 1922, mas foi a partir de 1930, com a presidência brasileira de Getúlio Vargas, que se iniciou “uma época de grande aproximação entre Brasil e Portugal”.¹⁸ António Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional, foi, desde logo, apontado como um dos “grandes obreiros” desta aproximação.¹⁹

Nos capítulos seguintes, vão ser examinados os principais acordos culturais realizados entre Portugal e o Brasil, o Acordo Cultural de 1941, que permitirá, posteriormente, o surgimento da revista *Atlântico*; o Acordo Ortográfico de 1945, cujas negociações se estendiam desde 1930; o Acordo de Cooperação Intelectual de 1948 e o Tratado de Amizade e Consulta de 1953. Da revista *Atlântico*, serão examinadas, principalmente, a segunda e terceira fases, que compreendem os anos de 1946 a 1950. O Tratado de Amizade e Consulta, apesar de assinado em 1953 e ratificado no ano seguinte, acabou por apenas ser regulamentado em 1960, já com a presidência de Juscelino de Kubitschek, daí que se justifique a sua análise para além da baliza temporal final desta dissertação.

Estado da Arte

Com esta dissertação pretende apresentar-se uma reflexão sobre as relações culturais luso-brasileiras, entre 1945 e 1953. Para começar esta investigação é necessário conhecer o panorama interno e internacional de Portugal e do Brasil, no período anteriormente referido.

¹⁷ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953)” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 111.

¹⁸ Magalhães, José Calvet de, “As relações Portugal-Brasil no século XX - Acordos e tratados: 1895-1952”, in Amado, Luiz Cervo e José Calvet de Magalhães, (2000), *Depois das caravelas - As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Edição do Instituto Camões, p. 214.

¹⁹ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953)” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 126.

Segundo afirma Fernando Rosas, um dos historiadores que mais se tem dedicado ao estudo do Estado Novo português, na obra *História de Portugal*, compreende-se o período onde se insere o Estado Novo, em Portugal, como “um dos mais agitados e politicamente complexos da nossa história do século XX”.²⁰ O salazarismo significou, de algum modo, um compromisso “entre as diversas correntes políticas da direita e dos vários setores de interesses das «forças vivas» a partir de uma base comum de rejeição do liberalismo herdado da I República e da apologia de um Estado política, económica e socialmente forte e interventor”.²¹ O regime “concentrava o monopólio da força do Governo, esvaziando assim os poderes legislativo e judicial”²² e assumia, para si, o papel de “legítimo intérprete da essência da Nação”.²³

Os trabalhos de Leslie Bethell e Thomas Skidmore são incontornáveis para a compreensão do que foi o Estado Novo brasileiro e os anos que se seguiram. Leslie Bethell é autora do livro *Brasil since 1930*, uma obra de 2008 que se foca na história do Brasil, iniciando-a durante a Revolução de 1930. Segundo Bethell, o Estado Novo brasileiro foi a “ditadura pessoal de um político civil, Getúlio Vargas – mantido no poder pelos militares”.²⁴ O Estado Novo é classificado como o resultado de uma série de eventos políticos que se iniciaram com a Revolução de 1930. Bethell afirma que o Presidente Getúlio Vargas tinha sido colocado no poder por um golpe, em novembro de 1930, mantido por um golpe, em novembro de 1937, retirado por um golpe, em outubro de 1945 e, em agosto de 1954, Getúlio Vargas suicidar-se-ia para evitar outro golpe.²⁵ Por seu lado, Thomas Skidmore é autor de dois livros, *Uma História do Brasil* e *Brasil: De Getúlio a Castelo Branco*. Estas duas obras serão utilizadas como

²⁰ Rosas, Fernando (coord.), (1994), “Saber Durar (1926-1949) - Da ditadura militar ao Estado Novo: a «longa marcha» de Salazar” in *História de Portugal – O Estado Novo*, volume VII, Lisboa, Editorial Estampa, p. 151.

António de Oliveira Salazar foi empossado como chefe de governo a 5 de julho de 1932. In Rosas, Fernando (coord.), (1994), “Saber Durar (1926-1949) - Da ditadura militar ao Estado Novo: a «longa marcha» de Salazar” in *História de Portugal – O Estado Novo*, volume VII, Lisboa, Editorial Estampa, p. 197.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 185.

²² Ó, Jorge Ramos do, (1992 - 1ª edição), “Salazarismo e cultura”, in *Portugal e o Estado Novo*, in *Nova História de Portugal*, volume XII, Lisboa, Editorial Presença, p. 392.

²³ Pinto, Rui Pedro, (2008), *Prémios do Espírito - Um estudo sobre Prémios Literários do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo*, Lisboa, ICS - Imprensa das Ciências Sociais, p. 19.

²⁴ Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 56.

²⁵ Idem, *ibidem*, pp. 51-53.

complementos à já anteriormente referida da autoria de Bethell. Skidmore assegura que Getúlio Vargas conseguiu compreender que a sua ditadura não sobreviveria à Segunda Guerra Mundial; “o seu fascismo, ainda que de segunda mão, estava condenado a ser sacudido pela derrocada próxima do fascismo na Europa, para a derrota do qual o Exército Brasileiro estava contribuindo com uma Força Expedicionária”. Os dois últimos anos do Estado Novo brasileiro, previam uma nova fase na carreira política de Vargas, uma vez que este regressa ao poder em 1950, depois de ter sido forçado a deixar o cargo em 1945.²⁶

Tendo em conta os paralelismos entre os dois regimes até 1945 e a proximidade cultural entre os dois países, as relações culturais luso-brasileiras são centrais para o desenvolvimento dos objetivos desta dissertação. Para tal, a análise da importância dos instrumentos de propaganda em ambos os regimes é incontornável. O “dispositivo cultural” de António Ferro e do Secretariado de Propaganda Nacional, SPN, mais tarde, SNI, é abordado por Jorge Ramos do Ó numa das obras de referência sobre história cultural deste período, *Os Anos de Ferro – O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949*. Segundo Salazar, o Secretariado de Propaganda Nacional tinha uma “grande missão” onde só lhe interessava “tudo o que é nacional”.²⁷ As letras, as artes, as técnicas e as ciências tornavam-se elementos do regime, funcionando como parte do aparelho político através da máquina da propaganda, apesar de fazerem parte do espectro cultural do Estado Novo. Com a criação do Secretariado de Propaganda Nacional, artistas e escritores passaram a ser seus funcionários e toda a sua produção cultural teria de ser concretizada tendo em conta “o com o invariável critério do “interesse nacional”.²⁸ Na obra anteriormente citada da coordenação de Fernando Rosas, *História de Portugal* também é possível encontrar apontamentos importantes sobre o Secretariado de Propaganda Nacional, sobre o seu diretor, António Ferro, e sobre a *Política do Espírito*. Segundo Rosas, para Salazar era “indispensável encenar as grandes certezas (...), impô-las no espírito de todos e de uma forma total (...), era necessária a propaganda. Não deixada ao livre-arbítrio de cada um, mas como propaganda do Estado. Como «política do espírito»”.²⁹ Dadas as características específicas do caso português, torna-se incontornável uma

²⁶ Skidmore, Thomas, (2007), “A era de Vargas (1930-1945) – Novos padrões de governo”, in *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, pp. 62-64.

²⁷ Ó, Jorge Ramos do, (1999), *Os Anos de Ferro – O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 30.

²⁸ Idem, *ibidem*, pp. 47 e 48.

²⁹ Rosas, Fernando (coord.). (sem data) “O Estado Novo dos anos 30” in *História de Portugal – O Estado Novo*, volume VII, Lisboa, Editorial Estampa, p. 292.

análise particular ao papel de António Ferro que, como primeiro diretor do SNP e principal ideólogo da propaganda do regime, enforma profundamente todas as relações culturais portuguesas neste período. Para essa referência é necessário recorrer a Goffredo Adinolfi, outro nome sonante como investigador, responsável pelo capítulo da obra organizada por António Costa Pinto, que trata António Ferro; “António Ferro e Salazar: entre o poder e a revolução”. Este artigo tenciona demonstrar algumas linhas de vida do personagem, António Ferro, para agregar momentos diferentes da história contemporânea portuguesa. Para esta dissertação, o momento mais importante de análise do percurso de vida de António Ferro são os anos de 1933 a 1949, anos em que assume funções de diretor do Secretariado de Propaganda Nacional.³⁰ Segundo Adinolfi, a nomeação de Ferro para diretor do Secretariado em 1933 foi o “auge da sua carreira”. Neste artigo o autor também faz uma comparação entre os instrumentos de propaganda alemães e italianos referindo que “o secretário não detinha nenhum estatuto ministerial, era simplesmente director de um secretariado ligado à Presidência do Conselho”.³¹

No capítulo de análise do Brasil, irá referir-se o Departamento de Imprensa e Propaganda brasileiro que esteve em funcionamento até 1945. *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil – o SPN/SNI e o DIP* da autoria de Heloísa Paulo, é uma obra de excelência para análise do departamento de propaganda brasileiro. Esta obra de 1994 aborda, numa perspetiva comparada, os Estados Novos, português e brasileiro, referindo os dois regimes e os respetivos instrumentos de propaganda. *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil – o SPN/SNI e o DIP* menciona quer os anos trinta, quer os anos quarenta, começando por refletir no papel da propaganda, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial. A autora afirma que “para Portugal e para o Brasil esta propaganda faz-se sentir no decorrer da segunda metade dos anos trinta, acentuando-se com o desenrolar do conflito”.³² Durante o Estado Novo brasileiro, a autora afirma que há uma questão de culto em torno da figura do Presidente Getúlio Vargas e que a “produção dos aparelhos de propaganda do Estado Novo [acentuam] essa ideia, fomentando o culto da personalidade de Getúlio Vargas”.³³ É o “mito Vargas”, que foi “tecido

³⁰ Adinolfi, Goffredo, “António Ferro e Salazar: Entre o Poder e a Revolução”, in Pinto, António Costa e Francisco Palomanes Martinho, (orgs.), (2008), *O Corporativismo em Português – Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*. Lisboa, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, p. 117.

³¹ Idem, *ibidem*, pp. 128 - 131.

³² Paulo, Heloísa, (1994), *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil – o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Livraria Minerva, p. 23.

³³ Paulo, Heloísa, (1994), *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil – o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Livraria Minerva, p. 65.

pela propaganda oficial dos anos 30 e 40” e que se tornou um dos principais traços distintivos da História do Brasil no século XX.³⁴ Sobre o aparelho de propaganda propriamente dito, Heloísa Paulo conta que foi a 27 de dezembro de 1937 que se iniciou uma nova fase em termos de propaganda no Brasil, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP - através do decreto-lei nº 1 915. O DIP pertencia diretamente à Presidência da República e tinha como diretor Lourival Fontes. Este órgão possuía duas funções principais; a propaganda e a censura do regime, principalmente entre os anos de 1940 e 1945.³⁵ Com o final da guerra, em 1945, também se avizinhava a morte do DIP, sendo que “os seus serviços não [eram] mais apreciados e no pós-guerra a sua mensagem [estava] completamente desajustada à nova realidade democrática que se [abria] para o país”.³⁶ As obras anteriormente citadas de Skidmore e Bethell exaltam, também, a existência do DIP; afirmando, inicialmente, que o DIP foi influenciado pela publicidade comercial nos Estados Unidos e pelo Ministério da Informação Popular e Propaganda, de Joseph Goebbels na Alemanha nazi.³⁷

Williams da Silva Carvalho é um historiador e professor brasileiro, que trata na sua obra as relações bilaterais entre Portugal e o Brasil do ponto de vista político, económico e estratégico, durante a segunda metade dos anos 1950. *O realismo da Fraternidade: Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao caso Delgado*, data de 2003, e reflete sobre o sistema internacional nos anos 50, sobre Portugal e o Brasil no sistema internacional e, depois, sobre os mais variados temas, como o Tratado de Amizade e Consulta, assinado entre Portugal e o Brasil em 1953, o «caso Goa» e o apoio brasileiro dado a Portugal nessa época ou o asilo político do General Humberto Delgado. Nesta obra, Williams da Silva Gonçalves também menciona o Estado Novo português referindo, entre outras conclusões e interpretações, que este regime “tem a longevidade como sua característica formal mais impressionante” uma vez que de entre os regimes autoritários formados nos anos 20 e 30, “o regime português foi o que mais perdurou, resistindo com firmeza às pressões para a mudança no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial”.³⁸

³⁴ Paulo, Heloísa, (1994), *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil – o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Livraria Minerva, p. 72.

³⁵ Idem, *ibidem*, pp. 139 e 140.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 150.

³⁷ Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 59.

³⁸ Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “Brasil e Portugal no sistema internacional” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal; Do Tratado de Amizade e Consulta ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, p. 70.

Thiago de Almeida Carvalho, no livro que resultou da sua dissertação do Mestrado em História Moderna e Contemporânea, em 2008, reflete sobre o entendimento “da dimensão internacional do duplo processo de democratização e descolonização que Portugal conheceu em meados da década de 1970” e na tomada de conhecimento da posição do Brasil face à descolonização portuguesa e à política externa seguida pelos dois países.³⁹ Esta é uma obra importante por refletir sobre as relações luso-brasileiras desde o 25 de Abril de 1974 a Dezembro de 1976, apesar de ser um período muito longínquo dos anos definidos para pesquisa desta dissertação. O primeiro capítulo reflete sobre as relações luso-brasileiras num contexto de Guerra Fria, atravessando um período de “avanços e recuos”, entre 1946 e 1969. Segundo este autor, “os ideólogos do Estado Novo perceberam que podiam instrumentalizar o lusotropicalismo e o interesse do Governo brasileiro pela constituição de uma Comunidade a favor da sua política ultramarina” e o Brasil foi, ao longo da década de 50, “o aliado mais empenhado na defesa internacional dos interesses de Portugal”. Foi através de uma habilidosa diplomacia que Portugal influenciou a administração brasileira a seu favor; objetivo alcançado através do Tratado de Amizade e Consulta assinado entre os dois países em 1953, um dos alicerces desta dissertação. Sobre esta questão o autor afirma que “a diplomacia portuguesa aproveitou a ambiguidade do Itamaraty em relação à questão colonial e à existência de importantes sectores lusófilos para influenciar a orientação da Administração brasileira a seu favor. Este objetivo foi alcançado com a celebração do Tratado de Amizade e Consulta, em 1953, que consagrou a criação da Comunidade Luso-Brasileira”.⁴⁰

Quando se abordam as relações culturais entre os dois países, autores como António da Silva Rego e José Calvet de Magalhães são nomes incontornáveis. As obras *As Relações luso-brasileiras (1822-1953)* e *Depois das caravelas - As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000* são importantes testemunhos para a compreensão das relações culturais luso-brasileiras. Segundo Rego, António Ferro conhecia o Brasil desde 1922 e é apontado como um dos “grandes obreiros da aproximação cultural luso-brasileira”.⁴¹ No entanto, segundo Calvet de Magalhães, foi apenas a partir de 1930, com a presidência brasileira de Getúlio Vargas, que se iniciou “uma época de grande aproximação entre Brasil e Portugal, mais propícia à negociação

³⁹ Carvalho, Thiago de Almeida, (2009), *Do Lirismo ao Pragmatismo: A dimensão multilateral das relações luso-brasileiras (1974-1976)*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE – Série D, p. 9.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, pp. 19 – 21.

⁴¹ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 126.

de acordos”. Este clima de aproximação entre os dois países manteve-se durante 1930 a 1945, de 1951 a 1954 e, também, posteriormente, durante a presidência de Juscelino Kubitschek de Oliveira, de 1956 a 1961.⁴² Entre 1945 e 1951, período abordado nesta dissertação de mestrado, com a presidência de Eurico Dutra, o clima de aproximação entre os dois países esfriou, apesar de se ter assinado o Acordo de Cooperação Intelectual, em 1948.

Também duas teses de mestrado, de investigadores brasileiros, focam o tema das relações luso-brasileiras, ao nível cultural. Uma das teses reflete sobre o papel que Portugal teve através da sua aproximação ao Brasil da era Vargas. Esta tese de mestrado, da autoria de Carmen G.B. Shiavon, procura analisar as relações luso-brasileiras, em termos culturais, económicos, migratórios e militares, durante o Estado Novo, no Brasil, ou seja, de 1937 a 1945. O início da sua linha de investigação situa-se nos anos 30 e aborda particularmente o lado brasileiro destas relações culturais. Reflete, sobretudo, no papel de Portugal quando revela que é com “base nas ligações histórico-culturais e na afinidade ideológica do regime estadonovista dos dois países” que o governo português se vai mostrar empenhado em fortalecer as relações com o Brasil.⁴³ Esta tese de mestrado refere a assinatura do Acordo Cultural Luso-Brasileiro, em 1941, de onde decorre o nascimento da revista *Atlântico*, em 1942. O lançamento desta revista “propicia a difusão recíproca da cultura nacional luso-brasileira, por meio da publicação de artigos que destacam ou reafirmam os laços históricos entre Portugal e o Brasil”. A investigadora chama à atenção para o seguinte; este trabalho “não pretende esgotar o tema, (...), visa despertar a atenção para novos estudos acerca deste assunto ainda tão pouco explorado pela historiografia luso-brasileira”.⁴⁴ Uma vez que a anterior tese de mestrado é do ano de 2007, em 2011 surge uma nova tese de mestrado abordando este tema, da autoria de Alex Gomes da Silva. *Cultura luso-brasileira em perspetiva: Portugal, Brasil e o projeto cultural da revista Atlântico (1941-1945)* é o título desta tese de mestrado, que revela uma vertente mais cultural em relação à

⁴² Magalhães, José Calvet de, “As relações Portugal-Brasil no século XX - Acordos e tratados: 1895-1952”, in Amado, Luiz Cervo e José Calvet de Magalhães, (2000), *Depois das caravelas - As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Edição do Instituto Camões, p. 214.

⁴³ Schiavon, Carmen G. Burget, (2007), *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*, Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História, p. 15.

⁴⁴ Idem, *ibidem*, pp. 21 e 22.

anteriormente citada.⁴⁵ Esta tese revela as várias vertentes das relações culturais luso-brasileiras, focando a sua análise na revista *Atlântico*, analisando apenas a primeira fase da revista, que combina os anos de 1941 a 1945. Na altura da realização desta tese ainda não existiam trabalhos de investigação que se debruçassem sobre o papel da revista *Atlântico* e os seus principais objetivos. Desta forma, o papel da revista *Atlântico*, como exemplo de cooperação intelectual e cultural entre Portugal e o Brasil, a partir de 1945, será explorado nesta dissertação, entre outros acordos culturais realizados entre os dois países.

⁴⁵ Gomes, Alex da Costa (2011), *Cultura Luso-Brasileira em perspectiva: Portugal, Brasil e o projeto cultural da revista Atlântico (1941-1945)*, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade de São Paulo.

1. CAPÍTULO I: O Estado Novo de Salazar

Portugal foi governado pelo regime que ficou conhecido como Estado Novo entre 1933 e 1974. O grande pensador e líder da ditadura foi António de Oliveira Salazar que assumiu o cargo de Presidente de Conselho entre 1932 e 1968. De 1968 até ao golpe de Estado de 25 de abril de 1974, foi Marcello Caetano quem assumiu o cargo máximo do regime.

Segundo Fernando Rosas, o Estado Novo português foi “a mais longa ditadura da Europa do século XX”.⁴⁶ Para o historiador português, os quatro vetores fundamentais da “arte de saber durar” do regime salazarista apontam para o controlo político das Forças Armadas; para a eficiência através da censura das organizações estatais de ideologia do estado; através da violência repressiva que “actuava mesmo antes de actuar”, e, em último lugar, através [da] “capacidade de manter (...) unidos os vários sectores da classe dominante em torno do salazarismo, (...) através da ordem corporativa”.⁴⁷

António de Oliveira Salazar foi empossado como chefe de governo a 5 de julho de 1932⁴⁸, após uma marcante presença na pasta das finanças, consolidando a sua liderança política na ditadura. O salazarismo significou, de algum modo, um compromisso “entre as diversas correntes políticas da direita e [os] vários setores de interesses das «forças vivas» a partir de uma base comum de rejeição do liberalismo herdado da I República e da apologia de um Estado política, económica e socialmente forte e interventor”.⁴⁹ O ano de 1933 apresentou-se como o ano em que se lançaram as principais estruturas do regime do Estado Novo português, que tiveram início com a promulgação da nova Constituição, a 11 de abril de 1933.⁵⁰ Começava o Estado Novo, “uma «época de ordem» que só os abalos da II Guerra Mundial viriam a questionar”.⁵¹

Depois da promulgação da Constituição seguiram-se medidas que a complementaram. São exemplo a reorganização da censura prévia, a criação da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado - PVDE -, a legislação básica da organização corporativa e a criação do Secretariado de Propaganda Nacional – SPN, entre outras. A propaganda e a censura figuravam como “cruciais

⁴⁶ Rosas, Fernando, (2012 - 1ª Edição), “Introdução”, in *Salazar e o poder: A arte de saber durar*, Lisboa, Tinta-da-China, p. 13.

⁴⁷ Rosas, Fernando, (2012 - 1ª Edição), “Algumas conclusões”, in *Salazar e o poder: A arte de saber durar*, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 353 – 355.

⁴⁸ Rosas, Fernando (coord.), (1994), “Da ditadura militar ao Estado Novo: a «longa marcha» de Salazar” in *História de Portugal – O Estado Novo*, volume VII, Lisboa, Editorial Estampa, p. 197.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 185

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 151

⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 206

de toda a ação do regime português, tal como para os Estados fascistas e totalitários da Europa”.⁵²

O Estado Novo, “detentor de um sistema ideológico bem organizado, procurou reproduzi-lo através de variados meios e das mais diversas estratégias. Um dos objetivos dessa reprodução foi a construção de uma “cultura nacional” e de uma consciência histórica coletiva”.⁵³ O corporativismo e o nacionalismo exacerbado foram aspetos importantes da ideologia do regime de Salazar por estimularem a apologia dos “verdadeiros valores nacionais”. Este nacionalismo era treinado e desenvolvido no seio de organizações como a Mocidade e a Legião Portuguesa, organizações paramilitares e militares criadas pelo regime.⁵⁴ Para além de todos os instrumentos e mecanismos utilizados pelo Estado Novo, o Secretariado de Propaganda Nacional - SPN -, criado em 1933, e renomeado em 1944 como Secretariado Nacional de Informação – foi essencial para “tutelar as artes, os espetáculos e todas as formas de expressão”⁵⁵ e tinha o objetivo de intervir nos “diversos assuntos do universo cultural”.⁵⁶

Quando surgiu o SPN, “Portugal era o único país que ainda não tinha resolvido esse problema”⁵⁷, ou seja, era o único regime autoritário que ainda não possuía um organismo que fosse responsável pela propaganda do Estado.⁵⁸ Aliás, o próprio Oliveira Salazar, Presidente do Conselho, no discurso de inauguração do Secretariado de Propaganda Nacional, a 26 de outubro de 1933, reconheceu a importância da propaganda e refletiu sobre os serviços de propaganda dos outros países, afirmando que era necessário “abstrair de serviços idênticos noutros países,

⁵² Pinto, Rui Pedro, (2008), *Prémios do Espírito - Um estudo sobre Prémios Literários do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo*, Lisboa, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, p. 33.

⁵³ Torgal, Luís Reis (1989), “Ideologia Salazarista, “Cultura popular” e consciência histórica” – As bibliotecas das casas do povo”, in *História e Ideologia*, Coimbra, p. 171.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, pp. 173-175.

⁵⁵ Rosas, Fernando (coord.). (sem data) “Da ditadura militar ao Estado Novo: a «longa marcha» de Salazar” in *História de Portugal – O Estado Novo*, volume VII, Lisboa, Editorial Estampa, p. 244

⁵⁶ Pinto, Rui Pedro, (2008), *Prémios do Espírito - Um estudo sobre Prémios Literários do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo*, Lisboa, ICS - Imprensa das Ciências Sociais, p. 30

⁵⁷ Ó, Jorge Ramos do, (1992, 1ª edição), “Salazarismo e cultura” in *Portugal e o Estado Novo*, in *Nova História de Portugal*, volume XII, Lisboa, Editorial Presença, p. 397

⁵⁸ «Teremos de ir por aí, para uma propaganda intensa, conscientemente organizada, mas é lamentável que a verdade precise de tanto barulho para se impor, de tantas campanhas, bombos e tambores, dos mesmos processos, exatamente, com que se divulga a mentira.». In Torgal, Luís Reis, (2009), “Literatura e «cultura oficial» no Estado Novo” in *Estados Novos Estado Novo, Ensaios de História Política e Cultural*, volume 2, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 120 e 121.

dos exaltados nacionalismos que os dominam, dos teatrais efeitos a tirar no tablado internacional”.⁵⁹ António Ferro foi o primeiro diretor do SNP e principal ideólogo da propaganda do regime⁶⁰, sendo visto como “o leme, a proa e o mastro da nau salazarista”.⁶¹

O Secretariado de Propaganda Nacional revelou-se um organismo do “campo de poder” do Estado Novo que “[procurava] estabelecer uma relação com os agentes culturais apoiados nos eixos ideológicos do regime”.⁶² Para Salazar era “indispensável *encenar* as grandes certezas (...), impô-las no espírito de todos e de uma forma total (...), era necessária a propaganda. Não deixada ao livre-arbítrio de cada um, mas como propaganda do Estado. Como «política do espírito»”.⁶³ “*Política do Espírito*” foi a expressão utilizada por António Ferro para caracterizar a política cultural do Estado Novo.⁶⁴ De um modo geral, a propaganda “especificamente nacional funcionava, assim, como um complemento orientador (...). Era a definição das grandes linhas do regime para a cultura e para as artes (...) ou para a educação nacional (...), em ambas colaborando pela via negativa e exclusória das várias censuras”.⁶⁵

Segundo Salazar, o Secretariado de Propaganda Nacional tinha uma “grande missão” onde só lhe interessava “tudo o que é nacional”.⁶⁶ As letras, as artes, as técnicas e as ciências

⁵⁹ Torgal, Luís Reis, (2009), “Literatura e «cultura oficial» no Estado Novo” in *Estados Novos Estado Novo, Ensaios de História Política e Cultural*, volume 2, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 121.

⁶⁰ Rosas, Fernando (coord.). (sem data) “O Estado Novo dos anos 30” in *História de Portugal – O Estado Novo*, volume VII, Lisboa, Editorial Estampa, p. 292.

⁶¹ Raimundo, Orlando, (2015), *António Ferro. O Inventor do Salazarismo. Mitos e falsificações do homem da propaganda da ditadura*. Lisboa. D. Quixote, p. 11.

⁶² Pinto, Rui Pedro, (2008), *Prémios do Espírito - Um estudo sobre Prémios Literários do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo*, Lisboa, ICS - Imprensa das Ciências Sociais, p. 11.

⁶³ Rosas, Fernando (coord.). (sem data) “O Estado Novo dos anos 30” in *História de Portugal – O Estado Novo*, volume VII, Lisboa, Editorial Estampa, p. 292.

⁶⁴ Torgal, Luís Reis, (2009), “Literatura e «cultura oficial» no Estado Novo” in *Estados Novos Estado Novo, Ensaios de História Política e Cultural*, volume 2, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 119.

Sobre “Política do Espírito” – Ver Torgal, Luís Reis, (2009), “Literatura e «cultura oficial» no Estado Novo” in *Estados Novos Estado Novo, Ensaios de História Política e Cultural*, volume 2, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra e Medina, João, (dirigida), (sem data), *História de Portugal «O Estado Novo» II - Opressão e resistência*, volume XIII, Madrid, S.A.E.P.A.

⁶⁵ Rosas, Fernando (coord.). (sem data) “O Estado Novo dos anos 30” in *História de Portugal – O Estado Novo*, volume VII, Lisboa, Editorial Estampa, p. 293.

⁶⁶ Ó, Jorge Ramos do, (1999), *Os Anos de Ferro – O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 30.

tornavam-se elementos do regime, funcionando como parte do aparelho político através da máquina da propaganda, apesar de fazerem parte do espectro cultural, do Estado Novo. Com a criação do Secretariado de Propaganda Nacional, “artistas e escritores” – doravante a propaganda achar-se-ia autorizada a explicar-lhes que a sua atividade teria forçoso encaixe social porque os verá preferencialmente na qualidade de funcionários – defrontar-se-iam, também eles, com o invariável critério do “interesse nacional”.⁶⁷ Desta forma, o SPN tinha como função organizar toda a informação que fosse produzida dentro do território nacional e aproximar as diferentes instituições governativas. O decreto-lei da sua criação “[disponibilizava] ao SPN a utilização da Rádio, do Cinema e, obviamente, dos Diários”. Ou seja, Ferro não possuía qualquer controlo de nenhum desses organismos anteriormente citados. Em Portugal, os jornais diários não tinham obrigação de publicar os artigos que o SPN desejava que publicassem e reagiam “quase sempre com indiferença às instruções do SPN”. Apesar dos pedidos de Ferro para que o Secretariado obtivesse maior poder de coerção, o Presidente do Conselho sempre recusou estes pedidos. No entanto, no estrangeiro a imagem do regime era difundida de forma positiva e o diretor do SPN afirmava que se “pode realizar no estrangeiro a obra da propaganda que ninguém lhe nega é porque além das fronteiras não encontrou nunca as limitações com que [esbarrava] constantemente na sua terra”.⁶⁸

Até 1940 cabia ao Presidente do Conselho “assegurar a execução das diretrizes a observar na matéria de propaganda e informação pelos serviços públicos e a estreita coordenação da respetiva atividade”.⁶⁹ A 24 de novembro de 1944, quando o SPN passou a ser designado por Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo - SNI -, “por influência dos sucessos do conflito mundial”⁷⁰, mantendo o mesmo diretor, os serviços de censura⁷¹ foram

⁶⁷ Ó, Jorge Ramos do, (1999), *Os Anos de Ferro – O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 47 e 48.

⁶⁸ Adinolfi, Goffredo, “António Ferro e Salazar: Entre o Poder e a Revolução”, in Pinto, António Costa e Francisco Palomanes Martinho, (orgs.), (2008), *O Corporativismo em Português – Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*. Lisboa, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, p. 132.

⁶⁹ Azevedo, Cândido, (1997), “Instituição, evolução e objetivos da Censura – A Institucionalização” in *Mutiladas e Proibidas: Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*, Editorial Caminho, pp. 50 e 51.

⁷⁰ Rosas, Fernando (coord.). (sem data) “O Estado Novo dos anos 30” in *História de Portugal – O Estado Novo*, volume VII, Lisboa, Editorial Estampa, p. 295.

⁷¹ A Direção Geral de Censura à Imprensa encontrava-se sob alçada do Ministério da Guerra entre 1926 e 1933. Só em junho de 1933, “por força da institucionalização da Censura”, é que se tornou subordinada ao Ministério do Interior. In Azevedo, Cândido, (1997), “Instituição, evolução e

integrados no secretariado.⁷² O secretário nacional do organismo recém-criado era nomeado pelo Presidente do Conselho e “com este despacha diretamente, ou seja, «a censura e a sua actuação são, a partir de então, controladas de forma absoluta por Salazar»”. Com o decreto-lei nº 33 545, Oliveira de Salazar reforçava a sua posição através da “consagração legal da dependência direta da Censura em relação ao Presidente do Conselho”.⁷³ O organismo que nasceu mostrou-se diferente do inicial porque pôde atuar em campos onde o anterior não podia, especificamente na censura e com poderes “efetivos e claros no campo da rádio e do turismo”. Em 1949, António Ferro deixou o cargo de diretor, sendo, segundo Adolfini, “vítima” de um pós-guerra que colocou em causa “o regime e a sua estética”.⁷⁴ No entanto, o Secretariado manteve-se em funções ao longo de todo o regime do Estado Novo. Em 1968, o SPN/SNI voltou a mudar de nome, com a “evolução na continuidade” de Marcello Caetano e apresentou-se como Secretaria de Estado da Informação e Turismo, o SEIT. Vários diretores se seguiram a António Ferro: José Manuel da Costa, Eduardo Brazão e César Moreira Batista, mas nenhum com o impacto programático que Ferro alcançou.⁷⁵

São ideias do Secretariado de Propaganda Nacional a criação de organizações como a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho - FNAT - e a Organização Nacional das Mães para a Educação Nacional – OMEN.⁷⁶ O que o regime tencionava fazer com estas organizações era “deslocar o indivíduo da perigosíssima área da cidadania para o encerrar em esferas

objetivos da Censura – Instituição, doutrina e fins” in *Mutiladas e Proibidas: Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*, Editorial Caminho, p. 30.

⁷² Medina, João, (dirigida), (sem data), *História de Portugal «O Estado Novo» II - Opressão e resistência*, volume XIII, Madrid, S.A.E.P.A., p. 66.

⁷³ Azevedo, Cândido, (1997), “Instituição, evolução e objetivos da Censura – A Institucionalização” in *Mutiladas e Proibidas: Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*, Editorial Caminho, pp. 50 e 51.

⁷⁴ Adinolfi, Goffredo, “António Ferro e Salazar: Entre o Poder e a Revolução”, in Pinto, António Costa e Francisco Palomanes Martinho, (orgs.), (2008), *O Corporativismo em Português – Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*. Lisboa, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, p. 136.

⁷⁵ Medina, João, (dirigida), (sem data), *História de Portugal «O Estado Novo» II - Opressão e resistência*, volume XIII, Madrid, S.A.E.P.A., p. 66.

⁷⁶ A FNAT tornou-se um dos organismos mais estáveis do regime, e assumiu nos seus primeiros anos “um projeto (...) de «controlo organizativo e de inculcação ideológica sobre todas as formas em que se exprimia a vida cultural e social dos trabalhadores portugueses, nos seus tempos de lazer»”. In Pinto, Rui Pedro, (2008), *Prémios do Espírito - Um estudo sobre Prémios Literários do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo*, Lisboa, ICS - Imprensa das Ciências Sociais, p. 35.

qualificadas e sobretudo restritas da opinião (...).” Durante os anos trinta, o regime tencionava “*institucionalizar a portugalidade*”.⁷⁷

Na segunda metade dos anos trinta, após o período inicial de institucionalização do Estado Novo, este afirmou-se em todas as suas vertentes; política, económica e social. Na vertente económica, o Estado controlava e intervinha; “nacionalismo protecionista, autarcia e intervencionismo estatal dão as mãos”. No campo político e institucional, o regime distinguiu-se como «uma ditadura de chefe de Governo», com o esvaziamento dos poderes do Presidente da República e da Assembleia Nacional.⁷⁸ O partido único do salazarismo, a União Nacional - UN -, foi criado pelo Ministério do Interior em 1930 e liderado por Salazar. O Presidente do Conselho criou a União Nacional “a partir de cima, garantido que permaneceria fraco e elitista desde a sua fundação”.⁷⁹ A principal função do partido do Estado Novo foi “selecionar os líderes locais e a elite parlamentar, mantendo-se pequeno e desprovido de organizações de mobilização”.⁸⁰ O Estado Novo afirmava uma política de “efetiva subordinação da Igreja Católica ao regime” e preparava a defesa do regime com as suas milícias próprias; a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa, criadas em 1936.⁸¹

A política externa portuguesa durante o Estado Novo não se afastou “substancialmente, dos princípios e da prática diplomática que, historicamente, vinha configurando.”; equilíbrio entre as relações com Espanha e o Atlântico, a aliança com a Grã-Bretanha e o projeto colonial.⁸² Até à guerra civil espanhola, a política externa portuguesa “constituiu uma preocupação secundária” dos estado-novistas, que se encontravam preocupados em consolidar o regime internamente. Segundo José Medeiros Ferreira, “seria a Guerra Civil de Espanha que

⁷⁷ Ó, Jorge Ramos do, (1992, 1ª edição), “Salazarismo e cultura” in *Portugal e o Estado Novo*, in *Nova História de Portugal*, volume XII, Lisboa, Editorial Presença, pp. 393 e 394.

⁷⁸ Rosas, Fernando (coord.), (1994), “Saber durar (1926-1949) – O Estado Novo nos anos 30” in *História de Portugal – O Estado Novo*, volume VII, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 243 e 244.

⁷⁹ Ferreira, Nuno Estêvão, Rita Almeida de Carvalho e António Costa Pinto, “O «império do professor»: a elite ministerial de Salazar 1932-1944”, in Pinto, António Costa, (org.), (2012 – 1ª edição), *Governar em ditadura – Elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo*, Lisboa, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, p. 129.

⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 140.

⁸¹ Rosas, Fernando (coord.), (1994), “Saber durar (1926-1949) – O Estado Novo nos anos 30” in *História de Portugal – O Estado Novo*, volume VII, Lisboa, Editorial Estampa, p. 244.

⁸² Teixeira, Nuno Severiano, “Política Externa” in Barreto, António e Maria Filomena Mónica, (coord.). (1ª edição, 2000), in *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento 9 P/Z, Volume IX, Lisboa, Figueirinhas, p. 116.

daria ao novo ditador a oportunidade de se afirmar nas questões internacionais”.⁸³ Quer durante a Guerra Civil espanhola, quer durante a Segunda Guerra Mundial, António de Oliveira Salazar conduziu diretamente a política externa portuguesa, acumulando a pasta da Presidência do Conselho com a de Ministro dos Negócios Estrangeiros, nomeadamente, entre 1936 e 1947.⁸⁴ Bernardo Futscher Pereira, diplomata português, afirma que Salazar deixou de possuir “responsabilidades diretas na condução da diplomacia portuguesa desde 1947, quando deixou a pasta dos Negócios Estrangeiros” mas “continuou a acompanhar de perto e a exercer um controlo apertado sobre a política externa portuguesa”.⁸⁵

Em meados de 1939, “o ambiente internacional esclarece-se” com a guerra civil espanhola a terminar com a vitória de Franco, “de quem Londres e Paris se procuram aproximar numa política realista”; a Grã-Bretanha, a velha aliada portuguesa, “mostra uma maior abertura em relação a Portugal (...)”. Quando a Polónia foi invadida pelas tropas nacional-socialistas germânicas, em setembro de 1939, Salazar “[apressou-se] a declarar a neutralidade portuguesa” reforçando a aliança com a Inglaterra.⁸⁶ Esta foi a preocupação central da política externa portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial: a neutralidade. A Segunda Guerra Mundial traria a Portugal novos desafios e efeitos “profundos e duradouros” apesar do equilíbrio que Portugal manteve durante os anos trinta. Foi durante o período da guerra que o regime de Salazar viveu a sua primeira crise, por ter sido obrigado “a encarar, pela primeira vez, com o risco de ser derrubado, o problema da sua sobrevivência no fim do conflito e no pós-guerra”.⁸⁷ Apesar da crise e antes do final da guerra, em 1942, Salazar afirmava que o país venceria a “crise da paz” quando se desse o triunfo das democracias face aos regimes autoritários.⁸⁸

Segundo Fernando Rosas, “Salazar soube tirar os dividendos políticos internos deste curto período áureo do posicionamento externo português”, uma vez que negociou a

⁸³ Rosas, Fernando (coord.). (sem data) “Saber Durar (1926-1946) – O Estado Novo nos anos 30” in *História de Portugal – O Estado Novo*, volume VII, Lisboa, Editorial Estampa, p. 295.

⁸⁴ Teixeira, Nuno Severiano, “Política Externa” in Barreto, António, Mónica e Maria Filomena Mónica, (coord.). (1º edição, 2000), in *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento 9 P/Z, Volume IX, Lisboa, Figueirinhas, p. 117.

⁸⁵ Pereira, Bernardo Futscher, (2017), “Apresentação” in *Crepúsculo do Colonialismo – A diplomacia do Estado Novo (1949-1961)*, Lisboa, D. Quixote, p. 15.

⁸⁶ Telo, António, (sem data), *Portugal na Segunda Guerra*, Lisboa, Perspetivas e Realidades, pp. 47-50.

⁸⁷ Rosas, Fernando (coord.). (sem data) “Saber Durar (1926-1946): Sob os ventos da guerra: a primeira crise séria do regime (1940-1949)” in *História de Portugal – O Estado Novo*, volume VII, Lisboa, Editorial Estampa, p. 301 e 302.

⁸⁸ Idem, *ibidem*, p. 315.

neutralidade portuguesa, favorável aos interesses dos aliados, enquanto estes se comprometiam com a defesa da continuidade do regime salazarista, principalmente no final da guerra. No entanto, apesar de sempre ter aparecido como país neutral, Portugal levou a cabo uma estratégia de duplicidade durante os dois conflitos do final dos anos trinta; a guerra civil Espanhola e a Segunda Guerra Mundial.⁸⁹ Por um lado, Portugal mostrava-se “colaborante” com a Alemanha, principalmente em relação à compra de volfrâmio. Tanto as relações económicas luso-germânicas como as relações culturais melhoravam, principalmente através da propaganda alemã que se infiltrava em Portugal; emissões de rádios alemães ou notícias de muitos jornais portugueses que davam a Alemanha como vencedora da Guerra.⁹⁰ Por outro lado, no mesmo período, Portugal seguia “(...) uma política de afirmação formal” da aliança com a Inglaterra e preparava “planos de defesa conjuntos em caso de invasão”, mas a manutenção da neutralidade portuguesa era “mais rígida nos primeiros anos, quando [parecia] que a Alemanha [ia] ganhar”. A política externa portuguesa alterou-se quando se percebeu que os aliados seriam os vencedores do conflito. A partir de 1942, Portugal voltou a reaproximar-se da sua aliada, o que desencadeou o acordo de cedência de bases nos Açores. A instalação na base das Lajes foi feita em outubro de 1943, “estando limitada à Inglaterra” mesmo que as unidades militares americanas utilizassem as bases portuguesas para abastecimento em voos intercontinentais.⁹¹ Este acordo concedeu autorização ao governo britânico para a utilização dos Açores para criação de uma base naval e aérea durante o período da guerra, tendo sido oficializado a 17 de agosto de 1943. No entanto, também os Estados Unidos estavam interessados em obter facilidades nos Açores e prepararam-se para “ter uma política autónoma para com Portugal”. Segundo Luís Nuno Rodrigues, esta situação “tratava-se de uma clara indicação do novo papel hegemónico que os Estados Unidos se preparavam para assumir no Ocidente e o afastamento da Inglaterra desse mesmo papel”. Só no final de 1944, com a iminente derrota nazi, Salazar abandonou “definitivamente a sua estratégia de demora e atraso nas conversações com os Americanos”. O acordo entre portugueses e americanos acabou por ser assinado em novembro de 1944. O mesmo autor afirma que “gradualmente, o governo português apercebeu-se de que

⁸⁹ Rosas, Fernando (coord.). (sem data) “Saber Durar (1926-1946): Sob os ventos da guerra: a primeira crise séria do regime (1940-1949)” in *História de Portugal – O Estado Novo*, volume VII, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 302 e 303

⁹⁰ Telo, António, (sem data), *Portugal na Segunda Guerra*, Lisboa, Perspetivas e Realidades, p. 442.

⁹¹ Telo, António José, “Aliança Luso-Britânica” in Barreto, António e Maria Filomena Mónica (coord.). (1^o edição, 2000), in *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento 7 A/E, Volume IX, Lisboa, Figueirinhas, p. 85.

uma aliança com os Americanos (...) era essencial para a manutenção do regime e do império. E desta aproximação extrairá os seus frutos, nomeadamente o apoio à continuidade da situação política em Portugal, bem como a manutenção do império colonial e a participação em algumas das organizações internacionais surgidas no pós-guerra”.⁹²

Durante o período da Segunda Guerra, a propaganda do Estado Novo centrou-se na figura de Salazar, “apresentando-o como o grande responsável pela política de neutralidade que afasta de Portugal os «horrores da guerra»”.⁹³ No final do conflito, a Europa estava em ruínas e Portugal era um dos “raros países europeus que sobrevivera incólume à devastação provocada pela guerra”. O regime de Salazar permanecera no lado vencedor, mesmo não aceitando os ideais de democracia dos seus pares. Segundo Futscher Pereira, “para a direita conservadora, autoritária e católica, Salazar era um símbolo de respeitabilidade. Mas mesmo os democratas se vergavam ao seu prestígio”.⁹⁴ Precisamente pelas razões anteriormente citadas, “Portugal era apresentado, *como outro qualquer, um país membro da comunidade internacional*”, durante o pós-guerra.⁹⁵ Apesar da posição garantida no cenário internacional do pós-guerra, no intervalo entre 1945 e 1949, Portugal atravessava “um período de marginalização internacional e alguma indefinição na sua política externa”.⁹⁶ Num primeiro momento, Salazar não aceitou as transformações do plano internacional: o mundo bipolar, através do aparecimento das duas superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética, bem como o aparecimento dos Estados

⁹² Rodrigues, Luís Nuno (2002), “Portugal e os Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial”, in *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, Lisboa, Biblioteca de História, pp. 16 – 19.

⁹³ Telo, António, (sem data), *Portugal na Segunda Guerra*, Lisboa, Perspetivas e Realidades, p. 320.

⁹⁴ Pereira, Bernardo Futscher, (2017), “Prólogo” in *Crepúsculo do Colonialismo – A diplomacia do Estado Novo (1949-1961)*, Lisboa, D. Quixote, p. 20.

⁹⁵ Rollo, Maria Fernanda, (2007), *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra – O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*, Coleção Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Série D, p. 38.

⁹⁶ Teixeira, Nuno Severiano, “Política Externa” in Barreto, António, Mónica e Maria Filomena Mónica, (coord.). (1º edição, 2000), in *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento 9 P/Z, Volume IX, Lisboa, Figueirinhas, p. 118.

Unidos como uma grande potência marítima e conseqüente declínio da Grã-Bretanha no mesmo espaço, assim como a importância da ONU⁹⁷ como nova organização mundial.⁹⁸

No rescaldo da Segunda Guerra, os Estados Unidos iniciaram o processo de auxílio aos países europeus, o Plano Marshall. Este plano foi criado com a intenção de “apoiar todos os países europeus depauperados” no pós-guerra, “na sua obra de recuperação económica”.⁹⁹ Portugal também beneficiou deste auxílio apesar de inicialmente o ter rejeitado. No primeiro ano de Plano Marshall, Portugal não solicitou auxílio financeiro, no entanto, nos dois anos seguintes tornou-se beneficiário dessa ajuda externa. No último ano de vigência do Plano Marshall, a posição portuguesa voltou a alterar-se; Portugal tornou-se, novamente, um país não beneficiário do auxílio financeiro. Maria Fernanda Rollo afirma que “por vontade ou por necessidade, por habilidade diplomática ou instinto, a política externa portuguesa sempre foi conduzida no sentido de «não ficar de fora»”.¹⁰⁰ Como consequência da participação no Plano Marshall, Portugal acabou por entrar e participar numa abertura ao exterior beneficiando, também, da internacionalização da sua economia, principalmente através do Plano Marshall, da adesão à Organização Europeia de Cooperação Económica - OECE - e à União Europeia de

⁹⁷ ONU – Organização das Nações Unidas. A Organização das Nações Unidas foi criada por iniciativa do Presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt que pretendia a aliança entre os Estados Unidos, a União Soviética, a Grã-Bretanha e a China “para institucionalizar a posição dessas grandes potências como garantes da paz no pós-guerra” e reunir numa organização “de vocação universal todos os Estados, vinculados aos princípios da Carta das Nações Unidas, aprovada na Conferência de São Francisco, em Junho de 1945.” In Gaspar, Carlos, “Organização das Nações Unidas (ONU)” in Barreto, António e Maria Filomena Mónica, (coord.), (1ª edição, 2000), in *Dicionário da História de Portugal*, Suplemento 8 F/O, Volume VIII, Lisboa, Figueirinhas, p. 672.

⁹⁸ Teixeira, Nuno Severiano, “Política Externa” in Barreto, António e Maria Filomena Mónica, (coord.). (1º edição, 2000), in *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento 9 P/Z, Volume IX, Lisboa, Figueirinhas, p. 118.

⁹⁹ Desta forma surgem duas instituições “de ambos os lados do Atlântico”: A Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) e a *Economic Cooperation Administration* (ECA) que, “«solidária e conjuntamente» empreendem a tarefa de administrar os milhões de dólares que o Congresso norte-americano autoriza que sejam integrados no Plano Marshall.” O Plano Marshall foi aceite pelos países da Europa ocidental que teriam que gerir o programa de ajuda trabalhando entre si e em conjunto com os Estados Unidos. In Rollo, Maria Fernanda, “Plano Marshall” in Barreto, António e Maria Filomena Mónica (coord.), (1º edição, 2000), in *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento 9 P/Z, Volume IX, Lisboa, Figueirinhas, p. 97.

¹⁰⁰ Rollo, Maria Fernanda, “Plano Marshall” in Barreto, António e Maria Filomena Mónica (coord.), (1º edição, 2000), in *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento 9 P/Z, Volume IX, Lisboa, Figueirinhas, p. 98.

Pagamentos - UEP. Portugal tornou-se, desta forma, uma “presença activa nos movimentos nascentes de cooperação económica europeia”.¹⁰¹

Apesar de ter visto vetada, pela União Soviética, a sua adesão à Organização das Nações Unidas - ONU, em 1946¹⁰², Portugal foi incluído no “restrito lote” de doze países fundadores do Pacto do Atlântico.¹⁰³ A natureza do convite a Portugal é, segundo Nuno Severiano Teixeira, “fundamentalmente geopolítica e geo-estratégica e está na base da própria constituição do novo sistema de segurança mundial”. Com a NATO, o valor da base dos Açores, já de extrema importância durante a Segunda Guerra Mundial, saiu reforçado com “a sua função confirmada no conceito estratégico da Aliança: em caso de ataque vindo de leste, o «chamado reforço rápido da Europa» passava, inevitavelmente, pelos Açores”.¹⁰⁴

Assim, a partir de 1949, Portugal “passou a tomar parte das grandes decisões sobre o futuro da defesa da Europa perante o inimigo comum, a URSS”.¹⁰⁵ Segundo Daniel Marcos, a participação portuguesa no Pacto do Atlântico foi muito importante para o regime de Salazar porque permitiu a legitimação do regime ao mesmo tempo que combatia o isolamento internacional de Lisboa. O convite foi aceite, apesar das reservas de Salazar, por ser “uma oportunidade única para valorizar o peso relativo de Portugal na cena internacional, aproximando-o das potências ocidentais e marcando o distanciamento face ao regime espanhol”. O Presidente do Conselho admitia que a participação portuguesa era necessária desde que não colocasse em causa “a defesa política da soberania portuguesa”. Para além disso,

¹⁰¹ Rollo, Maria Fernanda, (2007), *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra – O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*, Coleção Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Série D, pp. 45 e 46.

¹⁰² A admissão de Portugal à ONU estava prevista “como potência neutral”, mas a sua candidatura foi rejeitada pela União Soviética em 1946. Só em 1955, “no quadro de uma negociação entre as duas grandes potências internacionais sobre o alargamento da Organização das Nações Unidas a dezasseis novos membros” a candidatura portuguesa foi aceite. In Gaspar, Carlos, “Organização das Nações Unidas (ONU)” in Barreto, António e Maria Filomena Mónica, (coord.), (1ª edição, 2000), in *Dicionário da História de Portugal*, Suplemento 8 F/0, Volume VIII, Lisboa, Figueirinhas, p. 672.

¹⁰³ Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). “No início da década de 1950, a Aliança Atlântica iniciou um processo de criação e aperfeiçoamento das suas instituições, incluindo uma estrutura militar permanente, que permitiu à NATO tornar-se a base da arquitectura da segurança transatlântica durante a Guerra Fria.” in Marcos, Daniel, (setembro de 2010), “Portugal e a Evolução do sistema defensivo europeu – A cimeira de Lisboa de 1952”, *Relações Internacionais*, nº 27, p. 65.

¹⁰⁴ Severiano, Nuno Teixeira, (1995), “Portugal e a NATO: 1949-1989”, *Análise Social*, volume XXX (133), nº 4, p. 804.

¹⁰⁵ Marcos, Daniel, (setembro de 2010), “Portugal e a Evolução do sistema defensivo europeu – A cimeira de Lisboa de 1952”, *Relações Internacionais*, nº 27, p. 66.

Oliveira Salazar admitia que o sistema internacional do pós-guerra “tinha conduzido à multiplicação de organizações de carácter multilateral com os Estados Unidos e a União Soviética a destacarem-se como as potências liderantes”.¹⁰⁶ Luís Nuno Rodrigues concorda com o argumento de Daniel Marcos afirmando que “o Governo português aceitou o convite, apercebendo-se de que a participação na NATO era mais um importante passo no sentido da aceitação internacional do regime e do seu alinhamento pelo Ocidente no cenário bipolar que caracterizava a guerra fria”.¹⁰⁷ Para Nuno Severiano Teixeira, a entrada de Portugal na NATO “[abriu] um dos momentos mais felizes da política externa do Estado Novo, que só a entrada na ONU, em 1955, e o início da contestação internacional à política colonial de Salazar virão encerrar”. No entanto, a opção atlântica e a presença na NATO vão manter-se como pilares da política externa portuguesa até ao final do regime e “ver-se-ão mesmo confirmadas com a transição para a democracia”. A nível interno, a entrada de Portugal na Aliança Atlântica, ao lado das democracias ocidentais, apesar de ter conferido ao regime um certo nível de legitimação internacional, agravou as divisões no interior da oposição “e lançou[-a] numa das suas maiores crises”¹⁰⁸, que se estendeu durante toda a década de cinquenta, até à candidatura presidencial do General Humberto Delgado.¹⁰⁹ No entanto, os anos cinquenta, em Portugal, “foram uma época dourada”, sem crises, exceto na Índia. Portugal era um país estável, onde “o eco das convulsões internacionais chegavam (...) filtrado(s) pela censura e atenuado(s) pela distância”. O regime de Salazar era “dono e senhor da situação”, gozava do respeito dos seus parceiros internacionais e, internamente, a oposição mostrava-se dormente enquanto a situação financeira e económica do país era consistente.¹¹⁰ De referir que os anos cinquenta

¹⁰⁶ Marcos, Daniel, (setembro de 2010), “Portugal e a Evolução do sistema defensivo europeu – A cimeira de Lisboa de 1952”, *Relações Internacionais*, nº 27, p. 69.

¹⁰⁷ Rodrigues, Luís Nuno (2002), “Portugal e os Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial”, in *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, Lisboa, Biblioteca de História, p. 23

¹⁰⁸ Severiano, Nuno Teixeira, (1995), “Portugal e a NATO: 1949-1989”, *Análise Social*, volume XXX (133), nº 4, pp. 808 e 809.

¹⁰⁹ A candidatura de Humberto Delgado foi conhecida publicamente em abril de 1958, mas Salazar não levou o caso muito a sério porque não acreditava que este tencionasse derrubar o regime. A famosa frase de Delgado «Obviamente, demito-o!» “pegou como um rastilho” e o “entusiasmo [em volta da figura de Delgado] foi indescritível”. In Pereira, Bernardo Futscher, (2017), “Choque com o terceiro mundo - «Obviamente, demito-o!»” in *Crepúsculo do Colonialismo – A diplomacia do Estado Novo (1949-1961)*, Lisboa, D. Quixote, p. 162.

¹¹⁰ Pereira, Bernardo Futscher, (2017), “Prólogo” in *Crepúsculo do Colonialismo – A diplomacia do Estado Novo (1949-1961)*, Lisboa, D. Quixote, p. 21.

correspondiam aos anos da Guerra Fria¹¹¹ que, “no Ocidente (...) fazia pender a balança para o lado das direitas – que tendiam a [ver Salazar] mais como um estadista do que como um ditador”.¹¹² Nesta época, Portugal possuía um vasto império que se espalhava pela Ásia e pela África, Moçambique, Angola, Timor, Goa, Damão, Diu, Macau.¹¹³

Em dezembro de 1955, Portugal foi admitido como membro da ONU, em conjunto com outros países, incluindo Espanha. Nesta altura iniciou-se um movimento de sentido inverso da posição internacional entre os dois países ibéricos; a entrada da Espanha significou o princípio do fim do isolamento internacional do regime de Franco, para Portugal, foi o fim da tolerância internacional para com o Estado Novo e, sobretudo, o início da contestação internacional à sua política colonial.¹¹⁴

¹¹¹ Guerra Fria corresponde à “sucessão de crises” que caracterizou a relação entre os Estados Unidos da América e a União Soviética no pós-guerra. In Marcos, Daniel, (setembro de 2010), “Portugal e a Evolução do sistema defensivo europeu – A cimeira de Lisboa de 1952”, Revista *Relações Internacionais*, nº 27, p. 65.

¹¹² Pereira, Bernardo Futscher, (2017), “Guerra Fria (1949-1953)” in *Crepúsculo do Colonialismo – A diplomacia do Estado Novo (1949-1961)*, Lisboa, D. Quixote, p. 70.

¹¹³ Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “A afectividade luso-brasileira – A reorganização de Portugal sob Salazar” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal; Do Tratado de Amizade e Consulta ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, p. 87.

¹¹⁴ Teixeira, Nuno Severiano, “Entre a África e a Europa: A política externa portuguesa 1890-2000”, in Pinto, António Costa (coord.), (2005), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 109.

2. CAPÍTULO II: O Estado Novo brasileiro e a democratização do Brasil

O nascimento do Estado Novo no Brasil significou um corte com o liberalismo da República Velha e muitos dos que levantavam a voz contra o liberalismo colocaram-se do lado da ditadura.¹¹⁵

O golpe que levou ao estabelecimento do Estado Novo brasileiro, de novembro de 1937, foi o que se chama de um golpe silencioso porque não encontrou resistência. Os militares apoiaram este golpe e apenas se contavam algumas vozes dissidentes entre oficiais.¹¹⁶ O Estado Novo foi a “ditadura pessoal de um político civil, Getúlio Vargas – mantido no poder pelos militares” que aproveitaram este período para se modernizar exponencialmente. O estabelecimento do Estado Novo, em 1937, representava, por um lado, a derrota da política oligárquica regional que se encontrava no poder no Brasil, e, por outro lado, uma derrota temporária para o constitucionalismo liberal e para as instituições políticas representativas, como o Congresso, os partidos políticos ou as eleições. O Estado Novo brasileiro foi classificado como o resultado de uma série de eventos políticos que se iniciaram com a Revolução de 1930. De 1937 a 1945, até ao final da Segunda Guerra Mundial, o Brasil viveu sob uma ditadura autoritária durante a qual o Presidente Getúlio Vargas exerceu praticamente sem oposição, tendo poder ilimitado.¹¹⁷ Este foi um período marcado por alterações e adaptações do regime, quer devido aos acontecimentos a nível interno, quer devido ao deflagrar da Segunda Guerra Mundial.¹¹⁸

O Estado Novo brasileiro é apontado como o período de maior concentração de poder na história do Brasil desde a independência. Não existia nenhuma política no seu sentido institucional; nem eleições, nem partidos políticos nem assembleias estaduais. Getúlio Vargas e os seus aliados – políticos e militares – concentraram-se na construção do Estado, na reforma da administração pública federal, no desenvolvimento económico liderado pelo Estado e na construção de novas relações entre o Estado e a sociedade, especialmente com a classe trabalhadora urbana. A Carta, promulgada no dia 10 de novembro de 1937, “era mais um decreto-lei que uma Constituição”, não sendo totalmente autoritária e permitindo algumas

¹¹⁵ Skidmore, Thomas E., (1998), *Uma História do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, p. 167.

¹¹⁶ Por exemplo, Monteiro Góis e Eurico Dutra, duas figuras do golpe de novembro de 1937, não quiseram estabelecer uma ditadura militar no Brasil. In Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 51.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*, pp. 53 – 56.

¹¹⁸ Paulo, Heloísa, (1994), *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva-História, p. 50.

liberdades civis, mas não só; um poder legislativo, um Parlamento Nacional, uma Câmara de Deputados eleita e um Conselho Federal com um representante de cada um dos vinte estados brasileiros e dez membros nomeados pelo Presidente.¹¹⁹ Ao contrário dos “seus mentores europeus em matéria de fascismo”, Getúlio Vargas não se apoiou em nenhum partido político recém formado para basear o seu regime autoritário nem criou um partido a partir do seu governo. O Estado Novo brasileiro, de 1937 a 1943, quando Vargas se começou a preparar para as eleições presidenciais, “representou um hiato no desenvolvimento da política partidária, organizada em linhas classistas ou ideológicas”.¹²⁰

A estrutura administrativa do Estado Novo estava organizada de modo a facilitar o poder pessoal de Getúlio Vargas ao mesmo tempo que transformava rapidamente o país.¹²¹ O Estado promoveu o culto à figura de Vargas, que, desde a Revolução de 1930, ganhou popularidade “como líder carismático, impositor de uma ordem social mais justa que a anterior, dominada pelas oligarquias estaduais”. Getúlio Vargas era visto como o “pai dos trabalhadores”, uma figura paternal para o povo brasileiro.¹²² O Estado Novo começou e terminou com tensões sociais relativamente pequenas embora os órgãos de controlo político, social e repressivo tenham crescido sob a ditadura de Vargas.¹²³ Os militares eram o garante final da ordem pública, mas a polícia também era de extrema importância. A força policial do Distrito Federal, que se encontrava sob supervisão do Ministro da Justiça e dos Assuntos Internos brasileiro, passaria para a alçada direta do Presidente a partir de janeiro de 1933, com Felinto Müller como chefe da polícia. Cada estado brasileiro tinha a sua polícia política e o Departamento de Ordem

¹¹⁹ Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 54.

¹²⁰ Skidmore, Thomas, (2007), *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, p. 53

¹²¹ Idem, *ibidem*, p. 58

¹²² Paulo, Heloísa, (1994), *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva-História, p. 65.

¹²³ “Com a exceção de umas poucas instituições, como o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, para a propaganda oficial e para a censura de imprensa, além da polícia secreta, a estrutura administrativa do Estado Novo era uma resposta ao desafio a governar efetivamente e, rapidamente, transformar o país, tanto o quanto era um conjunto de dispositivos para facilitar o poder pessoal de Vargas.” In Skidmore, Thomas, (2007), 7ª edição, “A era de Vargas (1930-1945) – Novos padrões de governo”, in *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, p. 58.

Política - DOPS - monitorizava toda a atividade política que fosse contra o regime, sendo que os comunistas continuavam a ser o maior alvo da repressão do Estado.¹²⁴

A 2 de julho de 1931 deu-se a primeira “experiência de criação, no Brasil, de um órgão de propaganda diretamente vinculado ao Estado”, quando se fundou um departamento oficial de propaganda. No entanto, este só foi formalizado a 10 de julho de 1934 com o nome de Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, orientado pelo jornalista Lourival Fontes. Este departamento “apesar da tentativa de coordenar algumas realizações, não [conseguiu] avançar muito em termos de credibilidade”.¹²⁵ O Departamento de Propaganda ficou responsável pela publicação e divulgação de obras “que [versavam] a ação do Estado” e a criação de um programa radiofónico chamado “A Hora do Brasil”.¹²⁶ Este programa, de 1938, difundia “mensagens, discursos e comunicações oficiais do governo”. A 27 de dezembro de 1939, através do decreto-lei nº 1 915, criou-se o Departamento de Imprensa e Propaganda – D.I.P.¹²⁷ O DIP foi fortemente influenciado pela publicidade comercial nos Estados Unidos e pelo Ministério da Informação Popular e Propaganda, de Joseph Goebbels, na Alemanha nazi. O DIP, assim como a Polícia Federal, encontrava-se formalmente sob alçada do Ministério da Justiça, mas o seu diretor, Lourival Fontes, respondia diretamente ao Presidente.¹²⁸ Este órgão de propaganda “[possuía] uma dupla função, diferenciando-se dos seus predecessores pela maior elaboração do seu regulamento interno e do seu carácter censor”. Este departamento permanecia subordinado diretamente à Presidência da República e era chefiado por Lourival Fontes, “a ação do órgão incide sobre dois ângulos: o de propagandear o ideário do regime e o de assumir o papel de censor, o que vai torná-lo famoso e temido nos anos compreendidos entre

¹²⁴ Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 58 – 59.

¹²⁵ Paulo, Heloísa, (1994), “O D.I.P. (1939-1945)” in *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva-História, p. 139.

¹²⁶ Na fase de maior controlo, do DIP houve uma “reestruturação do programa “Hora do Brasil”, a fim de que a sua transmissão fosse efectiva em todo o país, através da promulgação da obrigatoriedade de todos os estabelecimentos públicos manterem os rádios ligados no horário em que o programa era levado ao ar, transformando-o no programa de maior audiência forçada do país.” In Paulo, Heloísa, (1994), “O D.I.P. (1939-1945)” in *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva-História, p. 140.

¹²⁷ Idem, *ibidem*, p. 139.

¹²⁸ Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 59 e 60.

1940 e 1945”.¹²⁹ O DIP dirigia a imprensa e a rádio oficial do governo; a rádio, inaugurada em 1938, funcionava como um instrumento muito eficaz de propaganda política. Os meios de comunicação que não pertenciam ao Estado foram, também, controlados pelo DIP. A imprensa era um instrumento de Estado, todos os materiais, editores e livrarias foram sujeitos a intervenção do DIP. O cinema, o teatro, a rádio, os livros, os jornais e as revistas foram censurados diretamente pelo DIP.¹³⁰

Os primeiros anos do Estado Novo no Brasil foram pautados por “um clima de euforia e intenso trabalho”. Os anos de 1940 e 1941 foram os anos da “fase áurea” do DIP em que “toda a sua ação [convergia] no sentido de forjar uma imagem sacralizada do regime, das suas instituições, dos feitos e das principais personalidades”. O ano de 1940 foi considerado especial por terem sido assinaladas múltiplas iniciativas que traçaram o perfil do regime. Uma delas focava o culto em torno de Getúlio Vargas, executado através de uma cerimónia que transformou o 19 de abril, data de aniversário de Vargas, numa data de importância nacional. Em 1942, o Estado Novo brasileiro modificou a sua política externa, afastou-se das potências do Eixo e aproximou-se da esfera dos Estados Unidos da América. Desta forma, o discurso ao nível da propaganda foi alterado revelando “o Brasil [como] uma democracia, ou melhor, uma forma de organização democrática, “uma democracia autoritária”, na definição de Almir de Andrade, diretor da revista *Cultura Política*.¹³¹ No seguimento desta nova política externa, o DIP foi obrigado a modificar-se para sobreviver. No dia 4 de junho de 1942, manifestações populares contra as potências do Eixo são realizadas em todo o país. Uma série de figuras do regime foram acusadas de aproximação com os regimes fascistas europeus, de entre os quais, Lourival Fontes, diretor do DIP, e Filinto Muller, o chefe da Polícia do Distrito Federal. Como consequência, a 17 do mesmo mês, o diretor do DIP demitiu-se e “uma nova etapa [teve] início

¹²⁹ Paulo, Heloísa, (1994), “O D.I.P. (1939-1945)” in *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva-História, p. 140.

¹³⁰ Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 61.

¹³¹ Paulo, Heloísa, (1994), “O D.I.P. (1939-1945)” in *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva-História, pp. 146 – 148.

A revista *Cultura Política* foi a revista “brasileira mais famosa deste período (...) dirigida por Almir de Andrade e que “reúne uma grande parte dos intelectuais brasileiros, incluindo aqueles que não demonstram uma adesão ostensiva ao regime.” In Paulo, Heloísa, (1994), “O D.I.P. (1939-1945)” in *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva-História, p. 143.

na história do órgão”.¹³² No ano de 1943, “a marca militarista é imposta em definitivo ao DIP” sendo que as cerimónias realizadas destacaram, principalmente, a defesa da Pátria e a mobilização para o esforço da guerra. Temas que foram repetidos nas publicações, nos cartazes e nas emissões radiofónicas.¹³³

Após a saída de Lourival Fontes, “há uma espécie de “esvaziamento” das atividades culturais e os pedidos de demissão nas diversas divisões (...) desarticulam o trabalho até então realizado”. Com o final da Segunda Guerra Mundial aproximou-se, também, o final do Departamento de Imprensa e Propaganda, o decreto de maio de 1945 “que [previa] o seu desaparecimento, apenas [oficializou] a sua morte”. Os serviços deste departamento deixaram de ser valorizados pois a sua mensagem estava “completamente desajustada à nova realidade democrática que se [abria] para o país”.¹³⁴

Após 1945, segundo Heloísa Paulo, “o regime busca (...) uma saída para a sua própria sobrevivência, abrindo as portas para os ideais democráticos, desde que estes sejam manifestações puramente discursivas”.¹³⁵ Uma das ações mais importantes do departamento eliminado no pós-guerra no Brasil era a ação censora.¹³⁶ Até à sua extinção, o DIP censurava o teatro, o cinema, a rádio, a literatura, a imprensa e as atividades recreativas e desportivas. O Departamento de Imprensa e Propaganda possuía uma seção estadual de Imprensa e Propaganda em todos os estados brasileiros. O decreto-lei nº 7.582, de 25 de maio de 1945, levou à extinção formal do Departamento de Imprensa e Propaganda e à criação do Departamento Nacional de Informações – DNI. Este, tal como o DIP, ficou subordinado ao Ministério da Justiça. Através do decreto-lei, de dezoito artigos, percebia-se que o novo departamento iria difundir todas as informações relativas ao plano cultural brasileiro assim como censurar o teatro, o cinema e

¹³² Após a saída de Lourival Fontes, o DIP ficou entregue ao major António José Coelho dos Reis. Este era antigo assessor de gabinete do General Gaspar Dutra, ministro da Guerra do governo de Vargas a partir de 1942. Nesta fase, o departamento assumiu uma nova diretriz na sua propaganda, mais coincidente com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. “O órgão, sem deixar de veicular os pressupostos do regime, articula-os com o contexto da guerra”. In Paulo, Heloísa, (1994), “O D.I.P. (1939-1945)” in *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva-História, pp. 148 e 149.

¹³³ No ano de 1943, a direção do órgão esta a cargo do major Amílcar Dutra Menezes, que era, no ano anterior, o encarregado de divisão de radiodifusão. In Paulo, Heloísa, (1994), “O D.I.P. (1939-1945)” in *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva-História, p. 149.

¹³⁴ Idem, *ibidem*, pp. 149 e 150.

¹³⁵ Idem, *ibidem*, p. 150.

¹³⁶ Idem, *ibidem*, p. 140.

todos os programas de rádio. Para além disso, o decreto mostrava a constituição do novo órgão, com várias divisões, tal como existia no DIP. Estas incluíam a Agência Nacional, que faria a distribuição do noticiário e todo o carácter informativo à imprensa. Os anteriores departamentos estaduais do DIP extinguem-se e passam a ser departamentos estaduais de informação.¹³⁷ O Departamento Nacional de Informação foi extinto a 6 de setembro de 1946, pelo decreto-lei nº 9.788, no governo de Dutra. Neste decreto mantinha-se a Agência Nacional, subordinada ao Ministério da Justiça, com uma função “meramente informativa das atividades nacionais” mantendo o jornal cinematográfico de carácter noticioso e o boletim informativo radiofónico do país.¹³⁸

O Serviço de Censura de Diversões Públicas que, inicialmente, fazia parte do Departamento de Segurança Pública, mais tarde Departamento de Polícia Federal, foi regulamentado, pelo decreto 20.493, após a queda de Vargas, em janeiro de 1946 pelo Presidente interino, José Linhares.¹³⁹ Através deste decreto compreendemos que o serviço de censura ficou subordinado ao chefe da Polícia e que a censura prévia atuava nos mais diversos campos, como peças de teatro, cinema, bailados, peças declamatórias, anúncios de imprensa, exibição de fotografias e cartazes, todas as atividades a realizar no carnaval, todos os programas em rádio e exibições na televisão. Qualquer espetáculo dos anteriormente referidos dependia da aprovação do serviço de censura.¹⁴⁰ Segundo a investigadora Nayarada Silva Vieira, o mais importante objetivo do DIP foi divulgar os princípios do regime e a importância do seu líder,

¹³⁷ Senado Federal – Secretaria Geral de Informação Legislativa – Decreto-lei nº 7.582, de 25 de maio de 1945. Consultado em 29 de setembro de 2017. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=532679&id=14406234&idBinario=15770000&mime=application/rtf>.

¹³⁸ Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei nº 9.788, de 6 de setembro de 1946. Consultado em 29 de setembro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19788.htm.

¹³⁹ Viera, Nayarada Silva, (2010), *Entre o imoral e o subversivo: a Divisão de Censura de diversões públicas (DCDP) no regime militar (1968-1979)*, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPHIS) da Universidade de Brasília (UNB) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social, p. 22.

¹⁴⁰ Câmara dos Deputados do Brasil – Decreto Legislativo nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946. Consultado em 29 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20493-24-janeiro-1946-329043-publicacaooriginal-1-pe.html>.

junto das camadas populares e, com o seu fim, houve uma necessidade de “restauração dos critérios morais como pauta da ação censória”.¹⁴¹

O decreto 20.493, ainda que alterado, foi “a coluna vertebral do organismo censório federal organizado durante a ditadura militar”. Com a entrada de Dutra no poder e através da Constituição de 1946 consagraram-se “as liberdades expressas na Constituição de 1934, que haviam sido retiradas em 1937”. Manteve-se, apenas, a censura prévia para apresentações artísticas, em espetáculos e diversões públicas. A Divisão de Censura de Diversões Públicas - DCDP - que se tornou o órgão responsável pela censura de produções artísticas durante o regime militar no Brasil, teve a sua gênese no decreto 24.651, de 10 de junho de 1934, no qual Getúlio Vargas criou o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural - DPDC. Em 1939, surgiu o Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP. A legislação adotada pelo regime militar a partir de 1964, na organização da censura, foi “adaptada” através destes dois instrumentos, sendo que foi “construída com base nas leis do Estado Novo”.¹⁴²

Segundo Skidmore, “a ditadura getulista tinha um agudo senso da importância da cultura popular como um meio de aglutinar o apoio ao governo, fazendo com que o Brasil aparecesse sob um ângulo positivo no contexto internacional”. O futebol e, mais tarde, o Carnaval do Rio, com as escolas de samba e os desfiles, foram os maiores dois exemplos de promoção da cultura popular do governo de Getúlio Vargas.¹⁴³

No início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, o governo getulista decidiu manter-se neutro até que os Estados Unidos pagassem um preço justo pelo apoio brasileiro, mas, por outro lado, continuavam a manter relações comerciais e diplomáticas com as potências do Eixo “como parte do jogo de usá-las contra os Estados Unidos”.¹⁴⁴ Em janeiro de 1942, após o ataque a *Pearl Harbor* e a decisão dos Estados Unidos entrarem na guerra, o Brasil abandonou a sua neutralidade mostrando-se de acordo com o negociado na *Rio Conference of American Foreign Ministers*.¹⁴⁵ O Brasil foi o primeiro país da América Latina a fazê-lo e rompeu as relações

¹⁴¹ Viera, Nayarada Silva, (2010), *Entre o imoral e o subversivo: a Divisão de Censura de diversões públicas (DCDP) no regime militar (1968-1979)*, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPHIS) da Universidade de Brasília (UNB) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social, p. 52.

¹⁴² Idem, *ibidem*, p. 22

¹⁴³ Skidmore, Thomas E., (1998), *Uma História do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, p. 167.

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 170.

¹⁴⁵ “The Third Meeting of Consultation of Latin American Ministers of Foreign Affairs (the Rio Conference of 1942) took place in Rio de Janeiro on 15-28 January 1942, in response to the Japanese attack on Pearl Harbor on 7 December 1941. After that attack the United States called for an

diplomáticas e comerciais com os países do Eixo. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos Aliados, despertou a oposição interna à ditadura.¹⁴⁶ No entanto, em termos de política externa, o Brasil entrou na guerra quando os Aliados estavam prestes a sair vencedores, porque “não podia esperar mais se pretendia obter alguma compensação atraente por entrar na guerra”. Os Estados Unidos precisavam de ter acesso a matéria-prima, como borracha, quartzo e outros minerais e, também, acesso ao litoral brasileiro onde existiam bases aéreas e marítimas que permitiriam a vigilância e controlo do oceano Atlântico.¹⁴⁷ Por outro lado, forneceram ao Brasil equipamento militar, como tanques e aeronaves, e muitos militares brasileiros foram treinados em *Fort Leavenworth*. Os Estados Unidos permaneceram o principal mercado para a exportação brasileira de café.¹⁴⁸ Os Acordos de Washington, de 1942¹⁴⁹, assinados entre estes dois países, permitiram que o Brasil se tornasse o fornecedor de materiais estratégicos para os EUA.¹⁵⁰ Esta aliança fez do Brasil o parceiro latino-americano mais “evidente” dos Estados Unidos.¹⁵¹

"emergency consultation" to determine the response of the Pan-American nations to the state of war and the Axis threat to the Western Hemisphere.” Consultado em 19 de julho de 2017. Disponível em: www.encyclopedia.com/humanities/...and.../rio-conference-1942

¹⁴⁶ Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 67 – 69.

¹⁴⁷ Skidmore, Thomas E., (1998), *Uma História do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, p. 171.

¹⁴⁸ Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 67.

¹⁴⁹ “Resultado de conversações bem-sucedidas entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos durante os dois primeiros meses de 1942, os Acordos de Washington diziam respeito basicamente ao fornecimento de certas matérias-primas brasileiras à indústria norte-americana e foram assinados em Washington a 3 de março de 1942. (...) Os Acordos de Washington constituíram uma garantia de fornecimentos essenciais aos esforços de guerra dos Aliados. De outro lado, eles circunscreveram mais da metade de toda a exportação brasileira nos anos da guerra, exercendo, portanto um papel predominante na economia brasileira. De um modo geral, os acordos asseguravam aos Estados Unidos o monopólio das compras e da redistribuição dos produtos, em nome da necessidade de “distribuição adequada” aos diferentes países consumidores, inclusive os latino-americanos, segundo suas necessidades. Mas como a “distribuição adequada” era prerrogativa das agências do governo norte-americano, os Acordos de Washington constituíram-se também em instrumento político da hegemonia dos Estados Unidos sobre o continente”. Consultado em 11 de setembro de 2017. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/washington-acordos-de>.

¹⁵⁰ Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 67.

¹⁵¹ Skidmore, Thomas E., (1998), *Uma História do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, p. 171.

Os dois últimos anos do Estado Novo previam uma nova fase na carreira política de Vargas, uma vez que este regressa ao poder em 1950, depois de ter sido forçado a deixar o cargo em 1945. Durante esses dois anos, de 1943 a 1945, Getúlio Vargas conseguiu compreender que a ditadura não sobreviveria à Segunda Guerra Mundial; “o seu fascismo, ainda que de segunda mão, estava condenado a ser sacudido pela derrocada próxima do fascismo na Europa, para a derrota do qual o Exército Brasileiro estava contribuindo com uma Força Expedicionária”. Em 1943, Vargas apoiou as bases para um novo movimento político uma vez que “estava prevendo o momento em que o sistema político seria reaberto e o poder repousaria no processo eleitoral”.¹⁵² Tanto a democracia como as eleições livres voltaram ao Brasil em 1945. As eleições presidenciais de 1945 foram uma disputa entre dois oficiais do Exército, Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes.¹⁵³

A 28 de fevereiro de 1945 o governo de Vargas emitiu um ato adicional que emendava a Constituição de 1937, revelando que dentro de noventa dias estaria marcada uma data para as eleições. Mesmo antes de este ato vir a público já existia um candidato à Presidência, o brigadeiro Eduardo Gomes¹⁵⁴, candidato da União Democrática Nacional¹⁵⁵ – UDN. A revolta popular aumentou no Brasil e, a 11 de março, Getúlio Vargas anunciou que não se candidatava a estas eleições, mas, no dia seguinte, o seu Ministro da Guerra, o General Dutra, iniciou a sua candidatura, tendo o apoio de um partido político recém-formado, o Partido Social Democrático

¹⁵² Skidmore, Thomas, (2007), *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, pp. 62 – 64.

¹⁵³ Dutra tinha sido ministro da Guerra, de 1936 a 1945, “servindo de pilar ao Estado Novo autoritário de Getúlio Vargas”. In Skidmore, Thomas E., (1998) Tradução de Raul Fiker, 2ª edição, *Uma História do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, p. 182.

¹⁵⁴ Eduardo Gomes foi muito importante num papel de ligação entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial. Já no final do Estado Novo, “passou a [articular-se] com setores de oposição liberal, que lançaram seu nome às eleições presidenciais, marcadas para dezembro de 1945. Em torno [da] sua candidatura foi articulada a criação da União Democrática Nacional (UDN). Realizado o pleito presidencial, após acirrada campanha, acabou derrotado pelo general Eurico Dutra, que havia sido ministro da Guerra de Vargas e que recebeu o apoio das forças comprometidas com o Estado Novo. Em 1950, foi novamente lançado candidato à presidente da República pela UDN, sendo dessa vez derrotado pelo próprio Vargas. Consultado em 11 de setembro de 2017. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/eduardo_gomes

¹⁵⁵ A União Democrática Nacional – UDN – era uma coligação entre a direita, o centro e a esquerda não-comunista, que fazia parte da oposição ao anterior regime de Getúlio Vargas. In Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 75.

- PSD. Esta situação foi vista pela oposição como “uma tática diversionista” de Vargas.¹⁵⁶ Como já referido anteriormente, a disputa eleitoral brasileira, em 1945, foi entre o PSD e a UDN, um partido que apoiava o Estado Novo e um partido contra o Estado Novo. Ambos representavam a classe dominante, com apoio urbano e da classe média apesar de serem dois candidatos retirados das fileiras do Exército, nenhum dos quais com grande apoio popular. No entanto, foi durante os meses de eleições que as classes médias e operárias urbanas entraram na cena política brasileira. Nestes seis meses, de maio a outubro de 1945, o Brasil “testemunhou um nível sem precedentes de mobilização política nas principais cidades brasileiras”.¹⁵⁷ Nas comemorações do 1º de Maio, Vargas anunciou o seu apoio à candidatura do General Gaspar Dutra e a data das eleições estava marcada; 2 de dezembro de 1945. No entanto, apesar de todo este aparato com duas candidaturas a Presidente, ainda existiam apoiantes de Vargas na nova candidatura a eleições à Presidência, ficaram conhecidos como os “*queremistas*” por terem como *slogan* “Queremos Getúlio!”. Em outubro, Vargas declarou que não era candidato às eleições, mas continuava a ter uma “posição enigmática” que “estimulava especulações maiores com respeito à sua verdadeira atitude diante das eleições iminentes”. No rescaldo destes acontecimentos e, sobretudo, da recém nomeação do irmão de Vargas, Benjamim Vargas para chefe de polícia do distrito federal, Góis Monteiro “mobilizou a opinião dos oficiais em prol do apoio a um golpe para depor o enigmático presidente”. Góis Monteiro apresentou um ultimato a Vargas, retirava a nomeação do irmão ou enfrentaria a sua deposição por parte do Exército. Vargas foi enviado para exílio a 30 de outubro de 1945. Skidmore afirma que “como havia acontecido, nos momentos críticos, em outubro de 1930 e novembro de 1937, foram os militares e não os políticos que se tornaram os imediatos guardiães do poder”.¹⁵⁸ De referir que, entre a saída de Vargas para o exílio e as eleições presidenciais de 2 de dezembro de 1945, foi José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal - STF -, quem assumiu a Presidência *ad*

¹⁵⁶ Skidmore, Thomas, (2007), *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, pp. 73 e 74.

¹⁵⁷ Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 75.

¹⁵⁸ Skidmore, Thomas, (2007), *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, pp. 74 – 78.

interim.¹⁵⁹ A grande prioridade da sua curta passagem pela Presidência do Brasil foi dirigir o processo sucessório que terminou com a vitória nas eleições do General Eurico Dutra.¹⁶⁰

Skidmore afirma que “a saída de Vargas do poder, em 1945, teve consequências profundas e imediatas para a política brasileira”. Esta continuaria a sofrer a profunda influência da personalidade de Getúlio Vargas embora o seu afastamento proporcionasse a criação de uma nova estrutura legal cuja função seria acompanhar a era democrática do pós-guerra. No entanto, o recente aparecimento da democracia traria novos desacordos e conflitos ao país. A partir de 1945 apareceu uma divisão na política brasileira; “os de dentro” e “os de fora”. Os “de dentro” eram aqueles que tinham apoiado Vargas durante o Estado Novo e que apoiariam o candidato que “lhes parecesse mais disposto a continuar as suas diretrizes básicas”, enquanto os “de fora” eram aqueles que tinham sido excluídos do poder em 1937, com a entrada de Vargas.¹⁶¹ Os resultados eleitorais saíram a 2 de dezembro de 1945, sem maiores incidentes, e o antigo ministro de Vargas, o General Dutra, obteve 55% da votação nacional, “com (...) uma confortável margem de diferença nos Estados-chave: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo”. Por seu lado, Eduardo Gomes obteve 35% dos votos. As eleições de 1945 trouxeram a “redemocratização” do Brasil e em janeiro de 1946, Dutra é empossado como Presidente, dando início ao redigir de uma nova Constituição.¹⁶² Sob esta Constituição, o Brasil permaneceu uma república federal, da mesma forma que tinha acontecido nas duas anteriores Constituições, em 1891 e em 1934. A constituição de 1946 manteve a posição do Presidente como chefe do governo nacional e restaurou o poder do Congresso. As máquinas estaduais passariam a ter mais poder, embora menos do que aquele que tinham tido durante a República Velha.¹⁶³ Esta nova constituição garantia eleições livres, liberdade de imprensa e de associação, liberdades civis básicas e direitos sociais. Apesar disto, existiam limites à participação política, como exemplo, o recuso do voto para a população adulta analfabeta ou a ilegalização do único partido de esquerda no Brasil, o PCB - Partido Comunista Brasileiro. Estas eleições realizadas no Brasil, no fim do ano de 1945, foram as primeiras razoavelmente justas, competitivas, livres e

¹⁵⁹ Bethell, Leslie (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 88.

¹⁶⁰ Consultado em 11 de setembro de 2017. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/jose_linhares.

¹⁶¹ Skidmore, Thomas, (2007), *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, pp. 79 e 80.

¹⁶² Skidmore, Thomas, (2007), *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, p. 90.

¹⁶³ Skidmore, Thomas E., (1998) *Uma História do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, p. 183.

populares. A "democratização" do Brasil, em 1945 e 1946, no final da Segunda Guerra Mundial, fez parte de uma onda de democratização latino-americana e, até mesmo, mundial. Durante a Segunda Guerra, o Brasil de Vargas aliou-se aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha contra a Alemanha, a Itália e o Japão, situando-se, portanto, do lado da democracia contra o fascismo. Nos meses finais da guerra, Vargas começou a ser alvo de maior contestação desejando que o sistema político brasileiro fosse mais liberal, se não democrático. Esta transição para a "democracia" foi, no entanto, controlada pelas forças que tinham sustentado o Estado Novo. Como já referido, Vargas tinha sido afastado do poder, mas um dos seus homens fortes, o general Eurico Dutra, foi eleito Presidente. Com Dutra no poder, os militares conservaram as regalias que possuíam durante o Estado Novo e apoiaram o novo Presidente, ao contrário do que acontecia em muitos outros países latino-americanos, onde os militares foram fundamentais para o derrube das ditaduras no pós-guerra, até ao golpe militar de 1964.¹⁶⁴ Sem o apoio dos militares, era impossível que um presidente democraticamente eleito continuasse no poder.¹⁶⁵

Durante o período entre 1945 e 1964, os três partidos que dominaram a política brasileira, foram aqueles que foram formalmente constituídos entre fevereiro e maio de 1945; o PSD, partido criado para continuar a obra do Estado Novo de Vargas; a UDN, com uma coligação entre a direita, o centro e a esquerda não-comunista, os opositores de Vargas; e o Partido Trabalhista brasileiro – PTB, que era organizado por funcionários do Ministério do Trabalho e chefes sindicais.¹⁶⁶ Como já referido anteriormente, a eleição presidencial foi ganha pelo General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra do governo de Vargas entre 1936 e 1945. Eurico Gaspar Dutra recebeu apoio, quer do próprio Vargas, quer do PTB, aquando da candidatura às eleições.¹⁶⁷ O PSD, em aliança com o PTB, saiu vencedor de duas das quatro eleições presidenciais do pós-guerra - em 1945 com Eurico Gaspar Dutra e em 1955 com Juscelino Kubitschek - e desempenhou um papel crucial numa terceira eleição, em 1950.¹⁶⁸

¹⁶⁴ Bethell, Leslie (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 86 - 89.

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 99.

¹⁶⁶ Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 75.

¹⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 88

¹⁶⁸ Este partido ganhou todas as eleições no Congresso, Câmara dos Deputados e Senado, entre 1945 e 1962, embora a sua participação no voto tenha sofrido um acentuado declínio entre 1945 e 1950, de 56 por cento para 3 por cento e, depois de permanecer estável durante a década de 1950, caiu novamente entre 1958 e 1962, de 35 para 29 por cento, quando apenas ganhou uma pluralidade na

Durante os dois primeiros anos de mandato, para além da preocupação com a economia, o Presidente Dutra dedicou-se à restauração do controlo estatal do trabalho organizado e à derrota do comunismo. No final da Segunda Guerra Mundial, houve um aumento da agitação laboral em todo o Brasil, que atingiu um pico em fevereiro e março e, novamente, em maio de 1946. Os salários da maioria dos trabalhadores brasileiros encontravam-se abaixo do valor que tinham no período anterior à guerra e não conseguiram acompanhar a inflação durante e no pós-guerra.¹⁶⁹ O governo de Dutra desenvolveu uma política externa de alinhamento “automático” com os Estados Unidos da América, esperando continuar a beneficiar com esta aproximação, tal como tinha acontecido durante a Segunda Guerra Mundial.¹⁷⁰

As eleições para o Congresso e para o Estado, realizadas em janeiro de 1947, apareceram como a última etapa na democratização do Brasil, depois da Segunda Guerra Mundial. Estas eleições, as primeiras eleições diretas desde a democratização do pós-guerra, foram realizadas para os vinte governadores estaduais, cada um com um mandato de quatro anos, e as assembleias legislativas estaduais. O PSD ganhou em onze estados, a UDN em sete, o PTB em um. Na frente externa importa referir que a Guerra Fria se encontrava no seu estágio inicial, enquanto o Brasil se preocupava com estas eleições a nível interno.¹⁷¹ Em meados de 1949 as linhas internacionais de oposição da Guerra Fria estavam ao rubro, com o governo dos Estados Unidos a pressionar o Brasil e todos os outros países da América Latina, “a unir-se aos Estados Unidos no confronto com o bloco liderado pelos soviéticos”.¹⁷²

O Presidente Dutra não enfrentou nenhum dos desafios que os seus sucessores tinham pela frente e, por isso, cumpriu na totalidade o seu mandato. O Acordo Interpartidário falhou no seu objetivo; fazer com que o ex-Presidente Getúlio Vargas não regressasse ao poder através das eleições presidenciais de outubro de 1950. No entanto, Getúlio Vargas regressou mesmo ao poder firmando-se como senador no estado do Rio Grande do Sul e participando na Assembleia Constituinte. Durante os anos de 1948 e 1949, Vargas tornou-se muito crítico em relação ao trabalho desenvolvido pelo governo de Dutra, ao mesmo tempo que enaltecia as suas conquistas

Câmara dos Deputados. In Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 94.

¹⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 101.

¹⁷⁰ Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “Brasil e Portugal no sistema internacional” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, p. 63.

¹⁷¹ Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 104.

¹⁷² Skidmore, Thomas E., (1998), *Uma História do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, p. 187.

económicas e sociais - desenvolvimento económico nacional estatal, crescimento industrial, desenvolvimento de infraestruturas e integração nacional, legislação trabalhista e benefícios sociais para os trabalhadores - aquando da sua Presidência entre 1930 e 1945.¹⁷³ Durante a Presidência de Dutra a sua “mais implacável oposição” partiu do Partido Comunista - PCB - que “ressurgiu em 1945 como o mais forte partido comunista da América Latina”. A força do partido comunista tornou-se tão grande que o governo de Dutra utilizou a repressão, dado que uma das cláusulas da Constituição de 1946 permitia que os “partidos “antidemocráticos” [pudessem] ser impedidos de participação aberta na política.” O partido foi, então, “declarado fora da lei, por decisão judicial em 1947”.¹⁷⁴

A 31 de janeiro de 1951, o Presidente Dutra completou o seu mandato e entregou o poder a Getúlio Vargas, como resultado das eleições à Presidência de outubro de 1950.¹⁷⁵ Segundo Skidmore, “pela primeira e única vez, Vargas alcançava a presidência pelo voto popular direto”.¹⁷⁶ Getúlio Vargas tornou-se Presidente ganhando em todas as grandes cidades brasileiras, incluindo o Distrito Federal, Rio de Janeiro. Ficou como seu Vice-Presidente, Café Filho, sendo que foi eleito separadamente. O acesso de Vargas à Presidência teve o apoio dos trabalhadores afetos aos sindicatos, dos empresários nacionalistas e dos intelectuais. Além da pouca experiência com o Congresso, Vargas não tinha qualquer apoio partidário. Contudo, não podia governar sozinho, pelo que se aliou ao PSD, partido com maioria na Câmara e no Senado. Durante a sua administração e apesar da considerável inflação, Vargas triplicou o salário mínimo, que permanecia intocado desde dezembro de 1943. Entre junho e agosto de 1953, houve uma remodelação ministerial que pretendeu dar continuidade a uma política de conciliação e de procura de consensos interpartidários.¹⁷⁷ Esta fase conheceu uma aproximação à UDN e Vicente Rao, simpatizante do partido, tornou-se Ministro das Relações Exteriores. Em agosto de 1954, o Vice-Presidente Café Filho, assumiu a Presidência, uma vez que Getúlio Vargas se suicidou. O pós-suicídio de Vargas conheceu uma série de crises, nomeadamente

¹⁷³ Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 107 e 108.

¹⁷⁴ Skidmore, Thomas, (2007), *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, pp. 92 e 93.

¹⁷⁵ Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 112.

¹⁷⁶ Skidmore, Thomas, (2007), *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, p. 110.

¹⁷⁷ Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 111 a 115.

entre civis e militares, sendo previsível que a democracia brasileira, com pouco menos de dez anos, desaparecesse. Durante este período, alguns políticos, como Raúl Fernandes, Ministro das Relações Exteriores, ganharam alguma importância.¹⁷⁸

¹⁷⁸ Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 115 a 119.

3. CAPÍTULO III: As relações culturais luso-brasileiras entre 1945 e 1953

A defesa do império colonial português, a libertação da influência espanhola e a procura de apoio junto da Inglaterra e do Brasil eram os três pilares onde assentavam as relações externas portuguesas durante o regime salazarista.¹⁷⁹ A manutenção de Portugal como Estado-nação soberano dependia do império colonial. O que as colónias representavam para a história do mundo ocidental fazia de Portugal um ator válido no sistema internacional e, sem elas, Portugal “tornar-se-ia um país inviável”.¹⁸⁰

O governo português assumiu, desde logo, uma posição de liderança e empenho para o fortalecimento das relações entre Portugal e o Brasil. Portugal “chamava para si a condição de líder da civilização lusíada – composta pela união de Portugal, das suas colónias na Ásia, na África e o Brasil – e isto era importante para os planos de manutenção do império colonial do regime salazarista”.¹⁸¹ O Brasil era apresentado como uma das antigas colónias portuguesas e “prova irrefutável da eficiência portuguesa” no que ao colonialismo diz respeito. Portugal e o seu colonialismo eram, segundo Salazar, diferentes das outras metrópoles porque tinham como fim a “ação civilizadora e cristianizadora” e a existência do Brasil demonstrava-o; “segundo essa ideologia colonialista, Portugal seria um fabricante de Brasis: um grande país, filho de Portugal e onde todas as raças, em permanente processo de miscigenação, coexistem harmonicamente”.¹⁸²

Apesar das diferenças entre Portugal e o Brasil, em termos de interesses, António da Silva Rego refere que “houve sempre um aspeto a respeito do qual não se podia deixar de se registar uniformidade: o cultural. Sendo a mesma língua, mesmo o passado literário, mesmos os gostos, a literatura, embora se bifurcasse, não deixaria de se encontrar a cada passo”.¹⁸³

¹⁷⁹ Teixeira, Nuno Severiano, “Entre a África e a Europa: A política externa portuguesa 1890-2000”, in Pinto, António Costa (coord.), (2005), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 87 – 116.

¹⁸⁰ Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “A afetividade luso-brasileira” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, p. 89.

¹⁸¹ Schiavon, Carmen G. Burget, (2007), *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*, Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História, p. 14.

¹⁸² Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “A afetividade luso-brasileira” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, p. 89.

¹⁸³ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953)”, capítulo IV, in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 111.

As relações culturais entre Portugal e o Brasil começaram a afirmar-se por volta de 1922 quando se assinou, no Rio de Janeiro, a 26 de setembro, uma convenção especial sobre propriedade literária e artística.¹⁸⁴ António Ferro foi, desde logo, apontado como um dos “grandes obreiros” desta aproximação.¹⁸⁵ No entanto, só a partir de 1930, com a presidência brasileira de Getúlio Vargas, se iniciou “uma época de grande aproximação entre Brasil e Portugal, mais propícia à negociação de acordos”.¹⁸⁶ Getúlio Vargas foi Presidente do Brasil entre 1930 e 1945 e de 1951 a 1954. Este clima de aproximação prosperou, também, durante a presidência de Juscelino Kubitschek de Oliveira, entre 1956 e 1961.

Durante os anos trinta foram assinados alguns acordos na área comercial, exemplo disso, um tratado de comércio assinado em 1933 e protocolos adicionais a este mesmo tratado assinados em 1938. No entanto, só apenas em 1966 existiu outro acordo comercial após novas negociações.¹⁸⁷ Este ambiente favorável entre os dois países levou a que fossem negociados vários acordos na área cultural, área a que se refere esta dissertação. Esta aproximação luso-brasileira foi, claramente, influenciada e beneficiada pelos contextos político-ideológicos semelhantes vividos nos dois países, uma vez que os dois governos “desenvolviam políticas públicas direcionadas para a valorização da nacionalidade, apoiadas em determinadas concepções de história, que procuravam através do passado legitimar o presente”.¹⁸⁸ Getúlio Vargas não se demonstrava contra a intensificação das relações entre Portugal e o Brasil, “até mesmo porque ela será aproveitada no projeto de construção do ideário nacionalista” brasileiro.¹⁸⁹

Em outubro de 1937, num dos primeiros momentos de aproximação luso-brasileira, o Embaixador de Portugal no Brasil, Martinho Nobre de Mello, foi responsável por uma conferência intitulada “Intercâmbio cultural entre Portugal e o Brasil”, conferência vista como

¹⁸⁴ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953)”, capítulo IV, in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 112.

¹⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 126.

¹⁸⁶ Magalhães, José Calvet de, “As relações Portugal-Brasil no século XX - Acordos e tratados: 1895-1952”, in Amado, Luiz Cervo e José Calvet de Magalhães, (2000), *Depois das caravelas, As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Edição do Instituto Camões, p. 214.

¹⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 215.

¹⁸⁸ Schiavon, Carmen G. Burget, (2007), *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*, Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História, p. 93.

¹⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 17.

a “mola propulsora do estreitamento das relações luso-brasileiras”. Nesta conferência, o Embaixador sugeria o intercâmbio de professores, estudantes, cursos de férias, revistas, bolsas de estudo, serviços de informações culturais, a resolução definitiva da questão ortográfica, entre outras.¹⁹⁰ Um dos primeiros acordos que tentava resolver a questão ortográfica foi assinado entre os dois países a 30 de abril de 1931, simultaneamente, em Lisboa e no Rio de Janeiro, pela Academia das Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras. Este Acordo Ortográfico tinha como objetivo “preservar a unidade e promover a expansão da língua portuguesa”. Apesar da assinatura do acordo existiam divergências ortográficas entre os dois países o que levou a que se organizasse uma Convenção Ortográfica Luso-Brasileira, assinada em Lisboa, a 21 de dezembro de 1943. Desacordos contínuos fizeram com que existissem novas negociações entre as delegações portuguesa e brasileira que deram origem à Convenção Ortográfica Luso-Brasileira, a 8 de dezembro de 1945. No entanto, após o golpe militar de 1945, as novas eleições, e após a subida do Marechal Gaspar Dutra à Presidência, “o governo brasileiro informou a embaixada portuguesa no Rio de Janeiro que, tendo os dois acordos ortográficos de 1943 e 1945 sido aprovados por decretos governamentais, seria necessário submetê-los à aprovação do Congresso brasileiro”, e, apesar de Getúlio Vargas ter regressado ao poder, o parlamento brasileiro não aprovou o acordo de 1945.¹⁹¹

A Exposição do Mundo Português, realizada em Portugal em 1940, como dupla comemoração centenária – 1140 como data da fundação da nacionalidade e 1640 como data da Restauração da Independência – “é como que o símbolo emblemático do período áureo” do Estado Novo de Salazar.¹⁹² Esta exposição marcou o “ponto culminante [da] Política do Espírito, a sua consolidação”.¹⁹³ Quando Portugal preparava as Comemorações Centenárias, Salazar apelou ao Brasil para que o país participasse nos eventos comemorativos e auxiliasse Portugal “a fazer as honras da casa”, que “não seja apenas o nosso hóspede de honra, mas, como

¹⁹⁰ Schiavon, Carmen G. Burget, (2007), *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*, Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História, pp. 93 e 94.

¹⁹¹ Magalhães, José Calvet de, “As relações Portugal-Brasil no século XX - Acordos e tratados: 1895-1952”, in Amado, Luiz Cervo e José Calvet de Magalhães, (2000), *Depois das caravelas, As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Edição do Instituto Camões, p. 216.

¹⁹² Rosas, Fernando (coord.). (sem data) “O Estado Novo dos anos 30” in *História de Portugal – O Estado Novo*, volume VII, Lisboa, Editorial Estampa, p. 294.

¹⁹³ Medina, João, (dirigida), (sem data), *História de Portugal «O Estado Novo» II - Opressão e resistência*, volume XIII, Madrid, S.A.E.P.A., p. 84.

da família”. Getúlio Vargas respondeu a este apelo de Salazar confirmando que o Brasil iria “não como visitante, mas como membro da família que, embora politicamente dela separado, permanece fiel ao seu espírito e leal à sua amizade”. Assim, o Brasil participou nos festejos do Duplo Centenário, “enviando para Portugal, não só uma comitiva de representantes oficiais, mas tomando a iniciativa de edificar o Pavilhão do Brasil e a parte brasileira no Pavilhão dos Portugueses no Mundo, por ocasião da Exposição Histórica do Mundo Português. O objetivo era “demonstrar a Portugal o culto do Brasil pela tradição comum”.¹⁹⁴

É, portanto, durante os anos quarenta que as relações culturais entre Portugal e o Brasil se intensificam.¹⁹⁵ Em agosto de 1941, uma importante representação portuguesa chefiada por Júlio Dantas, presidente da Academia das Ciências, deslocou-se ao Brasil. Neste mesmo período também se encontrava no Brasil, a convite do governo brasileiro, António Ferro. O objetivo da presença do diretor do Secretariado de Propaganda Nacional era “difundir junto das autoridades brasileiras e dos membros da colónia portuguesa no Rio de Janeiro e São Paulo uma imagem positiva das realizações do governo de Salazar e do posicionamento de Portugal ante o conflito internacional”. No seu discurso, António Ferro abordou o tema da neutralidade portuguesa no conflito mundial, os Açores como ponto estratégico na entrada da Europa e “em especial, um possível alinhamento do Estado brasileiro à neutralidade do governo português”.¹⁹⁶ A verdadeira motivação para a ida de Ferro ao Brasil foi, no entanto, a assinatura do Acordo Cultural de 1941. A 4 de setembro de 1941, no Palácio do Catete, foi assinado o Acordo Cultural luso-brasileiro, “instrumento básico e que muito contribuiria depois para a sempre crescente persistência das relações culturais”.¹⁹⁷ O Acordo Cultural foi assinado com o Departamento de Imprensa e Propaganda do Brasil, dirigido, à data, por Lourival Fontes. Este era um acordo realizado entre os organismos responsáveis pela propaganda dos dois regimes e decidia “difundir reciprocamente a cultura de ambos os países”.¹⁹⁸ O Acordo cultural de 1941

¹⁹⁴ Paulo, Heloísa, (1994), “Acção conjunta dos dois órgãos e dos dois regimes” in *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva-História, p. 165.

¹⁹⁵ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 121.

¹⁹⁶ Paulo, Heloísa, (1994), “Acção conjunta dos dois órgãos e dos dois regimes” in *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva-História, pp. 167 e 168.

¹⁹⁷ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 121.

¹⁹⁸ Magalhães, José Calvet de, (1997) “Os Acordos Ortográficos de 1943 e 1945 e o Acordo de Cooperação Intelectual de 1948”, in *Relance Histórico das Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras*, Quezta Editores, Lisboa, p. 62.

“marcou, indubitavelmente, [um] decidido passo em frente no historial do conhecimento mútuo das duas pátrias”.¹⁹⁹

O Secretariado de Propaganda Nacional criou, a partir do Acordo de 1941, uma secção dedicada ao intercâmbio luso-brasileiro. O representante do Brasil foi José Augusto César Alvim. A representação portuguesa pertenceu ao Visconde de Carnaxide, apesar de, no Brasil, “não haver notícias de uma divisão voltada em especial para o Acordo”.²⁰⁰ Esta secção brasileira do Secretariado de Propaganda Nacional foi inaugurada a 14 de abril de 1942, e tinha como chefe o Dr. Tavares de Almeida, com colaboração de figuras como Gastão de Bettencourt, José Osório Oliveira e Armando de Aguiar.²⁰¹ De entre as principais atividades da secção brasileira do SPN encontrava-se a publicação de um boletim mensal, entre os anos de 1944 e 1946, cujo objetivo era “fornecer aos jornais portugueses as notícias relativas a Portugal extraídas dos periódicos brasileiros”. Os 21 números localizados apresentam na folha de rosto frases de Getúlio Vargas e Oliveira Salazar procurando “realçar o interesse de ambos os países em manter, desde sempre, o nível das suas relações o mais próximo possível”.²⁰²

A assinatura deste acordo foi recebida de forma muito entusiasta pelo círculo político e literário em Portugal, onde os jornais divulgaram a notícia com pompa e circunstância tentando demonstrar a “obra diplomática que ambos os governos vêm realizando nos últimos anos”, reflete Carmen Schiavon como sendo o “momento em que Brasil e Portugal são gerenciados pela política do Estado Novo”.²⁰³ Uma das bases deste acordo era o nascimento de uma revista luso-brasileira, a revista *Atlântico*, lançada em Lisboa, “com óptima colaboração portuguesa e brasileira” e uma série de programas como a “*Meia Hora Brasileira*” pertencente à Emissora Nacional, com direção de José Osório de Oliveira, “um dos percursores da união cultural luso-brasílica”.²⁰⁴ Este acordo de 1941 estimulou a circulação de várias obras, aprovadas pela

¹⁹⁹ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 130.

²⁰⁰ Paulo, Heloísa, (1994), “Acção conjunta dos dois órgãos e dos dois regimes” in *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva-História, p. 169.

²⁰¹ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 128.

²⁰² Paulo, Heloísa, (1994), “Acção conjunta dos dois órgãos e dos dois regimes” in *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva-História, p. 169.

²⁰³ Schiavon, Carmen G. Burget, (2007), *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*, Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História, p. 98.

²⁰⁴ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 129.

censura dos dois países, que se relacionavam com a história, a literatura ou a cultura dos mesmos, sendo que a revista *Atlântico* possuía o papel de maior destaque.²⁰⁵

Durante os dois últimos anos da Segunda Guerra, de 1943 a 1945, o Embaixador do Brasil em Lisboa era João Neves da Fontura, “um convicto defensor de uma forte aproximação luso-brasileira”, com “duas constantes fundamentais na política externa brasileira: o culto do pan-americanismo e a estreita vinculação a Portugal”. Neves da Fontura foi responsável por um dos primeiros esboços de um diploma que concedia um estatuto especial aos portugueses no Brasil, mesmo que sujeito a várias negociações que foram interrompidas durante a Presidência de Eurico Dutra, entre 1946 e 1951. Após o regresso de Getúlio Vargas ao poder, estas negociações foram retomadas “com mais determinação”.²⁰⁶

Importa referir que apesar do esfriamento das relações culturais entre os dois países, durante a Presidência de Dutra, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Raul Fernandes, visitou oficialmente Lisboa. Nesta visita assinou-se um acordo cultural, desta vez designado para o campo universitário, campo que carecia de um acordo.²⁰⁷ Foi assinado um Acordo de Cooperação Intelectual, a 6 de dezembro de 1948, entre Portugal e o Brasil²⁰⁸ que promovia um largo intercâmbio entre as instituições de ensino e os homens da cultura de ambos os países”.²⁰⁹ Este acordo, de dez artigos, foi firmado, pelo Governo português, o Dr. José Caeiro da Mata,

²⁰⁵ Schiavon, Carmen G. Burget, (2007), *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*, Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História, p. 102.

²⁰⁶ A 5 de maio de 1944, João Neves da Fontura submeteu para aprovação do governo português um projeto de um diploma a publicar no Brasil que concedia um estatuto especial aos portugueses no Brasil. Este projeto acordava a livre entrada dos portugueses no Brasil, a concessão dos vários direitos, com as restrições impostas pela lei constitucional, e a facilitação e estímulo à naturalização. In Magalhães, José Calvet de, “Do Tratado de Amizade e Consulta à Revolução Portuguesa de 1974 – O Tratado de Amizade e Consulta de 1953”, in Amado, Luiz Cervo e José Calvet de Magalhães, (2000), *Depois das caravelas, As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Edição do Instituto Camões, p. 221.

²⁰⁷ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941”, in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 131.

²⁰⁸ Magalhães, José Calvet de, “As relações Portugal-Brasil no século XX - Acordos e tratados: 1895-1952”, in Amado, Luiz Cervo e José Calvet de Magalhães, (2000), *Depois das caravelas, As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Edição do Instituto Camões, p. 216.

²⁰⁹ Magalhães, José Calvet de, (1997) “Os Acordos Ortográficos de 1943 e 1945 e o Acordo de Cooperação Intelectual de 1948”, in *Relance Histórico das Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras*, Quezta Editores, Lisboa, p. 62.

Ministro dos Negócios Estrangeiros, e pelo governo do Brasil, o Dr. Raul Fernandes, seu homólogo. Este acordo, de nível universitário, permitiu que os dois países conhecessem as principais manifestações culturais das duas partes, promoveu o ensino da literatura, da história, da arte. Uma das bases do Acordo foi a concessão de bolsas de estudos a professores ou membros das academias ou a permuta de professores universitários e o intercâmbio de revistas científicas e teses de doutoramento. Os organismos encarregados deste acordo são o Instituto de Alta Cultura, em Portugal, e uma comissão dirigida pelo Ministério da Educação e Saúde no Brasil, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores. Este acordo tinha a duração de dez anos, sendo que não eliminava o Acordo Cultural de 1941, uma vez que também este se mantinha em vigor. Foi regulamentado em 19 de novembro de 1953, no Brasil, e a 30 de junho de 1954, em Portugal. Ainda durante 1948, António Ferro recordou que a Secção de Intercâmbio luso-brasileiro, criada pelo Acordo cultural de 1941, realizara “sessões públicas, conferências, concertos, revista *Atlântico* de colaboração com o DIP e hoje com a Agência Nacional, coleção Atlântico, coleção Documentos que interessam ao Brasil e Portugal” e muitos outros programas como prémios, pequenas bibliotecas, colaborações oficiais” e, por seu lado, a seção portuguesa do DIP “sob orientação inteligente, sensata e diplomática do Visconde de Carnaxide, “fez o que pôde – e fez muito – em estreita colaboração com a Federação das Associações Portuguesas num período agitado da vida brasileira”.²¹⁰

O Tratado de Amizade e Consulta de 1953, assinado entre Portugal e o Brasil, “foi o instrumento jurídico que deu forma às relações políticas luso-brasileiras na década de 50”. Este tratado foi assinado no governo de Getúlio Vargas, em 1953, ratificado no de Café Filho, no ano seguinte, mas só foi regulamentado no governo de Juscelino Kubitschek, em 1960. Este tratado tinha o objetivo original de “harmonizar as políticas externas dos dois países pelo mecanismo das consultas mútuas,” mas “acabou por funcionar como um pólo imanado ao redor do qual passaram a gravitar todas as correntes de opinião interessadas em ver prevalecer sobre os interesses nacionais brasileiros os interesses colonialistas portugueses”.²¹¹ Através do Tratado de Amizade e Consulta institucionalizou-se a comunidade luso-brasileira, cuja ideia já “existia no espírito de muitos intelectuais de ambos os países, apesar de algumas correntes

²¹⁰ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, pp. 129 – 132.

²¹¹ Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “O Tratado de Amizade e Consulta e a Comunidade Luso-Brasileira” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, p. 99.

nacionalistas e antiportuguesas surgidas no Brasil”.²¹² Já no início do século, em 1917, muitos destes intelectuais defendiam a criação de uma confederação luso-brasileira e, depois, em 1934, com a publicação da obra de Gilberto Freire, *Casa Grande e Senzala*, esta ideia ganhou ainda mais seguidores. Desta forma, quando se tornou público o tratado de 1953 “não surgiu nenhuma voz discordante. Não constituiu surpresa alguma, pois correspondia, com efeito, ao que no Brasil se sentia de Portugal e ao que em Portugal se sentia do Brasil”.²¹³

3.1. O Acordo Ortográfico de 1945

Em Portugal, existia “pouco escrúpulo ortográfico”, mesmo apesar do esforço seguido pelos governos da I República. Através de uma Portaria de 12 de setembro de 1911, tentou reformar-se a ortografia oficial do país, mas poucos a seguiram.²¹⁴ Para além disso, Portugal não consultou ou cooperou com o Brasil neste esforço, o que fez com que esta medida “não [fosse] bem vista em alguns meios intelectuais brasileiros”.²¹⁵ Desta forma, todos os acontecimentos dos anos trinta e quarenta em relação a esta questão apenas fazem parte da “velha questão ortográfica”, tal como apelidada por António Rego da Silva.²¹⁶

Após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e beneficiando do “clima de aproximação luso-brasileira” assinou-se, a 30 de abril de 1931, um Acordo Ortográfico, simultaneamente, em Lisboa e no Rio de Janeiro.²¹⁷ Este acordo foi redigido depois de filólogos e literatos dos dois países se encontrarem “inquietos por tão lamentável situação”. O Primeiro Acordo Ortográfico foi negociado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras. A portaria nº 7177, de 27 de maio de 1931 oficializou o acordo entre os dois países, do

²¹² Magalhães, José Calvet de, (1997) “Tratado de Amizade e Consulta de 1953”, in *Relance Histórico das Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras*, Quetzal Editores, Lisboa, p. 63.

²¹³ Rego, A. Da Silva, (1965), “O Tratado de Amizade e Consulta de 1953” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 140.

²¹⁴ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordos Ortográficos” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 116.

²¹⁵ Magalhães, José Calvet de, (1997), “Os Acordos Ortográficos de 1943 e 1945 e o Acordo de Cooperação Intelectual de 1948”, in *Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras*, Lisboa, Quetzal Editores, p. 61.

²¹⁶ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordos Ortográficos” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 116.

²¹⁷ Magalhães, José Calvet de, (1997), “Os Acordos Ortográficos de 1943 e 1945 e o Acordo de Cooperação Intelectual de 1948”, in *Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras*, Lisboa, Quetzal Editores, p. 61.

lado português, enquanto os decretos nº 20108, de 15 de junho de 1931, e o decreto nº 23028, de 2 de agosto de 1933, o fizeram no Brasil. Neste acordo, a Academia Brasileira de Letras aceitou a ortografia oficial portuguesa, mas com algumas modificações propostas e aceites pela Academia das Ciências de Lisboa. No entanto, existia uma forte resistência a este acordo nos dois lados do Atlântico.²¹⁸ Um dos mais fortes exemplos de resistência foi a redação da Constituição brasileira de 1934. Esta foi redigida com a mesma ortografia da primeira Constituição da República de 1891, por determinação governamental.²¹⁹ Em fevereiro de 1938, - após o golpe de estado de 1937 - Getúlio Vargas, através de uma “nítida demonstração de força” repunha em vigor o Acordo Ortográfico de 1931.²²⁰

Em 1940, a Academia das Ciências de Lisboa publicava o seu Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.²²¹ Em janeiro de 1942, a Academia Brasileira de Letras saudava este Vocabulário Ortográfico “com entusiasmo”. Um ano mais tarde, “as chancelarias ocupavam-se também do problema ortográfico”.²²² As resistências e divergências continuaram revelando a necessidade de “negociar uma convenção destinada a regular, por mútuo acordo e de modo estável, os respetivos sistemas ortográficos”. A Convenção Ortográfica Luso-Brasileira foi, assim, assinada em Lisboa a 29 de dezembro de 1943.²²³ Esta convenção deu origem ao Acordo Ortográfico de 1943, um “prolongamento do Acordo anteriormente firmado” entre as duas academias anteriormente referidas, a 30 de abril de 1931.²²⁴

²¹⁸ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordos Ortográficos” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, pp. 118 e 119.

²¹⁹ Magalhães, José Calvet de, (1997), “Os Acordos Ortográficos de 1943 e 1945 e o Acordo de Cooperação Intelectual de 1948”, in *Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras*, Lisboa, Quetzal Editores, p. 61.

²²⁰ Schiavon, Carmen G. Burget, (2007), *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*, Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História, p. 116.

²²¹ Consultado em 19 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo&version=1945>.

²²² Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordos Ortográficos” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 120.

²²³ Magalhães, José Calvet de, (1997), “Os Acordos Ortográficos de 1943 e 1945 e o Acordo de Cooperação Intelectual de 1948”, in *Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras*, Lisboa, Quetzal Editores, pp. 61 e 62.

²²⁴ Schiavon, Carmen G. Burget, (2007), *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*, Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História, p. 116.

Uma nota de serviço de Informação à Imprensa, datada de 29 de dezembro de 1943, abordava a assinatura de uma convenção que consagrava, oficialmente, a “defesa do património comum constituído pela língua que ambos os povos falam”.²²⁵ À assinatura desta convenção assistiram as mais variadas entidades que refletiram sobre este acontecimento como um ato de importância na política de amizade luso-brasileira. Na assistência encontravam-se personalidades como o Presidente do Conselho e o Embaixador do Brasil, o Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Júlio Dantas, António Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional e Lourival Fontes, antigo diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda. O Presidente do Conselho, António Oliveira de Salazar discursou “salientando (...) a ação do Senhor Embaixador Dr. Neves da Fontura e afirmando confiar no instrumento diplomático agora criado para a defesa e unidade do idioma falado pelas duas grandes nações atlânticas”.²²⁶ A Convenção assinada tinha quatro artigos e entrava em vigor “independentemente da ratificação” a 1 de janeiro de 1944. No Artigo I prometia-se a colaboração entre as duas partes, na defesa, conservação e património da língua portuguesa enquanto no artigo II se obrigava a estabelecer “como regime ortográfico da Língua Portuguesa o que resulta do sistema fixado pela Academia das Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras para organização do respetivo vocabulário, por acordo das duas Academias”. O artigo III referia que nenhuma matéria ortográfica seria posta em vigor se não obtivesse o acordo da outra parte e também das duas Academias. As duas Academias, já referidas anteriormente, fariam parte dos órgãos consultivos dos seus governos em matéria ortográfica, “competindo-lhes expressamente estudar as questões que se suscitarem na execução desta convenção e tudo o mais que reputem útil para manter a unidade ortográfica da Língua Portuguesa”.²²⁷

²²⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Secretariado de Propaganda Nacional - Informação à Imprensa “Portugal e Brasil – Um importante documento que vem consolidar as relações culturais entre os dois países”, Serviço de 29 de dezembro de 1943, p. 326 – PT/TT/AOS/CO/PC-8C, P2 9º subdivisão.

²²⁶ ANTT. PT/TT/AOS/CO/PC-8C, P2 9º subdivisão, p. 326.

²²⁷ ANTT. PT/TT/AOS/CO/PC-8C, P2 9º subdivisão, p. 327.

Em 1943, o ano de publicação da Convenção Ortográfica²²⁸, que viria a ser utilizada nos dois países, a Academia Brasileira de Letras publicava, também, o seu Vocabulário.²²⁹ Como se apuraram divergências entre os dois vocabulários - o da Academia das Ciências de Lisboa, de 1940, e o da Academia Brasileira de Letras, concluído em 1943 – os dois governos mostraram-se disponíveis para as eliminar num esforço de “obediência ao espírito e à letra daquele instrumento diplomático”.²³⁰ De referir que a questão da união ortográfica entre Portugal e o Brasil “já havia sido discutida por ocasião do Acordo Cultural” assinado em setembro de 1941, e a sua adoção “constituiu o produto resultante das negociações entre o ministro Gustavo Capanema e o governo português”.²³¹ Desta forma, e como já referido anteriormente, os governos dos dois países decidiram “que o melhor caminho a seguir seria a vinda a Portugal duma delegação da academia de Letras, a fim de, conjuntamente com a outra Academia das Ciências de Lisboa, elaborarem uma nova e definitiva convenção ortográfica”.²³² Uma carta de maio de 1944, enviada para o Embaixador do Brasil em Lisboa, Dr. João Neves da Fontura, revelava que, segundo uma comunicação do ministro da Educação Nacional, “a Academia das Ciências de Lisboa perfilha inteiramente a ideia do ilustre Ministro da Educação do Brasil, Dr. Gustavo Capanema, de fazer estudar por uma comissão conjunta de representantes brasileiros e portugueses a possibilidade de completa uniformização do sistema ortográfico da língua portuguesa”. Nesta carta divulgava-se, também, a disponibilidade do Governo português apoiar esta ideia.²³³ No ano seguinte, em junho de 1945, uma carta enviada para o Ministro dos Negócios Estrangeiros em Portugal, cargo ocupado por António Oliveira

²²⁸ A 29 de dezembro de 1943, os governos português e brasileiro, negociavam a Convenção para a unidade, ilustração e defesa do idioma comum, que foi assinada em Lisboa. Portal da Língua Portuguesa. Consultado em 19 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo&version=1945>.

²²⁹ Schiavon, Carmen G. Burget, (2007), *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*, Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História, p. 125.

²³⁰ Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo&version=1945>. Consultado em 19 de maio de 2017.

²³¹ Gustavo Capanema foi Ministro da Educação brasileiro. In Schiavon, Carmen G. Burget, (2007), *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*, Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História, pp. 116 e 117.

²³² Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordos Ortográficos” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 121.

²³³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Cópia de carta de 22 de maio de 1944. ANTT. PT/TT/AOS/CO/PC-8C, P2 32º subdivisão.

Salazar à época, indicava que a delegação brasileira desempenharia funções que serviriam para “tratar, com a Academia das Ciências, da unificação ortográfica da língua portuguesa”. Esta delegação, que se juntaria a académicos portugueses, iria estudar as questões pendentes “relativas ao acordo que unifica o sistema ortográfico da língua portuguesa”.²³⁴ No mês seguinte, uma nova carta, ressaltava que a delegação académica brasileira era composta por Pedro Calmon, Presidente da Academia Brasileira de Letras, Olegário Mariano²³⁵, Ribeiro Couto e José Sá Nunes. Esta carta apontava, também, que alguns decretos brasileiros que afirmavam a uniformização já tinham sido referendados pelos ministros da Educação e das Relações Exteriores do Brasil.²³⁶ O resultado dos trabalhos desenvolvidos pelas delegações portuguesa e brasileira foi uma conferência interacadémica, inaugurada a 12 de julho de 1945 e que durou até outubro do mesmo ano.²³⁷ No final desta conferência assinou-se a Convenção ortográfica luso-brasileira de 1945.²³⁸ Um telegrama enviado para Salazar exprime as “felicitações calorosas pela assinatura da Convenção, unidade ortográfica portuguesa” e refletia no passo dado no estreitamento das relações entre os dois países irmãos. Esta Convenção “[representava] também [uma] importante realização na política atlântica portuguesa por vossa Excelência [Salazar] desenvolvida com tanto prestígio”.²³⁹

²³⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cópia de carta nº 160 da Embaixada do Brasil, 27 de junho de 1945. ANTT. PT/TT/AOS/CO/NE-2A, pt33

²³⁵ Olegário Mariano foi delegado da Academia Brasileira de Letras na Conferência Interacadémica de Lisboa para o Acordo Ortográfico e representou, também, o seu governo na Convenção Ortográfica de Lisboa. Em 1953 foi indicado como sucessor do Embaixador do Brasil em Lisboa, função que exerceu entre dezembro de 1953 e janeiro de 1955. Fundação Getúlio Vargas. Consultado em 12 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/olegario-mariano-carneiro-da-cunha>.

²³⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cópia de carta nº 175, 9 de julho de 1945. ANTT. PT/TT/AOS/CO/PC/8C, P2, p. 556.

²³⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cópia de carta nº 160 da Embaixada do Brasil, de 27 de junho de 1945. Conferência referida a partir de documentação. ANTT. PT/TT/AOS/CO/NE-2A, pt33.

²³⁸ “Convenção Ortográfica luso-brasileira” assinada em 1945. In Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordos Ortográficos”, in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 121

²³⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Telegrama nº 2297 enviado para o Presidente do Conselho, António Oliveira Salazar. “Desejo exprimir a vossa Excelência as minhas felicitações calorosas pela assinatura da Convenção, unidade ortográfica portuguesa, facto que assinala mais um passo no estreitamento das relações de Portugal com o Brasil, nação irmã e representa também importante realização na política atlântica portuguesa por vossa Excelência desenvolvida com tanto prestígio.” ANTT. PT/TT/AOS/CO/PC/8C, P2, 8º Subdivisão.

O Dr. Júlio Dantas, Presidente da Academia das Ciências, afirmou na sessão de encerramento da convenção de 1945 que se celebrava a “paz ortográfica precisamente na hora em que termina a maior guerra da História”, referindo “a existência de uma só língua portuguesa, falada, em todas as partes do Mundo, por cinquenta milhões de almas”.²⁴⁰

Com o final da Segunda Guerra Mundial, o Brasil pôs fim ao Estado Novo e novas eleições levaram o Marechal Gaspar Dutra a Presidente. Nesta altura, “o governo brasileiro informou a embaixada portuguesa no Rio de Janeiro que, tendo os dois acordos ortográficos de 1943 e 1945 sido aprovados por decretos governamentais, seria necessário submetê-los à aprovação do Congresso brasileiro”.²⁴¹ Desta forma, em novembro de 1945, as negociações em relação à questão ortográfica encontravam-se paradas. Uma carta enviada para o Presidente do Conselho, António Oliveira Salazar, demonstrava alguma preocupação interna brasileira com a situação política que se vivia no país, através da mudança do governo e dos seus ministros. Nesta carta revelava-se que o Ministro da Educação brasileiro referia que não seria essencial “a uniformidade na redação de ambos os Decretos, uma vez que, de momento, é diversa a situação nos dois países”. Para além disso, o governo brasileiro garantia que “tudo [resolveria] em conformidade com o que decidiram as delegações à Conferência Ortográfica de Lisboa.” Foi, por isso, necessário algum tempo até que as negociações voltassem a bom porto.²⁴²

Em dezembro de 1945, na Academia das Letras brasileira organizou-se uma cerimónia de entrega de “Palmas de Ouro” da Academia das Ciências de Lisboa, a Oswaldo Aranha.²⁴³ Esta entrega de prémios contou com a presença de Júlio Dantas, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, com o Ministro das Relações Exteriores brasileiro, com o Presidente da Academia brasileira de Letras e várias outras personalidades. Num dos discursos realizados na cerimónia, foi referido o Ministro das Relações Exteriores que durante a guerra, referendou a

²⁴⁰ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordos Ortográficos”, in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 121 e 122.

²⁴¹ Magalhães, José Calvet de, “As relações Portugal-Brasil no século XX - Acordos e tratados: 1895-1952”, in Amado, Luiz Cervo e José Calvet de Magalhães, (2000), *Depois das caravelas, As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Edição do Instituto Camões, p. 216.

²⁴² Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Carta de Lisboa, 14 de novembro de 1945. “O Governo Brasileiro ponderara que o novo Ministro da Educação, recentemente empossado, necessitaria de algum tempo para estudar a questão de oficialização do referido Acordo”. ANTT. PT/TT/AOS/CO/PC/8C, P2, 56º Subdivisão, p. 612.

²⁴³ Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegrama recebido nº 324 da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 2 de dezembro de 1945.

Convenção luso-brasileira de 29 de dezembro de 1943, “pela qual as duas academias foram consideradas órgãos consultivos para assuntos da língua comum e eventuais modificações de regime ortográfico”.²⁴⁴ Pedro Calmon encerrou a sessão e salientou que foi a Convenção luso-brasileira de Oswaldo Aranha²⁴⁵ “que tornou possível o Acordo ortográfico que dentro de pouco tempo será oficializado”.²⁴⁶

Um telegrama recebido pela Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, no início do ano de 1948, revelava que o Acordo Ortográfico só poderia vigorar depois de ser homologado pelo Congresso Nacional brasileiro. Este seria submetido posteriormente à Comissão de Diplomacia e à Câmara Federal, que tinham proposto uma audiência na Academia responsável pelo Acordo, a Academia Brasileira de Letras.²⁴⁷ Dois meses mais tarde, em março de 1948, a questão ortográfica voltava a ser telegrafada pela Embaixada; um telegrama recebido divulgava que o Acordo Ortográfico e Convenção em que este se baseava deveriam ser submetidos ao Congresso Brasileiro para ratificação e que o Ministro das Relações Exteriores deste país “[assegurava] que [o] Itamaraty não deixará envidar todos os esforços [e] aplanar eventuais dificuldades e colaborar para que [o] referido acordo possa finalmente ser ratificado”.²⁴⁸ No entanto, como o Acordo “partiu [do] antigo governo de Getúlio Vargas”, no Congresso “[havia] agora [uma] forte corrente contra o mesmo acordo.” O Embaixador confirmava que “se não [houvesse] paciência para insistir e suportar hostilidades [de] alguns brasileiros, acabaremos por fazer línguas diferentes”.²⁴⁹ No dia seguinte, um novo telegrama, revelava que o Ministro da Educação brasileiro declarou que “tudo faria para que [o] acordo inter-acadêmico fosse

²⁴⁴ MNE. Telegrama recebido nº 324 da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 2 de dezembro de 1945.

²⁴⁵ Oswaldo Aranha foi Ministro das Relações Exteriores entre 1938 e 1943. Aranha promoveu uma política de aproximação aos Estados Unidos da América, que levou à participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e à assinatura dos Acordos de Washington em 1943. Foi um dos elementos que voltou ao governo com o retorno de Vargas e também no governo de Kubitschek chefiou a delegação brasileira na ONU. Fundação Getúlio Vargas. Consultado em 12 de outubro de 2017. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/oswaldo_aranha

²⁴⁶ MNE. Telegrama recebido nº 324 da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 2 de dezembro de 1945.

²⁴⁷ MNE. Telegrama recebido nº 7 da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 10 de janeiro de 1948.

²⁴⁸ MNE. Telegrama recebido nº 69 da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 18 de março de 1948.

²⁴⁹ MNE. Telegrama recebido nº 67 da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 18 de março 1948.

definitivamente aprovado e que apenas se limitara até agora [a] expor [o] seu parecer jurídico acerca [da] necessidade [de] ratificação pelo Congresso”. No mesmo telegrama, revelava-se que o Presidente da Academia das Letras Brasileira, Dr. Pedro Calmon, se encontrava “francamente” pessimista em relação aos votos do Congresso porque “à volta [do] tema [da] uniformidade [da] língua descobrem-se infelizmente dois partidos que se degladiam dentro [da] atual política brasileira”. Entre estes dois grupos existiam “inimigos e partidários [do] antigo governo [de] Getúlio Vargas” que não demonstrava qualquer “projeção pessoal” e partidários do Presidente Dutra, que primava pela indecisão.²⁵⁰ Passado alguns meses, um novo telegrama enviava notícias mais animadoras em relação ao Acordo Ortográfico. A questão ortográfica encontrava-se “nos trâmites normais” já tendo recebido favoráveis pareceres das comissões de diplomacia, de educação e de justiça e seguindo daí para debate de votação plenária na Câmara dos Deputados. Depois disso seguia para o Senado e só depois “eventualmente [a] ratificação presidencial”; no entanto, as perspectivas não eram desanimadoras como até então.²⁵¹

Desta forma, no início dos anos cinquenta, Salazar encontrava-se “sentido” pelas “dificuldades encontradas no parlamento brasileiro no processo de ratificação da Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 1945”.²⁵² No entanto, um telegrama do final desse ano, afirmava que o “Ministro Calmon²⁵³ voltou espontaneamente [a] acentuar-me [os] seus bons desejos quanto [ao] acordo ortográfico”.²⁵⁴

Uma carta da Academia das Ciências de Lisboa, enviada para o Ministério da Educação pelo Presidente da própria Academia, Júlio Dantas, e datada de 9 de setembro de 1951, abordava a questão da Convenção de 29 de dezembro de 1943. Na altura da assinatura da Convenção de 1943, o Presidente Júlio Dantas não prestou qualquer opinião sobre o tema por achar que eram maioritariamente assuntos de teor político que não cabiam à Academia das Ciências ou ao

²⁵⁰ MNE. Telegrama recebido nº 70, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 19 de março de 1948.

²⁵¹ MNE. Telegrama recebido nº 172, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 04 de setembro de 1948.

²⁵² Pereira, Bernardo Futscher, (2017), “O Tratado de Amizade e Consulta com o Brasil” in *Crepúsculo do Colonialismo – A diplomacia do Estado Novo (1949-1961)*, Lisboa, D. Quixote, p. 79.

²⁵³ Em 1950, Pedro Calmon torna-se Ministro da Educação e da Saúde do governo de Dutra. Consultado em 25 de outubro de 2017. Disponível em <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D193/biografia>.

²⁵⁴ MNE. Telegrama recebido nº 76, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 11 de setembro de 1950.

Presidente da mesma. O ofício nº 231 do MNE, que chegou ao Presidente da Academia, revelava que:

A Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro considera problemático que a Convenção Ortográfica de 1943 venha a obter aprovação pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, a menos que se considere a Convenção completamente independente do Acordo Interacadémico de 1945. A Embaixada desejava conhecer a posição do Governo Português relativamente à eventual necessidade de abandonarmos o Acordo de 1945 para se conseguir a aprovação da Convenção de 1943.²⁵⁵

De ressaltar que Júlio Dantas agradecia, em nome da Academia, ao Embaixador António de Faria, “pelo alto interesse que este assunto lhe tem merecido”.²⁵⁶ Desta forma, existiam dois pontos principais nesta carta; o Governo Português considerava a Convenção independente do Acordo de 1945? O Governo estaria disposto a abandonar o Acordo de 1945, como condição para obter aprovação pelo Congresso do Brasil, da Convenção de 1943? Depois de colocar estas duas questões, o Presidente da Academia abordava os dois temas, iniciando pelas diferenças entre eles: “Convenção e Acordo são instrumentos diferentes, que não me parece legítimo confundir, como se tem feito na discussão estabelecida à volta do assunto, quer no Parlamento, quer na imprensa brasileira”. Por um lado, a Convenção de 1943 era um “acto intergovernamental, ratificado no nosso país pela resolução da Assembleia Nacional de 13 de março de 1944” e no Brasil pelo decreto 14.533 de 16 de janeiro do mesmo ano e que pretendia “estabelecer entre os dois Estados o compromisso mútuo de zelar em comum a unidade, expansão e prestígio da língua portuguesa, e de não alterar, qualquer deles, o regime ortográfico estabelecido ou a estabelecer, sem entendimento e acordo do outro”. Por sua vez, o Acordo de 1945 era um “acto interacadémico” que teve o objetivo de “suprimir as diferenças ortográficas” existentes entre o vocabulário brasileiro de 1943 e o vocabulário português de 1940. Deste modo, o Presidente da Academia afirmava que:

A Convenção é um instrumento de caráter político e diplomático, que define uma atitude de solidariedade perante a língua condómina, mas que não estabelece nem discute nenhuma

²⁵⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Carta enviada por Júlio Dantas, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, de 9 de setembro de 1951. ANTT. PT/TT/AOS/CO/PC/8C, P2, 61º Subdivisão.

²⁵⁶ ANTT. PT/TT/AOS/CO/PC/8C, P2, 61º Subdivisão.

ortografia; o segundo é um instrumento técnico, de natureza meramente ortográfica e gramatical (...) os gramáticos e filólogos portugueses e brasileiros meritoriamente concluíram a obra da unidade intercontinental da língua portuguesa escrita.²⁵⁷

Referia que Portugal se mantinha fiel aos compromissos estabelecidos; a Convenção era há oito anos lei no País e o Acordo estava em vigor. No caso do Brasil não vigoravam nem um nem o outro. Na opinião de Dantas:

A Convenção e o Acordo completam-se (...) mas a Convenção subsiste, ou pode subsistir, independentemente do Acordo de 1945; e o Acordo de 1945, acto não adstrito à Convenção, mas complementar do Acordo ortográfico de 1931, pode subsistir e ter execução independentemente da vigência da Convenção de 1943.²⁵⁸

Dantas explicava que a Convenção de 1943 se encontrava pendente no Congresso Brasileiro uma vez que o seu primeiro instrumento de ratificação, o decreto nº 14.533, de 16 de janeiro de 1944, tinha sido “considerado deficiente”. Esta Convenção “não [envolvia] o exame ou o conhecimento de qualquer questão ortográfica ou gramatical; não [impunha] esta ou aquela ortografia ao Brasil”. Por seu lado, a aprovação do Acordo de 1945 era da competência do Executivo que já o tinha aprovado por decreto-lei mesmo que, à data, ainda não se encontrasse em execução. O Governo Português apenas poderia esperar por uma resolução destas questões e depois rever a sua própria posição perante “o problema da unidade intercontinental da língua portuguesa”, tomando as decisões que “mais convierem aos altos interesses nacionais”.²⁵⁹ No segundo ponto, Júlio Dantas questionava-se se o Governo português se encontrava disposto a abandonar o Acordo de 1945, como condição para obter aprovação pelo Congresso do Brasil, da Convenção de 1943?. Para o Presidente da Academia das Ciências, “abandonar (...) o Acordo de 1945, na esperança de obter a aprovação da Convenção de 1943 pelo Congresso Brasileiro não [parecia] aconselhável”. Dantas declarava que “em primeiro lugar não se compreenderia bem que abandonássemos um instrumento que assegura, por si só, a unidade da língua portuguesa, para salvar outro que, por si só também, é incapaz de a assegurar”, no entanto,

²⁵⁷ ANTT. PT/TT/AOS/CO/PC/8C, P2, 61º Subdivisão.

²⁵⁸ ANTT. PT/TT/AOS/CO/PC/8C, P2, 61º Subdivisão.

²⁵⁹ ANTT. PT/TT/AOS/CO/PC/8C, P2, 61º Subdivisão.

Se tivéssemos que escolher entre a Convenção de 1943 e o Acordo de 1945, antes sacrificar a Convenção para salvar o Acordo, do que sacrificar o Acordo para salvar a Convenção. (...) A Convenção de 1943 é um diploma de um elevado interesse na história do direito internacional público, (...) ao passo que o Acordo de 1945 é já a unidade da língua portuguesa no Mundo, realizada, acabada e perfeita – a Convenção de 1943 representa tão somente um compromisso de colaboração, o reconhecimento de um condomínio, não a unidade (...) mas apenas o propósito de a manter quando a tivéssemos conseguido.²⁶⁰

A Convenção poderia ser ratificada e o Governo Português tudo faria para que isso acontecesse “por todas as razões e, ainda, porque esse instrumento diplomático, único no Mundo, [tinha] a subscrevê-lo (...), na qualidade de plenipotenciários, dois grandes estadistas, paladinos insignes da língua vernácula, Suas Ex.^{as} o Sr. Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar, e o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, embaixador João Neves da Fontura”. No entanto, o Presidente da Academia das Ciências esperava que o Embaixador António de Faria, “encontrando-se em contacto direto” pudesse ter uma opinião mais formada que a sua. Havia partidários da Convenção no governo de Getúlio Vargas e o próprio Gustavo Capanema, líder da Câmara dos Deputados, que também era “afecto à obra da unidade”, que não deixariam de votar para que fosse ratificada no Parlamento. Entretanto era de prever que no Itamaraty²⁶¹ se fizessem diligências, junto do governo português, para encontrar uma solução. Esta passaria pela negociação de um novo Acordo Ortográfico em substituição do de 1945 ou pela introdução, no texto do documento já existente, de alterações que permitissem mantê-lo. No final desta carta, Júlio Dantas referia a importância de consultar, de forma oficial, a Academia das Ciências sobre a questão ortográfica.²⁶²

Através de um Apontamento Confidencial, da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 6 de outubro de 1951, revelava-se uma conversa que o Embaixador português António de Faria tinha tido com o Ministro das Relações Exteriores brasileiras, o Dr. João Neves da Fontura.²⁶³ O Ministro das Relações Exteriores incentivava o Embaixador português a pedir uma audiência com o Presidente da República brasileira de modo a analisarem a questão

²⁶⁰ ANTT. PT/TT/AOS/CO/PC/8C, P2, 61º Subdivisão.

²⁶¹ Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

²⁶² ANTT. PT/TT/AOS/CO/PC/8C, P2, 61º Subdivisão.

²⁶³ Ministério dos Negócios Estrangeiros. Apontamento Confidencial “Conversa com o Presidente da República brasileira, Dr. Getúlio Vargas” em 6 de outubro de 1951, no Palácio do Catete. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

ortográfica e as relações luso-brasileiras no seu todo. Nesta audiência o Embaixador revelava que se mostrara animado por conversar com Vargas uma vez que

sabia o interesse que ele sempre tinha mostrado pelo estreitamento das relações tradicionais de amizade com Portugal. Muito do que nos últimos 20 anos se fizera ou/se pretendia fazer para aproximar mais os dois países fora da sua iniciativa pessoal. Assim sucedera com o Acordo Ortográfico e com o Projeto do Estatuto dos Portugueses do Brasil, os quais só não haviam chegado a efetivação por ele ter deixado o governo em 1945.²⁶⁴

Segundo o Embaixador, “os portugueses haviam visto com prazer a sua ascensão à chefia de Estado nas eleições passadas, porque esperavam dele um fortalecimento dos vínculos de amizade dos dois países e a sua tradução em qualquer factos mais positivos”. Esta conversa com Vargas obteve vários pontos de vista, em relação a aspetos das relações entre os dois países, como as relações comerciais, as relações económicas ou a emigração. António de Faria declarou, depois da conversa, que Vargas referiu que qualquer Presidente da República brasileira deveria ser “um grande amigo de Portugal”. Em relação ao Acordo Ortográfico, Vargas afirmou “se eu não tivesse deixado o Governo em 1945 o assunto estaria há muito tempo solucionado”.²⁶⁵

A 13 de agosto de 1953, em conversa com o novo Ministro das Relações Exteriores, Vicente Rao, o Embaixador António de Faria, referia que não tinha abordado numa primeira conversa o Acordo Ortográfico por ainda não possuir instruções relativamente ao tema, no entanto, numa conversa posterior poderiam discutir algumas questões “pendentes das relações luso-brasileiras e aspetos desanimadores” das mesmas.²⁶⁶

A 28 de junho de 1955, um documento da Presidência do Conselho, do Gabinete de Oliveira Salazar, abordava a questão ortográfica entre Portugal e o Brasil e, particularmente, a questão da Convenção de 1943, que ainda não tinha sido aprovada no Brasil. Segundo este documento, a convenção de 29 de dezembro de 1943 foi aprovada para ratificação em Portugal, a 21 de março de 1944, mas ainda não o tinha sido no Brasil. Esta convenção entraria em vigor

²⁶⁴ MNE. Apontamento Confidencial. 6 de outubro de 1951. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

²⁶⁵ MNE. Apontamento Confidencial. 6 de outubro de 1951. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

²⁶⁶ MNE. Cópia de Serviço nº 550, de 13 de agosto de 1953. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

a 1 de janeiro de 1944, independentemente de ser ratificada ou não, e, por isso, seguiram-se negociações para o acordo ortográfico, que veio a ser o de 1945. Este acordo, do lado brasileiro, fora aprovado pelo decreto nº 8.286, mas não parecia ter sido executado. No entanto, através de uma circular posterior, de 5 de junho de 1946, “mandou-se continuar em vigor o acordo interacadêmico de 1943”. Através deste documento da Presidência do Conselho revelava-se que não se opunham “em geral à Convenção os que são contra o acordo ortográfico de 1945”. No entanto, é referido que no Brasil se preferia “formar uma língua autónoma, embora mais ou menos aparentada com o português” e que, por isso, “o caminho da Convenção e dos acordos ortográficos [era] contrário a esse propósito”. A Convenção de 1943 referia o seguinte; se o Brasil

entende que a língua portuguesa é a sua língua, e convém mantê-la como vínculo de unidade e veículo de expansão cultural das duas Nações no mundo, tem de resignar-se a aceitar este ponto inicial – a língua portuguesa é a língua falada e escrita em Portugal, e todos os desvios conscientes ou inconscientes operam em sentido contrário do objetivo comum.²⁶⁷

No entanto, o mais preocupante neste documento é a informação de que no Brasil já tinham desaparecido alguns dos defensores da ideia de um Brasil com uma comunidade linguística com Portugal.²⁶⁸

Assim, fica mais uma vez nítido neste capítulo que, com o final do Estado Novo brasileiro, a aproximação cultural luso-brasileira arrefeceria também uma vez que com o novo Presidente, Eurico Gaspar Dutra, as negociações do Acordo Ortográfico e a respetiva aprovação do mesmo encontrava-se a sofrer um processo complexo envolvendo longos períodos de espera. Já com o regresso de Vargas à Presidência, em 1951, o Congresso brasileiro não aprovou a Convenção de 1945. No entanto, com Getúlio Vargas no poder, “as divergências na aplicação do sistema ortográfico nos dois países não arrefeceram as iniciativas de aproximação cultural luso-brasileira, prova disto constitui o acordo de cooperação intelectual, em 1948, e o Tratado de amizade e consulta, em 1953, os quais representaram uma espécie de produto final deste

²⁶⁷ ANTT. PT/TT/AOS/CO/PC/8C, P2, 60º Subdivisão. Presidência do Conselho, Gabinete do Presidente, 28 de junho de 1955.

²⁶⁸ ANTT. PT/TT/AOS/CO/PC/8C, P2, 60º Subdivisão.

período de intensa aproximação cultural luso-brasileira”.²⁶⁹ Os antigos projetos de aproximação luso-brasileira renascem e contam com o “empenhamento activo de António de Faria, essencial para vencer as reservas em Lisboa”.²⁷⁰ De referir que o posto de Embaixador do Brasil era um posto importante uma vez que, com Getúlio Vargas no poder, “se davam (pelo menos no papel) ou se projetavam importantes passos no sentido de uma comunidade luso-brasileira: convenções ortográficas de 1943 e 1945, projeto do estatuto especial dos portugueses no Brasil”. O “principal artífice” do Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro “era, desde 1943, João Neves da Fontoura, embaixador brasileiro em Portugal” à data.²⁷¹

3.2. Revista Atlântico – “Nova série” e 3ª série

Como já referido anteriormente, durante os anos quarenta, as relações culturais entre Portugal e o Brasil tinham-se intensificado tanto que António Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional, se deslocou ao Brasil em missão oficial. Foi a 4 de setembro de 1941, no Palácio do Catete, que se assinou o Acordo Cultural Luso-Brasileiro, “instrumento básico e que muito contribuiria depois para a sempre crescente persistência das relações culturais” entre os dois países.²⁷²

O Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941 foi “uma das operações mais bem conseguidas de António Ferro”. A assinatura do mesmo tornou-se crucial para “o sonhado projeto de criação de uma comunidade luso-brasileira.” Getúlio Vargas, à data ainda Presidente do Brasil, estava “tão interessado como Salazar no sucesso da iniciativa”.²⁷³ Quando Ferro chegou ao Rio de Janeiro, “já parte do trabalho [estava] feito, graças ao embaixador português

²⁶⁹ Schiavon, Carmen G. Burget, (2007), *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*, Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História, p. 126.

²⁷⁰ Telo, António José (org.), (2001), *António de Faria*, Coleção Diplomatas Portugueses, Edições Cosmos, Lisboa, p. 63.

²⁷¹ Lucena, Manuel de, “Pereira, Pedro Teotónio” in Barreto, António e Mónica, Maria Filomena, (coord.). (1º edição, 2000), *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento 9 P/Z, Volume IX, Lisboa, Figueirinhas, p. 55.

²⁷² Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 121.

²⁷³ Raimundo, Orlando (2015), “Getúlio Vargas, um cara às direitas”, in *António Ferro: O inventor do Salazarismo – Mitos e falsificações do homem da propaganda da ditadura*, Lisboa, Publicações D. Quixote, pp. 317 e 318.

Martinho Nobre de Melo, um diplomata da inteira confiança de Salazar”. O Acordo de 1941 foi assinado pelos responsáveis dos instrumentos de propaganda português e brasileiro, respetivamente António Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional português, e Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda do Brasil.²⁷⁴ Este era um acordo realizado entre os organismos responsáveis pela propaganda e decidia “difundir reciprocamente a cultura de ambos os países”.²⁷⁵ O Acordo cultural “marcou, indubitavelmente, [um] decidido passo em frente no historial do conhecimento mútuo das duas pátrias”.²⁷⁶ Este acordo foi recebido de forma muito entusiasta pelo círculo político e literário em Portugal, onde os jornais divulgaram a notícia com pompa e circunstância, salientando a “obra diplomática que ambos os governos [vinham] realizando nos últimos anos”. Tal como Carmen Schiavon refere, este momento torna-se ainda mais relevante se tivermos em conta que se trata de um período de simultaneidade de regimes, sendo ambos os países “gerenciados pela política do Estado Novo”.²⁷⁷ No segundo artigo do Acordo cultural era referida a criação de uma revista que refletiria o intercâmbio cultural entre os dois países e “congregaria escritores de ambas as nações e a orientação comum em relação às informações e ao noticiário sobre qualquer aspeto envolvendo os dois países”.²⁷⁸ Também neste acordo se encontrava referido o nascimento da seção brasileira do Secretariado de Propaganda Nacional, que foi inaugurada a 14 de abril de 1942. Esta seção tinha como chefe o Dr. Tavares de Almeida, com colaboração de figuras como Gastão de Bettencourt, José Osório Oliveira e Armando de Aguiar.²⁷⁹

²⁷⁴ Gomes, Alex da Costa (2011), *Cultura Luso-Brasileira em perspectiva: Portugal, Brasil e o projeto cultural da revista Atlântico (1941-1945)*, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade de São Paulo, p. 14.

²⁷⁵ Magalhães, José Calvet de, (1997) “Os Acordos Ortográficos de 1943 e 1945 e o Acordo de Cooperação Intelectual de 1948”, in *Relance Histórico das Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras*, Quezta Editores, Lisboa, p. 62.

²⁷⁶ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 130.

²⁷⁷ Schiavon, Carmen G. Burget, (2007), *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*, Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História, p. 98.

²⁷⁸ Gomes, Alex da Costa (2011), *Cultura Luso-Brasileira em perspectiva: Portugal, Brasil e o projeto cultural da revista Atlântico (1941-1945)*, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade de São Paulo, p. 15.

²⁷⁹ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 128.

O acordo de 1941 estimulou a circulação de várias obras, aprovadas pela censura dos dois países, que se relacionavam com a história, a literatura ou a cultura dos mesmos, sendo que a revista *Atlântico* possuía o papel de maior destaque.²⁸⁰ A revista *Atlântico* possuía uma “ótima colaboração portuguesa e brasileira, [e] afirmou-se sem dificuldade alguma.” À luz deste acordo germinaram, também, uma série de programas como a “*Meia Hora Brasileira*” pertencente à Emissora Nacional, com direção de José Osório de Oliveira, “um dos percussores da união cultural luso-brasílica”.²⁸¹ Segundo Schiavon, o lançamento da revista *Atlântico*, em 1942, “[propiciava] a difusão recíproca da cultura nacional luso-brasileira, por meio da publicação de artigos que [destacavam ou reafirmavam] os laços históricos entre Portugal e o Brasil”.²⁸²

Também o investigador brasileiro, Alex Gomes da Silva, analisa na sua tese os números que compõem a primeira fase desta revista e refere que o primeiro número foi lançado em maio de 1942, num total de seis números, todos eles integrados na primeira fase, que terminou no ano de 1945. Na realidade, esta data é incontornável, uma vez que foi neste ano que terminou o Estado Novo Brasileiro - acompanhando a tendência internacional de mudanças de regime do período após a Segunda Guerra Mundial -, tendo também sido extinto o próprio Departamento de Imprensa e Propaganda. De referir que a direção da revista *Atlântico* era bipartida, tendo um diretor português e outro brasileiro, mas “em vez de refletir direções distintas, [procurou] realizar o ideal de direção comum, como são comuns, a Portugal e ao Brasil, o património histórico, a língua, a cultura intelectual e tantas manifestações de sentimento”.²⁸³

Neste capítulo, vai abordar-se a revista *Atlântico* focando alguns dos artigos das segunda e terceira fases desta publicação. A segunda fase da *Atlântico*, chamada nova série, compreende o período temporal de maio de 1946 a outubro de 1948, enquanto a terceira fase, chamada a 3ª série, remete para o período entre 1949 e 1950. Foi o Departamento de Imprensa e Propaganda o responsável pela edição brasileira da revista *Atlântico* até 1945. A partir dessa data, foi o Departamento Nacional de Informação - DNI - que controlou a edição da “Nova série”. Entre

²⁸⁰ Schiavon, Carmen G. Burget, (2007), *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*, Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História, p. 102.

²⁸¹ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 129.

²⁸² Schiavon, Carmen G. Burget, (2007), *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*, Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História, p. 21.

²⁸³ Biblioteca Nacional de Portugal, Revista *Atlântico*, Cota J5310B. Notas da Revista *Atlântico*, nº 1, de maio de 1942.

1947 e 1950, foi a Agência Nacional o órgão responsável pela edição da parte brasileira da revista *Atlântico*. Vão ser, também, mencionados dois dos intelectuais que participaram nesta publicação, José Osório de Oliveira e João de Castro Osório, identificando-os como exemplo de cooperação intelectual e cultural entre Portugal e o Brasil, a partir de 1945.

Segundo António José Telo, no final da Segunda Guerra Mundial, Salazar parece ter pensado numa reaproximação ao Brasil. Um sinal dessa reaproximação foi a nomeação para o cargo de Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro de um dos “mais prestigiados Embaixadores portugueses”, Pedro Teotónio Pereira. No entanto, com o fim do Estado Novo no Brasil e com a eleição de Dutra em 1945, estes projetos de aproximação ao Brasil são colocados de lado e Teotónio Pereira passa da Embaixada do Rio de Janeiro para a Embaixada de Washington, poucos meses depois da sua colocação como Embaixador no Brasil.²⁸⁴ Em dezembro de 1945, enquanto Pedro Teotónio Pereira ainda se encontrava no Brasil como Embaixador, houve da parte do governo brasileiro a indicação de que o Acordo cultural de 1941 se mantinha “inalterado na actual situação política brasileira, segundo informações recebidas daquele país”.²⁸⁵ Uma vez que, em outubro de 1945, Vargas foi obrigado a exilar-se e esta situação “teve consequências profundas e imediatas para a política brasileira”. No entanto, a política brasileira continuou a sofrer com a profunda influência da personalidade de Vargas embora o seu afastamento tivesse proporcionado a criação de uma nova estrutura legal cuja função seria acompanhar a era democrática do pós-guerra.²⁸⁶ Até então, o Departamento de Imprensa e Propaganda do Brasil encontrava-se subordinado diretamente à Presidência da República e era chefiado por Lourival Fontes. Este órgão tinha como objetivo “propagandear o ideário do regime e (...) assumir o papel de censor”, o que acabaria por “torná-lo famoso e temido nos anos compreendidos entre 1940 e 1945”.²⁸⁷ Escritores e intelectuais brasileiros como Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade ou Manuel Bandeira, “expoentes da literatura” ou San Tiago Dantas, “grande ensaísta político”, surgem nas revistas e publicações do Departamento de Imprensa e Propaganda. Segundo Heloísa Paulo, “muitos deles, como é o caso de Carlos

²⁸⁴ Telo, António José (org.), (2001), *António de Faria*, Coleção Diplomatas Portugueses, Edições Cosmos, Lisboa, p. 63.

²⁸⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Carta, 0163. Ref. 21600 LFT/JA, dezembro de 1945. ANTT. PT/TT/SNI/SILB/1/4 – SNI cx.1087.

²⁸⁶ Skidmore, Thomas, (2007), *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, p. 79.

²⁸⁷ Paulo, Heloísa, (1994), “O D.I.P. (1939-1945)” in *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva-História, p. 140.

Drummond de Andrade e Vinícius de Moraes, são funcionários públicos: o primeiro, vinculado ao Ministério da Educação e o segundo, contrariando toda uma posição de esquerda que marca a sua vida, integrado no próprio D.I.P. como elemento da censura”. No entanto, com o final da Segunda Guerra Mundial aproximou-se, também, o final do Departamento de Imprensa e Propaganda. O discurso autoritário, imagem de marca deste instrumento de propaganda, deixou de ter razão para existir e acabou por levar à sua extinção, num decreto publicado em maio de 1945.²⁸⁸

Em dezembro de 1945, o governo brasileiro passou para o governo português, através do Embaixador Teotónio Pereira, a ideia de que o Acordo de 1941 se mantinha inalterado. Durante o governo de Dutra e após a “redemocratização” do Brasil, existiu uma alteração da política externa brasileira. As novas linhas de política externa acabaram por parecer influenciar a revista luso-brasileira. Em 1949, a direção da revista *Atlântico*, utilizou um tom de crítica e surpresa, pelo aparecimento de uma revista brasileira, intitulada *Cultura*, independente e de formato semelhante “ao de *Atlântico* na primeira fase”, sendo “menos luxuosa e sem a revelante colaboração poética que *Atlântico* apresentava”. A nova revista brasileira era pertença do Serviço de Documentação do Ministério de Educação e Saúde, ao contrário da *Atlântico*. O tom de crítica e surpresa encontra-se referido através desta citação: “Pretende-se, com a nova revista, fazer por conta própria o que se fazia de colaboração connosco?”.²⁸⁹

De mencionar, também, um Parecer do SNI - Secretariado Nacional de Informação, que abordava uma proposta da realização de um Convénio Cultural Luso-Brasileiro, que “não [devia] deixar de ser considerada como uma remodelação do Acordo Cultural firmado em 1941, entre o extinto Departamento de Imprensa e Propaganda e o, então, Secretariado de Propaganda Nacional, hoje Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo para garantia de certas vantajosas posições adquiridas e que seria lamentável perder agora”. Era intenção desta “remodelação” o reavivar das relações culturais entre os dois países, principalmente depois da extinção do D.I.P., chamado neste Parecer a “remodelação da política brasileira”, uma vez que, no caso de Portugal, não existia uma extinção, mas sim uma renovação do Secretariado de Propaganda Nacional em Secretariado Nacional da Informação pelo decreto lei nº 34.164 de 24 de novembro de 1944. “E de tal modo foi reconhecida a utilidade de um Acordo Cultural como o estabelecido, em 1941, entre os governos português e brasileiro que, logo após

²⁸⁸ Paulo, Heloísa, (1994), “O D.I.P. (1939-1945)” in *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva-História, p. 150 e 151.

²⁸⁹ Biblioteca Nacional de Portugal, Revista *Atlântico*, Cota J5310B. “Notas”, 1949, “3ª série”, nº 1.

a publicação desse Acordo, outros países pleitearam um idêntico Convênio com o Brasil.”, o documento citava o exemplo dos Estados Unidos da América. Segundo o Parecer do SNI, este acordo cultural permitiu o apoio do Brasil em termos políticos mencionando que “durante os tormentosos últimos sete anos, a colaboração no esclarecimento, não só das entidades oficiais brasileiras como, sobretudo, da opinião pública daquele país acerca da nossa situação e atitudes políticas que, no Brasil, tão falseadas, sofismadas e combatidas foram com intuitos óbvios”. Também neste parecer se incluíam todas as atividades realizadas - incluindo o Acordo Ortográfico - entre os dois organismos para a propagação da cultura, com especial ênfase para “a publicação de uma revista como a “*Atlântico*” vista com admiração em vários centros culturais da Europa e América”. Há, ainda, a registar o aparecimento da Seção de Intercâmbio Luso-Brasileiro do Secretariado de Propaganda Nacional.²⁹⁰

Portugal preparou uma contraproposta ao anteprojeto de um “remodelado” Convênio Cultural entre Portugal e o Brasil. Este Convênio apareceu para dar uma maior amplitude ao Acordo de 1941, através “de cooperação intelectual” e para “promover um intercâmbio mais intenso de ideias e informações entre os seus homens de pensamento, os seus institutos de ensino e educação, os mestres da sua cultura e os cultos da sua arte”. No Artigo I, os dois países instituem um organismo, presente em ambos os países, com a denominação de Conselho da Cultura Luso-Brasileiro. Este Conselho possuiria várias individualidades pertencentes aos vários ministérios, já incluídas no anteprojeto. O artigo II referia que os Conselhos terão uma “dotação especial” atribuída pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Educação e da Saúde Pública, no Brasil, e pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação Nacional, em Portugal. Este conselho teria várias funções de entre as quais o ensino de literatura, arte e história de um país nas universidades e estabelecimentos de ensino superior do outro país; concessão de bolsas de estudo para os estudantes do outro país; facilitar a troca de professores, técnicos, historiadores e cientistas, entre os dois países e estimular o intercâmbio de informação sobre os institutos culturais e troca de livros e tudo o que for necessário, segundo o artigo III. No artigo IV mencionava-se que estes conselhos se encontravam situados, no Brasil, no Ministério da Educação e Saúde Pública, e em Portugal, no Ministério da Educação Nacional. O artigo V refletia sobre as funções da seção portuguesa da Agência Nacional e de Intercâmbio Luso-brasileiro do Secretariado de Propaganda Nacional, e de entre estas funções,

²⁹⁰ Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Parecer Secretariado Nacional de Informação Popular e Turismo*. COTA A 59, M 351, C.E46. P1/2493. Este documento não está datado, mas compreende-se pelo conteúdo que será já depois da extinção do DIP, que ocorreu em 1945. Tendo em conta os outros documentos da pasta, será presumivelmente de 1948 ou 1949.

a publicação da revista luso-brasileira *Atlântico*, divulgação de livros dos dois países, instituição de prémios de cultura do outro país, o Prémio Pedro Vaz de Caminha, exposições de arte, facilidades no turismo e comemorações de datas históricas importantes na história dos dois países. Segundo o artigo VII, o acordo permaneceria em vigor no prazo de dez anos se nenhum dos contratantes o denunciasse num pré-aviso de um ano. Entraria em vigor depois de ratificado nos países e quarenta dias após a troca das ratificações. O Parecer possuía, ainda, informações sobre a Seção de Intercâmbio Luso-brasileiro e o boletim editado pelo SNI cujo nome é “*Notícias de Portugal*” que, em conjunto, seriam importantes sobretudo para os portugueses que viviam no Brasil, já que lhes levava “a realidade política do Estado Novo e as razões do [seu] prestígio internacional”.²⁹¹

José Osório de Oliveira, assim como João de Castro Osório, são os nomes dos intelectuais escolhidos para referência neste capítulo. João de Castro Osório e José Osório de Oliveira são irmãos, filhos da também escritora Ana de Castro Osório.²⁹² João de Castro Osório era o filho mais novo, “contando com mais um irmão, José Osório de Castro e Oliveira, poeta e crítico literário muito conceituado”.²⁹³

Como já referido anteriormente, José Osório de Oliveira participou ativamente na aproximação cultural luso-brasileira deste período. Osório de Oliveira era poeta e também crítico literário.²⁹⁴ Estreou-se aos dezassete anos nas páginas d’*A Capital* e, em 1922, publicou o seu primeiro ensaio, sobre Oliveira Martins e Eça de Queirós. José Osório de Oliveira trabalhou como editor e funcionário do Ministério das Colónias e desempenhou funções públicas em várias delas, na África Ocidental portuguesa, em Moçambique, em Cabo Verde e no Brasil.²⁹⁵ O poeta era, sobretudo, um dos principais defensores da aproximação literária entre Portugal e o Brasil, iniciada nos anos trinta, assim como um dos divulgadores da literatura cabo-

²⁹¹ MNE. COTA A 59, M 351, C.E46. P1/2493.

²⁹² Biblioteca Nacional de Portugal. Autores: João Castro Osório. Consultado em 18 de agosto de 2017. Disponível em: http://acpc.bnportugal.pt/espacios_autores/e43_osorio_joao_castro.html.

²⁹³ Rodrigues, Ália Rosa C., (2012), “João de Castro Osório: Percurso(s) estético e político”, in *João de Castro Osório: Tragédia e Política* (Estudos: Humanidades], Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 85

²⁹⁴ Biblioteca Nacional de Portugal. Autores: José Osório de Oliveira. Consultado em 18 de agosto de 2017. Disponível em: http://acpc.bnportugal.pt/colecoes_autores/n24_oliveira_jose_osorio.html.

²⁹⁵ Rodrigues, Ália Rosa C., (2012), “João de Castro Osório: Percurso(s) estético e político”, in *Tragédia e Política – João de Castro Osório* (Estudos: Humanidades], Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 92.

verdiana.²⁹⁶ Da produção bibliográfica de Osório de Oliveira constam mais de cinquenta livros e muitos estudos difundidos em várias publicações, “grande parte deles incidindo sobre a literatura brasileira”. Segundo Raquel Manadêlo, Osório de Oliveira demonstrou “um grande empenho” no estreitamento “das relações entre Portugal e o Brasil na primeira metade do século XX”, tendo sido, inclusivamente, “um dos mais importantes e reforçados divulgadores da literatura brasileira em terras lusitanas”.²⁹⁷

“Terminado o período da política activa”, em 1926, João de Castro Osório “pendura a *espada* mas continua a luta ideológica pelo hábil manejo da *pena*, expressando a sua visão da história e cultura portuguesas em antologias, estudos e “recriações” poéticas”.²⁹⁸ No início da sua vida literária, João de Castro Osório não assinava por este nome mas em 1931 já se encontra como assinante “João de Castro Osório, conforme consta no primeiro número da revista *Descobrimento*, por si dirigida”.²⁹⁹ Foi no início dos anos trinta, após a criação do Acto Colonial, que Castro Osório iniciou “um projeto tão interessante quanto arriscado: a revista *Descobrimento*, na qual intelectuais de tendências diversas, autores brasileiros, cabo-verdianos e portugueses, procurando o ecumenismo dos colaboradores para concretizar o sonho da “nova civilização humanista” que abrangia a Galiza, o Brasil e a África portuguesa”.³⁰⁰

João de Castro Osório era um escritor solicitado pelo Secretariado Nacional de Informação, “que lhe encomendava estudos sobre o pensamento político, história e literatura portuguesas”.³⁰¹ A carreira de escrita e crítica literária, como ensaios políticos e culturais da autoria de João de Castro Osório encontram-se relacionados com um “contexto de publicação

²⁹⁶ Biblioteca Nacional de Portugal. Autores: José Osório de Oliveira. Consultado em 18 de agosto de 2017. Disponível em: http://acpc.bnportugal.pt/colecoes_autores/n24_oliveira_jose_osorio.html.

²⁹⁷ Sousa, Raquel S. Manadêlo, (2015), “José Osório de Oliveira e suas reflexões sobre a “moderna” literatura brasileira”, Revista *Desassossego*, 13, pp. 101 e 102.

²⁹⁸ Rodrigues, Ália Rosa C., (2012), “João de Castro Osório: Percurso(s) estético e político: O poeta e o intelectual”, in *João de Castro Osório: Tragédia e Política [Estudos: Humanidades]*, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 115.

²⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 86.

³⁰⁰ “O próprio título *Descobrimento* estava associado à emoção da nova Hora que então se vivia, à descoberta da “nova civilização” que, segundo Osório, se inaugurava com a nova ordem política. No entanto, esta revista não teve sucesso tendo a sua última edição apenas no seu sétimo número, fazendo com que Castro Osório afirmasse que “a incultura, já não dizemos do público, mas na nossa pseudo-elite, é mais profunda do que julgávamos.” In Rodrigues, Ália Rosa C., (2012), “João de Castro Osório: Percurso(s) estético e político: O intelectual (des)comprometido”, in *João de Castro Osório: Tragédia e Política [Estudo s: Humanidades]*, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 130.

³⁰¹ Imprensa da Universidade de Coimbra. Autores: João Castro Osório. Consultado em 17 de agosto de 2017. Disponível em: https://www.uc.pt/imprensa_uc/catalogo/humanidades/joacastroosorio.

e divulgação ideologicamente marcado pelo Estado Novo, tendo em vista a promoção e o triunfo desse regime”. As suas obras eram “encomendadas [ou] (...) apoiadas pelo Secretariado Nacional de Informação (SNI), dirigido pelo amigo António Ferro até 1950”.³⁰² A referência mais importante para a construção deste capítulo faz parte da coleção bibliográfica de João de Castro Osório e prende-se com “o grande empreendimento literário da sua vida, mas cuja publicação não teve a felicidade de conhecer, a *Suma Poética da Língua Portuguesa*, [de 1970], uma antologia lírica, épica e dramática dos Poetas de Portugal e do Brasil, em quatro volumes, dos quais apenas o primeiro conheceu a luz”.³⁰³

Após a morte de João de Castro Osório conhecem-se vários projetos do autor nunca executados. Um deles aludia à aproximação cultural luso-brasileira, muito importante para esta dissertação; um Instituto Lusíada, “indispensável à expansão da nossa cultura com a colaboração do Brasil, do nosso Ultramar e das comunidades portuguesas espalhadas nas partidas do Mundo”.³⁰⁴

José de Osório Oliveira e o irmão, João de Castro Osório, foram dos maiores colaboradores portugueses para a revista *Atlântico*. Nas duas fases da revista que se pretendem analisar, Osório de Oliveira e Castro Osório publicaram em todos os números da fase entre 1946 e 1947. José Osório de Oliveira era secretário da redação da revista *Atlântico* neste período enquanto António Ferro era o diretor português desta publicação.

A primeira edição da chamada “Nova Série” combinou os números de 1 a 4 e foi responsabilidade do Departamento Nacional de Informação - D.N.I. - e do Secretariado Nacional de Informação - S.N.I., do Rio de Janeiro e Lisboa. O número 1 acabou de se imprimir no dia 22 de maio de 1946 e, neste número, José Osório de Oliveira escreveu dois artigos “Da autonomia da literatura brasileira” e “Notícias Radiofónicas da poesia brasileira”. No primeiro, “Da autonomia da literatura brasileira”, José Osório de Oliveira criticou a obra *Breve História da Literatura Brasileira*, dos professores Júlio Martins e Óscar Lopes. O autor terminou esta crítica referindo que “Há muitos portugueses que julgam ser possível possuir uma cultura e uma consciência lusíadas sem conhecer igualmente a Literatura Portuguesa e a Literatura

³⁰² Rodrigues, Ália Rosa C., (2012), “João de Castro Osório: Percurso(s) estético e político: O intelectual (des)comprometido”, in *João de Castro Osório: Tragédia e Política [Estudos: Humanidades]*, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 127.

³⁰³ Idem, *ibidem*, p. 116.

³⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 89

Brasileira”.³⁰⁵ Já sobre “Notícias Radiofônicas da poesia brasileira - Um poeta em cada terra”, Osório de Oliveira revelava que “hoje, de volta a este microfone, quero falar, apenas, de poetas ainda desconhecidos em Portugal, e ler, somente, inéditos poemas, que já tive a felicidade de recolher alguns”.³⁰⁶ Neste artigo, o autor fez referência a poetas como Alphonsus de Guimaraens Filho, Auta de Sousa e Henriqueta Lisboa. É, também, de mencionar, que neste número, Alphonsus de Guimaraens Filho escreveu o poema “Anjos do Aleijadinho”, dedicando-o a José Osório de Oliveira. Na mesma publicação, João de Castro Osório assinou “Mistérios da Literatura Popular”, datado de dezembro de 1945, onde abordava a literatura popular, referenciando que “A definição, clara e exacta, do que deva entender-se por Literatura Popular está a tornar-se cada vez mais necessária”.³⁰⁷ No número 2 da “Nova Série”, que acabou de se imprimir no dia 17 de setembro de 1946, João de Castro Osório publicou apenas um poema intitulado “A nau do Bom Jesus”. Já José Osório de Oliveira publicou vários artigos; “O Brasil, diverso e uno”, prefácio de uma antologia de «Prosas brasileiras», no prelo. Osório de Oliveira refere neste prefácio que “para que um português seja inteiramente português, necessita de sentir-se um pouco brasileiro – ter a consciência que Portugal se prolonga no Brasil”.³⁰⁸ Também neste número escreve “O escritor gaúcho Simões Lopes Neto”, “uma das muitas singularidades da vida mental brasileira é o desconhecimento, quase geral, do verdadeiro valor de Simões Lopes Neto”.³⁰⁹ No “VÁRIA” desta revista lê-se “Aniversário do Irmão”, que José Osório de Oliveira “leu no dia 3 de maio, ao microfone da Emissora Nacional, estas palavras, abrindo o programa “Meia-Hora Brasileira”, sobre o aniversário do descobrimento do Brasil”.³¹⁰ No número 3 desta série, que acabou de se imprimir no dia 4 de fevereiro de 1947, João de Castro Osório divulgou o artigo “Alguns preconceitos românticos contrários à cultura lusíada”, sobre a crítica, a literatura, a cultura, sobre as duas pátrias, Portugal e Brasil. No artigo

³⁰⁵ BNP. Revista *Atlântico*, Cota J5310B. “Da autonomia da Literatura Brasileira”, nº 1, “Nova série”, maio de 1946, p. 48.

³⁰⁶ BNP. Revista *Atlântico*, Cota J5310B. “Notícias radiofônicas da poesia brasileira”, nº 1, “Nova série”, maio de 1946, p. 99.

³⁰⁷ BNP. Revista *Atlântico*, Cota J5310B. “Mistérios da literatura popular”, nº 1, “Nova série”, maio de 1946, p. 26.

³⁰⁸ BNP. Revista *Atlântico*, Cota J5310B. “O Brasil diverso e uno”, nº 2, “Nova série”, setembro de 1946, p. 66.

³⁰⁹ BNP. Revista *Atlântico*, Cota J5310B. “O escritor gaúcho Simões Lopes Neto”, nº 2, “Nova série”, setembro de 1946, p. 102.

³¹⁰ BNP. Revista *Atlântico*, Cota J5310B. “VÁRIA” – “Aniversário do Irmão”, nº 2, “Nova série”, setembro de 1946, p. 105.

referenciava que os dois países “são *pátrias* com o mesmo passado, e uma única Nação com igual fundo étnico, e por igual absorvente, de outras raças «somáticas» numa única e grande raça histórica. São cooperadoras na realização de uma cultura lusíada, ainda não de todo consciente do seu próprio valor. São criadoras, por igual e desde início, das forças e ideais que podem hoje ver-se em caminho para o apogeu de uma nova civilização, Atlântica”.³¹¹ José Osório de Oliveira é um dos autores chamado a escrever sobre o tema da língua portuguesa no Brasil, num artigo intitulado “Quatro opiniões sobre a Língua Portuguesa no Brasil” que fazia parte do “VÁRIA”, um subtema da revista *Atlântico*. Neste artigo, o autor referia que “a diferença entre o português de Portugal e o português do Brasil é, apenas, psicológica – não filológica. Falamos a mesma língua, embora, muitas vezes, com sentimentos diferentes. Mas a língua do Mundo Lusíada, do «mundo que o Português criou», comporta todas as variedades”.³¹² No número 4, que acabou de se imprimir no dia 28 de junho de 1947, João de Castro Osório publicou um poema intitulado “Meditação do Rio” e um artigo “Dois poemas de Camillo Pessanha”, um artigo sobre a obra perdida de Camillo Pessanha, que não conseguiu incluir na obra própria “*Clepsidra*” e que procurou durante vários anos, tendo conseguido recuperar essa poesia, “Branco e Vermelho” e “Roteiro da Vida”, encontram-se nas páginas seguintes desta publicação. José Osório de Oliveira publicou “Post-Scriptum”, onde o autor afirmou escrever quase exclusivamente sobre literatura brasileira, mas, neste artigo, deu a conhecer a sua ideia de escrever “*Meditação Portuguesa sobre a Espanha*”. Osório de Oliveira abordou o tema referindo “é tal a força do brasileiro, em mim, que precisei do acto de consciência deste *post-scriptum* para poder entregar-me, durante algum tempo, à minha outra preocupação de português”.³¹³ Ainda nesta publicação, e no “VÁRIA”, Osório de Oliveira escreveu o artigo, “Uma obra indispensável à revalorização da cultura lusíada”, sobre “A demanda do Santo Graal”, de Augusto Magne”.

Entre 1947 e 1948, a revista *Atlântico* publicou os números 5 a 7. Estes são uma continuação da chamada “Nova série” que começou em 1946, mas, desta vez, de edição do Secretariado Nacional de Informação - S.N.I., de Lisboa, e da Agência Nacional - A.N., do Rio de Janeiro. Neste conjunto de três números, João de Castro Osório escreveu nos dois primeiros,

³¹¹ BNP. Revista *Atlântico*, Cota J5310B. “Alguns preconceitos românticos contrários à cultura lusíada”, nº 3, “Nova série”, fevereiro de 1947, p. 53.

³¹² BNP. Revista *Atlântico*, Cota J5310B. “VÁRIA”, nº 3, “Nova série”, fevereiro de 1947, p. 117 e 118.

³¹³ BNP. Revista *Atlântico*, Cota J5310B. “POST-SCRIPTUM”, nº 4, “Nova série”, junho de 1947, p. 99.

5 e 6, mas não participou no número 7. Por sua vez, José Osório de Oliveira manteve-se como secretário da redação da revista e publicou em todos os seus números. António Ferro manteve-se o diretor português da *Atlântico*, uma vez que só sairia do Secretariado Nacional de Informação em 1949. O número 5, primeiro deste conjunto de anos, acabou de se imprimir no dia 30 de dezembro de 1947. Nele, João de Castro Osório escreveu uma reflexão histórica intitulada “A Galiza abandonou o seu destino e vida nacionais”. Por outro lado, José Osório de Oliveira abordou, novamente, o tema do Brasil escrevendo em “VÁRIA - “Carta aos escritores do Brasil”, uma carta em que mostra a sua indignação para com o desconhecimento da literatura portuguesa por parte dos brasileiros. No número 6, que acabou de se imprimir no dia 2 de junho de 1948, João de Castro Osório publicou um poema intitulado “Viagem de inverno” e também um artigo sobre “O primeiro congresso luso-brasileiro de folclore”, iniciativa possível “porque há muito vem sendo realizado em Portugal e no Brasil um trabalho intenso, profundo e inteligente, na ciência do Folclore (...) completo e perfeito para a Cultura e para a vida espiritual”.³¹⁴ Também neste número escreveu José Osório de Oliveira; “A obra do Rei”, um comentário de um filme não realizado sobre a obra de D. Dinis. Já no número 7, que acabou de se imprimir no dia 2 de outubro de 1948, José Osório de Oliveira escreveu “O poeta negro Cruz e Sousa”, sobre a literatura e poesia africanas e “Uma nova geração brasileira”, texto que refere vários poetas brasileiros, como Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade e Alphonsus Guimaraens Filho, e a revista «Orpheu». No “VÁRIA”, José Osório de Oliveira assinou “Saudação a Augusto Frederico Schmidt”, lida ao microfone da Emissora Nacional. Também escreveu “O que nós, portugueses, devemos a Gilberto Freyre”, exaltação à figura de Gilberto Freyre. De referir, tal como já abordado anteriormente, que João de Castro Osório não publicou neste número.

Entre 1949 e 1950, a revista *Atlântico* encontrava-se na sua 3ª série, tendo publicado os números de 1 a 3. Esta série foi editada pelo Secretariado Nacional de Informação e pela Agência Nacional, em Lisboa e no Rio de Janeiro. Nesta data, o diretor da revista é António d’Eça de Queiroz, uma vez que António Ferro já tinha deixado o cargo no Secretariado Nacional de Informação. Em todos os números desta série, José Osório de Oliveira acumula a função de secretário da redação da revista, mais as publicações que assina em nome próprio. João de Castro Osório também escreveu em todos os números desta 3ª série. O número 1 da 3ª série acabou de se imprimir no dia 12 de setembro de 1949. Neste número, José Osório de Oliveira

³¹⁴ BNP. Revista *Atlântico*, Cota J5310B. “Folclore luso-brasileiro”, nº 6, “Nova série”, junho de 1948, p. 122.

escreveu “Cinema português – Um filme sobre Garrett” em que redigiu as considerações prévias e o esquema do argumento; terminando com uma carta de Leitão de Barros, de 16 de setembro de 1946, para José Osório onde afirmava que via “todas as possibilidades em erguer [do argumento de Osório] um espetáculo cinematográfico grande, como interesse artístico”. Depois deste esquema revela-se a conclusão melancólica de Osório de Oliveira que afirmava que o filme “não foi realizado até hoje, apesar dos esforços desenvolvidos (...) e não obstante o Estado oferecer a sua proteção ao Cinema que não seja, apenas, uma especulação comercial sem carácter português.”³¹⁵ Neste número, Osório de Oliveira também escreveu, em conjunto com Tomaz Ribas, “Das letras brasileiras – A outra feição do romance brasileiro”, assinado pelo próprio e “Revistas de novos”, assinado por Ribas. Neste número da *Atlântico* João de Castro Osório assina “Problemas de estética literária” I – Comunicabilidade, revivescência e tradução das obras literárias”, um texto sobre a obra literária, a crítica literária, a literatura. No número 2, que acabou de se imprimir no dia 15 de dezembro de 1949, José Osório de Oliveira escreveu “Das Letras Brasileiras – Apologia de Cecília Meireles”, revelando que a poesia estará em voga no Brasil, mas “dos livros dos novíssimos poetas, quanta Poesia verdadeira se consegue extrair?” De seguida, expressou a sua admiração por Cecília Meireles, revelando que “ela é, incontestavelmente, a maior poetisa da língua portuguesa, de todos os tempos.”³¹⁶ O autor divulgou que, em Portugal, vários estudos foram dedicados à poetisa, apesar dos poucos artigos de críticos brasileiros. Nomes como Natércia Freire, João de Castro Osório, João Ameal ou Vitorino Nemésio. “Quem não se lembra da maneira como Cecília Meireles foi aqui compreendida, ou adivinhada, antes de os brasileiros a terem descoberto?!”³¹⁷ “Portugueses no Mundo” é outro artigo de José Osório de Oliveira neste número da revista, retirado do *Diário Popular*, de Lisboa. Nele, o autor abordava a questão da existência de dois tipos de portugueses afirmando “Há duas espécies de Portugueses: os de Portugal e os do Mundo.”³¹⁸ No número 2 da *Atlântico*, João de Castro Osório continua a sua dissertação sobre “Problemas da estética literária II – Criação nacional e comunicabilidade universal da obra de arte”, abordando, desta

³¹⁵ BNP. Revista *Atlântico*, Cota J5310B. “Cinema português – Um filme sobre Garrett”, nº 1, “3ª série”, setembro de 1949, p. 75.

³¹⁶ BNP. Revista *Atlântico*, Cota J5310B. “Das letras brasileiras – Apologia de Cecília Meireles”, nº 2, “3ª série”, dezembro de 1949, p. 99.

³¹⁷ BNP. Revista *Atlântico*, Cota J5310B. “Das letras brasileiras – Apologia de Cecília Meireles”, nº 2, “3ª série”, dezembro de 1949, p. 100.

³¹⁸ BNP. Revista *Atlântico*, Cota J5310B. “Portugueses no Mundo” nº 2, “3ª série”, dezembro de 1949, p. 122.

vez, a arte e a amargura do artista e publica um poema intitulado “Sonho de Calma”. Quanto ao último número, o número 3, que acabou de se imprimir 25 de março de 1950; José Osório de Oliveira assinou “Explicação de Machado de Assis e do «Dom Casmurro»”, onde faz uma crítica à obra fazendo, também, uma pequena nota biográfica do seu autor. José Osório de Oliveira refere que “Machado de Assis é a figura central, o cume da literatura brasileira”.³¹⁹ Também “Contribuição para o centenário de Goethe”, o prefácio de uma tradução portuguesa, inédita, das «Confissões de uma Bela Alma» e da «Mignon», que faz parte das “Notas” deste número e é da autoria de José Osório. O autor também escreve em Arquivo, uma das partes da revista, assinando “Um filme luso-brasileiro”, produzido por Leitão de Barros e cujo título final é Vendaval Maravilhoso, sobre a vida de Castro Alves. Esta parte apenas serve “para dar publicidade a um documento inédito: a estrutura do filme, tal como José Osório de Oliveira o concebeu de início, de acordo com a ideia original e com o título primitivo: Castro Alves, o Poeta dos Escravos.”³²⁰ Neste número, João de Castro Osório foi responsável pela tradução de poemas de Goethe, traduzidos dos episódios da História de «Mignon», no romance: *Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister*, datado de 23-25 de novembro de 1941.

A partir de 1945, em pleno pós-guerra, poderia ter-se colocado em causa a continuação da revista luso-brasileira *Atlântico*. Principalmente através das mudanças ocorridas no Brasil, com o final do Estado Novo e chegada da democracia, através da presidência do Marechal Dutra. Neste período, sabe-se que a aproximação luso-brasileira pareceu arrefecer, principalmente devido às dificuldades em legislar o Acordo Ortográfico de 1945 e numa época onde apenas o Acordo de Cooperação Intelectual pareceu estar encaminhado, já que foi assinado em dezembro de 1948. Só após o regresso de Getúlio Vargas ao poder, em 1951, as negociações para o Acordo Ortográfico foram retomadas “com mais determinação”.³²¹ No pós-Segunda Guerra Mundial, com o final do Estado Novo assistiram-se a anos conturbados na política interna brasileira, e, para este capítulo, importam, principalmente, as mudanças constantes no departamento brasileiro responsável pela publicação da revista, citadas através

³¹⁹ BNP. Revista *Atlântico*, Cota J5310B. “Explicação de Machado de Assis e do «Dom Casmurro»”, nº 3, “3ª série”, março de 1950, p. 26

³²⁰ BNP. Revista *Atlântico*, Cota J5310B. “Arquivo – Um filme luso-brasileiro”, nº 3, “3ª série”, março de 1950, p. 110.

³²¹ Amado, Luiz Cervo e José Calvet de Magalhães, (2000), *Depois das caravelas, As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Edição do Instituto Camões, p. 221.

de um artigo no subtema “Notas” da revista *Atlântico* de 1949, 3ª série, número 1.³²² No último número da *Atlântico* lançado em março de 1950, finda um laço constante entre os dois países, através de um trabalho realizado em conjunto, para dar a conhecer a literatura, a cultura e a arte dos dois países irmãos.

Através dos artigos referidos anteriormente ao longo deste capítulo, percebe-se que José Osório de Oliveira foi realmente um dos maiores divulgadores da cultura brasileira em Portugal, sediando esta sua vontade numa das revistas que tencionava “revelar Portugal novo aos brasileiros. Revelar o novo Brasil aos portugueses.”³²³ O autor abordou, em todos os números, algum artigo referente ao tema da cultura luso-brasileira. Também João de Castro Osório publicou grandemente nesta revista, sendo que os temas que abordou foram mais variados, principalmente focando a poesia ou a literatura. No entanto, em alguns dos seus artigos também podemos compreender a importância que dá às relações culturais luso-brasileiras e à aproximação literária entre os dois países.

3.3. Acordo de Cooperação Intelectual de 1948

Durante o mandato de Dutra, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, através do seu Ministro, Raul Fernandes, abordou o Ministério de Estado da Justiça e dos Negócios Interiores brasileiro, revelando a existência de negociações para um novo acordo com Portugal. Em julho de 1948, o Ministro das Relações Exteriores informou o Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, Adroaldo Mesquita da Costa³²⁴, que os governos brasileiro e português se encontravam em negociações para a assinatura de um novo acordo cultural. Este novo acordo teria “bases mais condizentes com as diretrizes [da] (...) política externa” brasileira. Presumivelmente, o acordo abordado nesta comunicação entre departamentos ministeriais

³²² BNP. Revista *Atlântico*, Cota J5310B. “Notas”, nº 1, “3ª série”, 1949.

³²³ BNP. Revista *Atlântico*, Cota J5310B, nº 1, maio de 1942.

³²⁴ A dia 15 de novembro de 1947, Adroaldo Mesquita Costa, assumiu a pasta da Justiça e Negócios Interiores, em substituição ao ministro Benedito Costa Neto, demissionário desde outubro. Mesquita da Costa foi titular desta pasta até abril de 1950. Em novembro de 1949, no início da campanha para as eleições presidenciais de 1950, Adroaldo Mesquita ficou encarregado de coordenar diretamente a questão presidencial, "o que foi visto como uma interferência mais ou menos velada de Dutra no problema." Fundação Getúlio Vargas. Consultado em 30 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/adroaldo-mesquita-da-costa>.

brasileiros, seria o Acordo de Cooperação Intelectual uma vez que foi assinado menos de meio ano depois.³²⁵

De referir que o governo de Dutra desenvolveu uma política externa de alinhamento com os Estados Unidos da América, esperando continuar a beneficiar com esta aproximação, tal como tinha acontecido durante a Segunda Guerra Mundial.³²⁶ Entre 1946 e 1950, as relações luso-brasileiras esfriaram. No entanto, apesar do arrefecimento das relações culturais entre Portugal e o Brasil, durante a Presidência de Eurico Gaspar Dutra, foi nesta altura que se deu um importante momento das relações culturais entre os dois países, com a visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Raul Fernandes, a Lisboa, em dezembro de 1948.³²⁷

O “acto mais significativo” da visita do ministro brasileiro a Portugal foi a assinatura do Acordo de Cooperação Intelectual, que mereceu por parte da imprensa portuguesa o “devido destaque”. Segundo as informações enviadas pelas Necessidades para a Embaixada portuguesa no Rio de Janeiro, o lado brasileiro demonstrara “uma decidida boa vontade nas negociações”. Do lado português existia algum receio de que o Acordo Cultural de 1941 perdesse a sua validade com a entrada em vigor do Acordo de Cooperação Intelectual em 1948.³²⁸ Este receio provou ser infundado uma vez que os dois acordos se mantiveram em vigor simultaneamente.

Assim, a 6 de dezembro de 1948 foi assinado o Acordo de Cooperação Intelectual entre Portugal e o Brasil³²⁹, que promovia um largo intercâmbio entre as instituições de ensino e os homens da cultura dos dois países.³³⁰ Este acordo foi designado para o campo universitário uma vez que ainda não existia qualquer acordo do género nesse campo. Foi firmado pelo Dr. José

³²⁵ MNE. Carta DCI/190/542.6(88) “Acordo Cultural entre o Brasil e Portugal”, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, de 29 de julho de 1948. COTA A 59, M 351, C.E46. P1/2493

³²⁶ Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “Brasil e Portugal no sistema internacional” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, p. 63.

³²⁷ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941”, in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p.131.

³²⁸ MNE. Telegrama expedido nº 180 para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 13 de dezembro de 1948.

³²⁹ Magalhães, José Calvet de, “As relações Portugal-Brasil no século XX - Acordos e tratados: 1895-1952”, in Amado, Luiz Cervo e José Calvet de Magalhães, (2000), *Depois das caravelas, As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Edição do Instituto Camões, p. 216.

³³⁰ Magalhães, José Calvet de, (1997) “Os Acordos Ortográficos de 1943 e 1945 e o Acordo de Cooperação Intelectual de 1948”, in *Relance Histórico das Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras*, Quezta Editores, Lisboa, p. 62.

Caeiro da Matta, Ministro dos Negócios Estrangeiros portugueses, e pelo Dr. Raul Fernandes, Ministro das Relações Exteriores do Brasil.³³¹ As altas entidades do Itamaraty mostraram-se impressionadas pelo acolhimento feito a Raul Fernandes aquando da sua visita a Portugal. Mais tarde, “o ministro [das] relações exteriores exprimiu publicamente [os] seus sentimentos [de satisfação] para com [o] Governo português”.³³²

No Acordo de Cooperação Intelectual os dois governos desejavam trabalhar no sentido de manter “o espírito de amistosa compreensão” e revelavam-se dispostos a “traduzir num instrumento de cooperação intelectual o propósito de promover um intercâmbio mais intenso de ideias e informações entre os seus homens de pensamento, os seus institutos de ensino e de educação, os mestres da cultura”. No seu artigo I, o acordo revelava que procurava promover “o estudo das altas manifestações culturais da outra Parte”, referindo, no artigo seguinte, que procurava possibilitar, a ambos, “o ensino da literatura, da história, das técnicas científicas, da arte e outras manifestações superiores da Cultura mais características de uma e outra Parte”. Os artigos III e IV difundiam que as duas partes contratantes iriam conceder bolsas de estudo para professores, membros de academias ou institutos literários e científicos “oficialmente reconhecidos” bem como estimulariam e facilitariam a troca de professores universitários e intercâmbio de revistas científicas. As duas partes contratantes deveriam esforçar-se por conceder “o máximo de igualdade relativamente à admissão dos cidadãos portugueses e brasileiros nas Universidades”.³³³

Durante a vigência do Acordo de Cooperação, estava em vigor o «Prémio Álvares Cabral», um prémio luso-brasileiro, “para o melhor trabalho científico, de mérito reconhecido, publicado no período de cinco anos imediatamente anterior e da autoria de um nacional da outra Parte”. O Acordo seria aplicado sobre a tutela do Instituto de Alta Cultura, em Portugal, e de uma comissão dirigida pelo Ministério da Educação e Saúde, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Este acordo teria a duração de dez anos e continuaria “em vigor enquanto não [fosse] denunciado com a mesma antecedência”. O penúltimo artigo divulgava que o Acordo Cultural de 1941 se mantinha em vigor, e que se encontrava a cargo do

³³¹ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 131.

³³² MNE. Telegrama recebido nº 234, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 14 de dezembro de 1948.

³³³ Diário de Governo, I série – número 164, sábado, 4 de agosto de 1951.

Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, em Portugal, e da Agência Nacional, no Brasil.³³⁴

Em janeiro de 1949, através de um telegrama expedido para a Embaixada de Portugal, no Rio de Janeiro, compreendia-se que tinham sido organizadas visitas de estudantes brasileiros a Portugal. Só depois da vinda dos estudantes brasileiros, e como referido de seguida, as entidades pensaram em ligar estas visitas ao Acordo de Cooperação, recentemente assinado entre os dois países. Para Portugal, era importante “estretar laços [de] amizade e [promover o] intercâmbio cultural” entre os dois países. Em conversa com o Embaixador do Brasil houve um pedido realizado para “ligar por qualquer forma excursões como a projetada ao Acordo de Cooperação Intelectual recentemente assinado”.³³⁵

A 21 de janeiro de 1950, o telegrama nº 139, enviado do Rio de Janeiro, revelava a ratificação do Acordo de Cooperação Intelectual, já aprovado em plenário pela Câmara dos Deputados. A este acontecimento a imprensa deu “grande relevo” uma vez que “intensifica [o] intercâmbio cultural [entre os] dois países”, principalmente “salientando [a] obra realizada [pela] Secção Brasileira do SNI”.³³⁶ Em maio do mesmo ano, um telegrama recebido na Embaixada revelava que tinha sido aprovado no Senado brasileiro o Acordo de Cooperação Intelectual Luso-Brasileiro.³³⁷ No entanto, o mesmo acordo só foi regulamentado a 19 de novembro de 1953, no Brasil, e a 30 de junho de 1954, em Portugal.³³⁸ A 20 de novembro de 1953, Paulo Cunha, Ministro dos Negócios Estrangeiros português, agradecia e enviava “cordiais congratulações e melhores votos [pelo] activo desenvolvimento [de] cooperação intelectual luso-brasileira”.³³⁹ Depois da regulamentação em Portugal e no Brasil, o jornal *Diário Popular* tinha como notícia “Acabam de estabelecer-se entre Portugal e o Brasil importantes acordos culturais” revelando que “O Diário de Governo publicou, há dias, o Regulamento do Acordo de Cooperação Intelectual entre Portugal e o Brasil, aprovado pelo Decreto-Lei nº 38.361, de 4 de agosto de 1951”. Esta notícia revelava, também, que “a

³³⁴ Diário de Governo, I série – número 164, sábado, 4 de agosto de 1951.

³³⁵ MNE. Telegrama expedido nº 12 para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 12 de janeiro de 1949.

³³⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Telegrama nº 139, de 21 de janeiro de 1950. ANTT. PT/TT/SNI/SILB 1-10, SNI, cx. 1572.

³³⁷ MNE. Telegrama recebido nº 29, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 20 de maio de 1950.

³³⁸ Rego, A. Da Silva, (1965), “As relações Culturais (1889-1953) – Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p.132.

³³⁹ MNE. Telegrama recebido sem número. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058.

apreciação e votação do Regulamento agora publicado no «Diário de Governo», fez-se, no Rio de Janeiro, numa reunião conjunta da comissão brasileira encarregada de estudar o assunto e de um delegado do Governo português, especialmente ali enviado, (...) Dr. António de Medeiros Gouveia, secretário-geral do Instituto de Alta Cultura”.³⁴⁰

Em agosto de 1960 apareceu um Projeto de Protocolo adicional ao Acordo de Cooperação Intelectual. Este projeto demonstrava um esforço feito por Portugal de “ampliar as disposições” do Acordo de Cooperação Intelectual de 1948, apesar de não se terem encontrado evidências da sua concretização. Este projeto surgiu devido ao facto de os dois países se encontrarem “animados pelo desejo de completar e de ampliar as disposições do Acordo de Cooperação Intelectual de 6 de dezembro de 1948 no intuito de melhor realizar os objetivos nele previstos”. O artigo I revelava que iriam promover a inclusão de matérias do outro país, como a história e a geografia, durante o ensino médio; a criação de uma comissão mista que manteria a unidade nos sistemas de catalogação bibliográfica e processos arquivísticos, uniformização técnica e científica e a troca de publicações pelas bibliotecas nacionais, do Rio de Janeiro e de Lisboa e facilidades na criação de instituições culturais abrangidas pelo Acordo de Cooperação Intelectual. Este protocolo iria vigorar enquanto o Acordo de Cooperação Intelectual vigorasse.³⁴¹

O Acordo de Cooperação Intelectual tornou-se importante para Portugal e para o Brasil ao visar o campo universitário dos dois países. Os dois governos, num “espírito de amistosa compreensão” revelavam-se dispostos a “traduzir num instrumento de cooperação intelectual o propósito de promover um intercâmbio mais intenso de ideias e informações entre os seus homens de pensamento, os seus institutos de ensino e de educação, os mestres da cultura”. Uma das grandes preocupações portuguesas em relação ao Acordo de Cooperação Intelectual tem a ver com o receio que o Acordo de 1941, anteriormente assinado entre os dois países, fosse anulado e, por conseguinte, o seu impacto positivo a nível cultural desaparecesse. De referir que os dois governos continuaram a esforçar-se para manter uma cooperação no campo universitário, dado que em agosto de 1960 apareceu um Projeto de Protocolo adicional ao Acordo de Cooperação Intelectual. Este projeto demonstrava um esforço feito por Portugal de “ampliar as disposições” do Acordo de Cooperação Intelectual de 1948, apesar de não se terem encontrado evidências da sua concretização.

³⁴⁰ MNE. Serviço de Imprensa. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

³⁴¹ MNE. Projeto de Protocolo adicional ao Acordo de Cooperação Intelectual. Cota PEA 173 C.E39 P8/2068

3.4. O Tratado de Amizade e Consulta Luso-Brasileiro de 1953

O Tratado de Amizade e Consulta de 1953³⁴², firmado entre Portugal e o Brasil, “foi o instrumento jurídico que deu forma às relações políticas luso-brasileiras na década de 50”. Este tratado foi assinado ainda durante o governo de Getúlio Vargas, ratificado no mandato de Café Filho, em 1954, mas só foi regulamentado no governo de Juscelino Kubitschek, em 1960.³⁴³ É natural que, com a mudança repentina entre o governo de Vargas e o governo de Café Filho, tenham surgido alguns atrasos em termos de regulamentação de nova legislação. Com a Presidência de Kubitschek seria expetável que a regulamentação ocorresse mais rapidamente, no entanto, como veremos mais à frente, as inconsistências na política externa brasileira não o permitiram.

Durante os anos cinquenta vigorava no Brasil um regime democrático, já existente desde o final da Segunda Guerra Mundial, mas ainda muito marcado pelas instituições corporativas do Estado Novo e pela figura de Getúlio Vargas. Vargas ganhou as eleições em 1951, sucedendo na presidência ao Marechal Dutra, que se encontrava no cargo desde 1946. Para Portugal, a permanência de Getúlio Vargas na Presidência do Brasil era importante, uma vez que a política externa getulista foi marcada pela aproximação aos Estados Unidos e pela reaproximação a Portugal. A administração de Café Filho, que sucedeu a Vargas após o seu suicídio em 1954, manteve a política externa brasileira em relação à aproximação a Portugal, tal como Kubitschek o fez, depois da sua eleição para a Presidência em 1956.³⁴⁴

O novo presidente, Getúlio Vargas, nomeou, como chefe da diplomacia brasileira, João Neves da Fontura³⁴⁵, que já tinha servido como Embaixador do Brasil em Lisboa, entre 1943 e 1945. Neves da Fontura começou por delinear um projeto de um tratado com Portugal. Este projeto deveria conceder um estatuto especial aos cidadãos brasileiros em Portugal e aos

³⁴² MNE. Cópia de Serviço Urgente nº 715, de 22 de outubro de 1953. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058 - O P.S. desta carta revelava que “o Itamaraty manifestou o desejo de que no título do Tratado figurasse a palavra Consulta pois dava muita importância à clausula que estabelecia aquela forma de colaboração e aproximação dos dois Governos.”

³⁴³ Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “O Tratado de Amizade e Consulta e a Comunidade Luso-Brasileira” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, p. 99

³⁴⁴ Telo, António José (org.), (2001), *António de Faria*, Coleção Diplomatas Portugueses, Edições Cosmos, Lisboa, p. 59.

³⁴⁵ João Neves da Fontura foi nomeado Ministro das Relações Exteriores do Brasil pela segunda vez, tendo cumprido o mandato entre 31 de janeiro de 1951 e 19 de julho de 1953. Fundação Getúlio Vargas. Consultado em 12 de agosto de 2017. Disponível em www.academia.org.br/academicos/joao-neves-da-fontoura/biografia.

cidadãos portugueses no Brasil; ideia que já tinha proposto aquando da sua embaixada em Lisboa, durante a Segunda Guerra Mundial.³⁴⁶ O texto deste projeto referia dois pontos principais; “um compromisso dos dois Governos em consultar-se mutuamente em assuntos internacionais e algumas disposições para equiparar, na medida do possível, ao dos nacionais o estatuto dos portugueses no Brasil, e vice-versa”. Salazar acolheu esta ideia com ceticismo. O Presidente do Conselho sentia que as relações luso-brasileiras eram pautadas pela “«exuberância das mensagens e modicidade dos atos políticos sérios»” ao mesmo tempo que estava sentido “por terem caído em «terra estéril»” as suas sugestões que tencionavam aproximar os dois países. Apesar de referir que o texto proposto por Neves da Fontura não valia nada, não era a favor de o rejeitar. Paulo Cunha, Ministro dos Negócios Estrangeiros português, também não mostrava qualquer entusiasmo perante este projeto.³⁴⁷ Apesar disso, em 1951, ele renasceu muito por iniciativa de António de Faria, que se tornaria “essencial para vencer as reservas em Lisboa”. António de Faria foi Embaixador de Portugal no Brasil desde 14 de junho de 1950, nomeado quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Caeiro da Matta, se preparava para abandonar o Ministério. A sua estadia no Brasil, que ficaria conhecida como “a sua «primeira grande Embaixada»”, durou oito anos, até janeiro de 1958.³⁴⁸ Durante este período, a rede diplomática nacional era diminuta, com apenas três embaixadas que “correspondiam às capitais consideradas as grandes referências de Portugal no mundo, que, por uma ordem de importância que não levantava dúvidas, eram respetivamente Londres, Madrid e o Rio de Janeiro”.³⁴⁹

O Ministério informa a Embaixada portuguesa através de um telegrama de maio de 1952 que o “governo [considerava] com o maior interesse [a] celebração [de um] Acordo político

³⁴⁶ Esta ideia não avançou uma vez que o Estado Novo brasileiro terminou em 1945, com o afastamento de Getúlio Vargas do poder. Apesar de Neves da Fontura ter sido nomeado Ministro das Relações Exteriores durante o governo de Eurico Dutra, “sua atitude passou a ser de reticência”. Foi solicitado pela diplomacia portuguesa a retomar as conversações, mas apenas houve promessas do lado brasileiro. In Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “O Tratado de Amizade e Consulta e a Comunidade Luso-Brasileira” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, p. 102.

³⁴⁷ Pereira, Bernardo Futscher, (2017), “O Tratado de Amizade e Consulta com o Brasil” in *Crepúsculo do Colonialismo – A diplomacia do Estado Novo (1949-1961)*, Lisboa, D. Quixote, p. 79

³⁴⁸ Telo, António José (org.), (2001), *António de Faria*, Coleção Diplomatas Portugueses, Edições Cosmos, Lisboa, pp. 57 – 63.

³⁴⁹ Telo, António José, “António Augusto Braga Leite de Faria, um Grande Senhor da Diplomacia”, in Telo, António José (org.), (2001), *António de Faria*, Coleção Diplomatas Portugueses, Edições Cosmos, Lisboa, p. 27.

[de] Amizade”³⁵⁰ sendo que a proposta do lado português seria comunicada muito brevemente ao Embaixador Gracie.³⁵¹ Em junho de 1952, uma carta assinada por Paulo Cunha, Ministro dos Negócios Estrangeiros foi enviada para o Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, António de Faria. O seu conteúdo apresentava o contraprojeto português do Tratado de Amizade e Consulta a ser apresentado no Itamaraty.³⁵² A maioria das modificações introduzidas revelavam-se de “mera redação”, no entanto existiam questões particulares com alguns artigos - o artigo I, II, III e IV, VII e VIII - exploradas nesta carta, bem como a ressalva da existência de um artigo novo, o VI. Sobre estas modificações diz-se o seguinte “o Embaixador do Brasil em Lisboa pronunciou-se, considerando-as de aceitar pelo lado do seu país, embora deixando naturalmente a última palavra para o seu Ministro das Relações Exteriores”.³⁵³

Em agosto de 1953, o Embaixador de Portugal no Brasil, António de Faria, visitou o novo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Vicente Rao, no Palácio do Itamaraty para uma conversa. Numa carta enviada para o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, revelava que, por ser um dos primeiros encontros entre os dois, não lhe “pareceu indicado fazer-lhe um tour de horizontes nas relações luso-brasileiras”. O Embaixador e o novo Ministro conversaram sobre o Tratado de Amizade, no qual o antecessor de Rao se tinha mostrado também interessado, e o Embaixador pediu ao Ministro que “no caso de concordar com a negociação daquele instrumento, promovesse prontas respostas por parte dos Ministérios que o Itamaraty havia consultado”. O Ministro demonstrou ter interesse “em levar por diante a negociação e a propósito do Tratado e das relações de amizade luso-brasileiras que também julgava necessário estreitar (...)”. Os dois diplomatas combinaram voltar a encontrar-se para discutir algumas questões “pendentes das relações luso-brasileiras e aspetos desanimadores que alguns deles têm assumido nos últimos tempos”.³⁵⁴ No mês seguinte, seguiu por aerograma para Lisboa uma nova conversa entre o Embaixador de Portugal e o Ministro das Relações Exteriores. Este

³⁵⁰ MNE. Telegrama expedido nº 26 para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 5 de maio de 1952. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

³⁵¹ Samuel Sousa de Leão Gracie foi Embaixador do Brasil em Lisboa de junho de 1947 a novembro de 1952. Fundação Getúlio Vargas. Consultado em 16 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gracie-samuel-de-sousa-leao>.

³⁵² Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

³⁵³ MNE. Carta nº 138, de 26 de junho de 1952, enviada para Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, António de Faria, assinada por Paulo Cunha, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

³⁵⁴ MNE. Cópia de Serviço confidencial nº 550, de 13 de agosto de 1953. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

último revelava que tinha a intenção de incluir uma declaração curta sobre o Tratado e deixar para mais tarde a sua regulamentação, algo que deixava Portugal receoso. De facto, uma “simples declaração seria interpretada como tendo menos significado e menos valor que um Tratado”. O Ministro das Relações Exteriores referia a ideia de uma declaração conjunta à qual o Embaixador respondeu “que isso poderia dar impressão [ao] meu Governo [que] teria havido retrocesso por parte [do] Governo Brasileiro e diminuiria calor [no] acto a ser assinado”.³⁵⁵ Dois dias depois, um aerograma confidencial referenciava a exclusão do projeto anteriormente falado pelo Ministro das Relações Exteriores sobre a declaração do Tratado de Amizade e aproveitava para afirmar que “o próprio Tratado de Amizade, aliás, será já em si uma declaração de princípios – o que bastaria, quando outras razões mais fortes não houvesse, para que não fizesse sentido que ele fosse procedido de outro instrumento diplomático destinado a afirmar esses mesmos princípios”.³⁵⁶

Em outubro de 1953, um telegrama recebido na Embaixada de Portugal, no Rio de Janeiro, mostrava a última redação da minuta do Tratado de Amizade. Este telegrama fazia referência a uma melhoria no texto do Preâmbulo perante o projeto anteriormente apresentado pelo governo português, em julho de 1952, e analisava os vários pontos do Tratado. Uma das referências mais importantes para Portugal era o esclarecimento, em notas interpretativas no Tratado, de que “Portugal é apenas território metropolitano”, ressaltando, então, a não inclusão das colónias.³⁵⁷ Desta forma, a aplicação do Tratado de Amizade e Consulta foi restringida apenas ao território nacional – continente e arquipélagos dos Açores e da Madeira -, segundo um pedido expresso do governo português, “mostrando neste episódio uma falta de convicção no alcance de acto diplomático tão transcendente”. Calvet de Magalhães, diplomata português, revela que Portugal se mostrou oportunista com a assinatura deste Tratado uma vez que “cinco anos mais tarde, sob pressão do debate nascente nas Nações Unidas, solicitou ao Governo brasileiro que se desse à expressão «Portugal», interpretação mais lata, no sentido de abranger as Províncias Ultramarinas”.³⁵⁸ António de Faria aproveitou para referir neste telegrama que

³⁵⁵ MNE. Aerograma recebido da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro (nºA-47), de 15 de setembro de 1953. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

³⁵⁶ MNE. Aerograma expedido A-3, de 17 de setembro de 1953. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

³⁵⁷ MNE. Telegrama recebido nº 150 da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 24 de outubro de 1953. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

³⁵⁸ Magalhães, José Calvet de, “Do Tratado de Amizade e Consulta à Revolução Portuguesa de 1974 – O Tratado de Amizade e Consulta de 1953”, in Amado, Luiz Cervo e José Calvet de Magalhães,

tanto o Itamaraty como o próprio Ministro das Relações Exteriores do Brasil se mostravam muito interessados na assinatura do Tratado “desejando aproveitá-lo [para] dar grande relevo [à] importância [das] relações luso-brasileiras”.³⁵⁹

Um telegrama enviado para Portugal, a 10 de novembro de 1953, mencionava a existência de um comunicado à Imprensa sobre a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta. O texto deste comunicado era o seguinte: “Na segunda feira próxima, dia 16, será assinado no Ministério das Relações Exteriores, às 12 horas, o Tratado de Amizade e Consulta, entre o Brasil e Portugal, respetivamente representados pelo Senhor Professor Doutor Vicente Rao, Ministro das Relações Exteriores, e o Doutor António de Faria, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Portugal”.³⁶⁰ Através de uma carta enviada dois dias depois, da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, compreende-se que o texto do Tratado de Amizade e Consulta, quer o exemplar português, quer o exemplar brasileiro, tinham sido redigidos “de harmonia com a ortografia oficialmente estabelecida pela convenção ortográfica luso-brasileira de 1945”, amplamente citada num dos capítulos desta dissertação.³⁶¹

No dia 16 de novembro de 1953 assinou-se, no Palácio do Itamaraty, o Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil. Como plenipotenciários, pelo Brasil, encontrava-se o professor Vicente Rao, Ministro das Relações Exteriores, e da parte de Portugal, o Embaixador António de Faria. Várias altas entidades brasileiras e portuguesas encontravam-se presentes nesta assinatura.³⁶² Um telegrama do mesmo dia revelava que durante a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta se trocaram condecorações, o Presidente da República portuguesa condecorou o Professor Vicente Rao, Ministro das Relações Exteriores, com a Ordem Militar de Cristo. O Ministro aproveitava para assinalar esta “data em que duas Pátrias assinam transcendente instrumento diplomático que consagra e promove [o] desenvolvimento

(2000), *Depois das caravelas, As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Edição do Instituto Camões, p. 222.

³⁵⁹ MNE. Telegrama recebido nº 150 da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 24 de outubro de 1953. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

³⁶⁰ MNE. Telegrama recebido nº 175, da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, recebido a 11 de novembro de 1953. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

³⁶¹ MNE. Carta nº 764, de 13 de novembro de 1953. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

³⁶² MNE. Serviço de Informação do Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1953. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

[da] comunidade luso-brasileira no Mundo, constituindo expressão magnífica das fraternais relações entre Brasil e Portugal”.³⁶³

Este tratado foi assinado depois de concluído um “demorado processo de ajustes dos interesses específicos do Brasil e de Portugal” e deveria “juridicamente, (...) dar existência à Comunidade Luso-Brasileira”. No governo de Juscelino Kubitschek tornou-se “a base de apoio brasileiro à política colonialista portuguesa”.³⁶⁴ No momento da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta, os discursos foram pronunciados pelo Ministro das Relações Exteriores, Dr. Vicente Rao, e pelo Embaixador português no Brasil, Dr. António de Faria. Este tratado representava, tal como referido, “a um tempo só, o marco de partida para um novo rumo nas relações entre Portugal e o Brasil e um sentido novo na política exterior brasileira”.³⁶⁵ António de Faria revelava, no início do seu discurso, que a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil era um desejo dos dois governos e era esperada “por [um] largo setor da opinião pública dos dois países”.³⁶⁶ Durante o seu discurso, o Embaixador António de Faria sublinhou ser “a primeira vez que se [traduzia] em forma jurídica e num documento diplomático solene a situação especial que, de facto e desde sempre, portugueses e brasileiros [tiveram] respetivamente no Brasil e em Portugal”.³⁶⁷ Com este tratado, os dois países “[comprometem-se] a desenvolver o progresso, a harmonia e o prestígio da comunidade luso-brasileira no mundo”. Para António de Faria, era esperado que a assinatura deste Tratado, “determinando uma mais íntima e fecunda colaboração dos dois Governos na esfera da sua política externa, [marcasse] o início de uma nova e proveitosa fase nas relações entre Portugal e o Brasil”.³⁶⁸ Já o discurso do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Vicente Rao, começava com o revisitar da história do Brasil, e com o afirmar da importância de Pedro I para a obra do Estado brasileiro. Vicente Rao condensava todo este discurso com uma referência às relações luso-

³⁶³ MNE. Telegrama expedido nº 140 para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 15 de novembro de 1953. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

³⁶⁴ Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “Portugal e o Brasil no sistema internacional” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, p. 66.

³⁶⁵ MNE. Informação de Serviço, Amândio Pinto. Ofício da Embaixada no Rio nº 767, de 16 de novembro de 1953. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058.

³⁶⁶ MNE. Discurso policopiado de António de Faria, Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, proferido por ocasião da assinatura do Tratado. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058.

³⁶⁷ MNE. Informação de Serviço, Amândio Pinto. Ofício da Embaixada no Rio nº 767, de 16 de novembro de 1953. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058.

³⁶⁸ MNE. Discurso policopiado de António de Faria, Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, proferido por ocasião da assinatura do Tratado. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058.

brasileiras “porque comum foi o nosso passado, quer a Providência, irresistivelmente, que unido também seja o futuro”.³⁶⁹

A 17 de novembro de 1953, um telegrama recebido pela Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro divulgava a existência de vários jornais favoráveis à assinatura deste Tratado entre Portugal e o Brasil.³⁷⁰ Por exemplo, o título de cabeçalho do jornal “O Século” desse dia era “As origens do tratado de Amizade e Consulta luso-brasileiro estão na própria alma das duas nações” dita pelo Embaixador do Brasil, Olegário Mariano. O Embaixador convidou a imprensa e a rádio para um convívio na Embaixada para celebrar a assinatura “deste instrumento diplomático que situa no mesmo plano jurídico e humano, brasileiros e portugueses”. Segundo o Embaixador do Brasil a assinatura deste Tratado revelava “maior transcendência para a política externa de Portugal e do Brasil, com significação invulgar – diria melhor: inédita – na história diplomática dos dois países, ele representa um sonho que se concretiza na mais admirável das realidades”.³⁷¹ A 19 de novembro de 1953, um telegrama congratulava Paulo Cunha e o Governo português pela assinatura do Tratado de Amizade e Consulta como um “documento notável que institui novas diretrizes para maior colaboração dos dois povos irmãos”.³⁷²

Em agosto de 1954, o Vice-Presidente Café Filho assumiu a Presidência, uma vez que Getúlio Vargas se suicidou. O pós-suicídio de Vargas conheceu uma série de crises, nomeadamente entre civis e militares, sendo previsível que a democracia brasileira, com pouco menos de dez anos, desaparecesse.³⁷³ A substituição de Vargas por Café Filho levou à admissão no governo de “elementos ocidentalistas e conservadores”, tais como Raúl Fernandes, que já tinha ocupado a pasta do Ministério das Relações Exteriores durante a Presidência de Dutra. Nesta altura, “longe de afastar o Brasil de Portugal”, as relações entre os dois países

³⁶⁹ MNE. Discurso do Sr. Vicente Rao, Ministro das Relações Exteriores, através do Serviço de Informação do Ministério das Relações Exteriores, de 16 de novembro de 1953. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

³⁷⁰ MNE. Telegrama recebido nº191, da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 17 de novembro de 1953. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

³⁷¹ MNE. Recorte “*O Século*”, de 18 de novembro de 1953. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

³⁷² MNE. Telegrama recebido nº 83 da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 19 de novembro de 1953. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

³⁷³ Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 118 e 119.

intensificaram-se ainda mais.³⁷⁴ A 1 de setembro de 1954, Olegário Mariano, o Embaixador do Brasil em Portugal, enviava uma carta para o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Paulo Cunha, que informava a aprovação do Tratado de Amizade e Consulta pelo Senado brasileiro no dia anterior, referindo ser com “o mais profundo júbilo” que informava o Ministro desta decisão.³⁷⁵ Nesse mesmo mês, com a intenção de cimentar as relações luso-brasileiras, promoveu-se a viagem do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Cunha, ao Brasil. No Brasil, Paulo Cunha realizou várias conferências e visitas a instituições, “onde expôs as posições portuguesas relativas à Índia”.³⁷⁶ Nesta visita ainda assinou os Acordos Cultural e Comercial e ratificou o Tratado de Amizade e Consulta.³⁷⁷ Uma nova carta enviada para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em novembro de 1954, revelava que o Decreto legislativo brasileiro nº 59, de 1954, tinha aprovado o Tratado de Amizade e Consulta, através do Diário do Congresso Nacional - “Com a publicação do referido Decreto Legislativo, completaram-se, no que respeita ao Brasil, as formalidades legais necessárias para a entrada em vigor do Tratado de Amizade”.³⁷⁸ Este Tratado de Amizade e Consulta, apesar de ratificado em 1954, “visava o futuro”. Após a ratificação do tratado, foi constituída uma Comissão Mista, com entidades dos dois países, “para estudo e sugestão das medidas tendentes à regulamentação e cumprimento do tratado”.³⁷⁹

Depois da assinatura do Tratado, em abril de 1955, o Presidente do Brasil, Café Filho, visitou Portugal atendendo a uma exigência de Salazar que sempre recusara uma visita de Estado de Carmona ou de Craveiro Lopes ao Brasil enquanto não fosse retribuída a visita

³⁷⁴ Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “O Tratado de Amizade e Consulta” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, p. 109.

³⁷⁵ MNE. Carta nº 184, de 1 de setembro de 1954. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

³⁷⁶ Para saber mais sobre o conflito que afetava Portugal e a União Indiana - Marcos, Daniel, (2014), “From the Atlantic to the Empire: Goa, Suez, and the emergence of the colonial issues in US-Portuguese relations” in *Between the Atlantic and the Empire: NATO as a framework for the Portuguese-American relations in early Cold War (1949-1957)*, *Journal of Transatlantic Studies*, 12:3, p. 331 – 336.

³⁷⁷ Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “O Tratado de Amizade e Consulta” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, p. 109.

³⁷⁸ MNE. Carta nº 707, com anexo do Decreto do Congresso Nacional, de 4 de novembro de 1954. Chegada a Portugal a 17 de novembro de 1954. Cota PEA M.166-A, 2º piso. C.E39.P6/2058

³⁷⁹ Rego, A. Da Silva, (1965), “O Tratado de Amizade e Consulta de 1953” in *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, p. 144.

portuguesa efetuada ao Brasil, em 1922, por António José de Almeida. Mais tarde, a visita de Café Filho foi retribuída por Craveiro Lopes em 1957, já com Juscelino Kubitschek no poder.³⁸⁰ O Presidente Café Filho visitou Portugal em maio de 1955 e, na sua comitiva, encontrava-se o chanceler Raul Fernandes. Segundo Williams Gonçalves da Silva, Café Filho correspondeu “plenamente às expetativas do governo português ao reafirmar os compromissos brasileiros para com a Comunidade Luso-Brasileira, enfatizando particularmente o apoio dado a Portugal na questão de Goa”. Para Portugal, e para o regime de Salazar, esta viagem bem como as declarações proferidas pelo Presidente do Brasil “representaram mais uma vitória diplomática”. Esta visita pautou-se, também, pelas melhorias nas relações comerciais entre os dois países; “com base na aliança política, o governo português acreditava que esses aspectos comerciais passariam a interferir menos nas relações dos dois países”. Após a existência de indecisões na política brasileira no período entre o afastamento de Café Filho e a eleição de Juscelino Kubitschek, “as relações luso-brasileiras atingiram o seu ponto alto”. Kubitschek, era visto como sendo um Presidente pró-Portugal, “capaz de garantir a continuidade das relações luso-brasileiras”.³⁸¹ De referir que Kubitschek convidou o Presidente Craveiro Lopes para uma viagem ao Brasil, em janeiro de 1956, quando visitou Portugal antes de ser empossado Presidente da República. O objetivo desta visita foi cumprido; providenciar a regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta. De acordo com os ocidentalistas do Itamaraty, “aquele era o momento mais conveniente, na medida em que começavam a crescer as resistências dos nacionalistas contra a política externa de Kubitschek”.³⁸² A amizade “nunca desmentida” de Kubitschek por Portugal deu “um grande impulso às relações entre os dois países até à crise provocada pelo asilo político concedido a Humberto Delgado”.³⁸³

Juscelino Kubitschek de Oliveira assumiu a Presidência do Brasil a 31 de janeiro de 1956, eleito pela coligação partidária PSD-PTB, em outubro de 1955. Segundo William da Silva Gonçalves, Kubitschek soube aproveitar e explorar com perspicácia as conjunturas internas e

³⁸⁰ Pereira, Bernardo Futscher, (2017), “O Tratado de Amizade e Consulta com o Brasil” in *Crepúsculo do Colonialismo – A diplomacia do Estado Novo (1949-1961)*, Lisboa, D. Quixote, p. 80.

³⁸¹ Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “O Tratado de Amizade e Consulta e a Comunidade Luso-Brasileira” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, pp. 110 e 111.

³⁸² Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “O asilo do general Humberto Delgado” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, p. 228.

³⁸³ Pereira, Bernardo Futscher, (2017), “O Tratado de Amizade e Consulta com o Brasil” in *Crepúsculo do Colonialismo – A diplomacia do Estado Novo (1949-1961)*, Lisboa, D. Quixote, p. 81.

externas que se lhe ofereceram.³⁸⁴ O futuro político do Presidente passava, principalmente, pela promoção do desenvolvimento económico do Brasil. Kubitschek empreendeu uma política externa em “zigzague” uma vez que não “[hesitou] em acompanhar ocidentalistas e nacionalistas sempre que isso lhe parecia o mais indicado à prosperidade do país”.³⁸⁵ A partir do governo de Kubitschek, e com a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta, Portugal passou a exercer fortes pressões para que o Brasil o acompanhasse na defesa do Ultramar, nas Nações Unidas.³⁸⁶ O grande objetivo da diplomacia portuguesa, após a ratificação do Tratado de Amizade, “não foi difícil de ser cumprido”, mesmo apesar das mudanças que o suicídio do Presidente Vargas em 1954 provocou.³⁸⁷ No espírito deste tratado, um telegrama de 24 de agosto de 1957, referia o pedido de Portugal para uma reunião com o Brasil, “não só para conversas sobre relatórios duma e de outra parte para aplicação do Tratado de Amizade como acerca [das] respetivas posições em face [aos] problemas [que] vão ser debatidos [na] próxima Assembleia [das] Nações Unidas e, duma maneira geral, sobre problemas que entendemos ser de interesse comum.” Para Portugal, “seria conveniente conhecer desde já se [o] Itamaraty [desejava] abordar nas conversas previstas algum preciso ponto que (...) não teremos talvez antecipado, embora consideramos estarem no âmbito das conversas todos os assuntos de interesse comum dentro (...) sobretudo do espírito do Tratado de Amizade e Consulta”.³⁸⁸

A 15 de abril de 1957, o jornal “O Século” transmitia um anúncio do Presidente Juscelino Kubitschek, “Na presença do Sr. General Craveiro Lopes serão promulgados, no Rio, os primeiros actos regulamentando o Tratado de Amizade e Consulta luso-brasileiro – anunciou o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira”. O Presidente do Brasil acreditava que a visita do

³⁸⁴ Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “Brasil e Portugal no sistema internacional” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, pp. 51 - 54

³⁸⁵ Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “Brasil e Portugal no sistema internacional” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, p. 69.

³⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 85.

³⁸⁷ Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “O Tratado de Amizade e Consulta” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, p. 109

³⁸⁸ MNE. Telegrama expedido nº 238 da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 24 de agosto de 1957. Cota PEA 177-A, C. E.40.P2/2082

Presidente português ao Brasil “se associará, de maneira indelével, à execução do Tratado de Amizade e Consulta”.³⁸⁹

O Relatório Confidencial da Comissão encarregada de estudar a forma de dar execução, em Portugal, ao Tratado de Amizade e Consulta luso-brasileiro, encontrava-se dividido em dois grandes temas: a primeira parte sobre os pressupostos mais burocráticos de aplicação do Tratado, seus antecedentes, entrada em vigor e princípios que deveriam orientar a sua, e uma segunda parte dedicada ao livre-trânsito de portugueses e brasileiros, livre entrada e saída e domicílio, facilidades comerciais e financeiras. Este documento continha as principais alterações ao relatório da comissão com o mesmo nome. A Parte I era a parte importante para referência neste capítulo, uma vez que continha algumas informações anteriores ao próprio Tratado como o Projeto de decreto-lei brasileiro, de maio de 1944, sobre o estatuto dos portugueses no Brasil ao qual o governo português respondeu com um Projeto de Convenção, de 7 de outubro do mesmo ano. Depois de vários projetos e contraprojetos, em 1951, apareceu um projeto brasileiro de Convenção de Amizade e Consulta. Depois de o Tratado ser assinado entre os dois países, a entrada em vigor do tratado aconteceu a 4 de janeiro de 1955 “data da troca, em Lisboa, dos respetivos instrumentos de ratificação”, uma vez que na Constituição portuguesa “deve entender-se que os tratados e convenções internacionais, uma vez entrados em vigor, se integram *ipso facto* na nossa legislação interna, devendo, em consequência, ser imediatamente aplicados pela administração e pelos tribunais”. O governo brasileiro entendia que “a promulgação do tratado determina a sua incorporação automática no direito interno brasileiro, devendo as suas disposições revogarem as leis já existentes que lhes forem contrárias”. O restante conteúdo desta primeira parte continha explicações importantes de artigos do tratado em relação à permanência ou prisão de portugueses no Brasil ou as vantagens de brasileiros em Portugal.³⁹⁰

Foi a 11 de junho de 1957 que os Presidentes da República portuguesa e brasileira concordaram, em declaração conjunta, na criação de uma Comissão Mista Brasil-Portugal, “destinada a estudar e entrosar os trabalhos das Comissões Nacionais brasileira e portuguesa, visando a imediata aplicação do Tratado”.³⁹¹ Segundo William da Silva Gonçalves, a criação da Comissão Mista Brasil-Portugal “representou largo triunfo dos sectores ocidentalistas sobre

³⁸⁹ MNE. Serviços de Imprensa “*O Século*”, de 15 de abril de 1957. Cota PEA M169 A 2º piso. C.E39.P7/2062

³⁹⁰ MNE. Relatório Confidencial da Comissão encarregada de estudar a forma de dar execução, em Portugal, ao Tratado de Amizade e Consulta luso-brasileiro. Cota PEA M.177C.E.40.P2/2081

³⁹¹ MNE. CTAP - Decreto 41662, de 11 de junho de 1957. Cota PEA 177-A, C. E.40.P2/2082

os nacionalistas”.³⁹² A política externa do governo de Kubitschek definiu-se como sendo “cheia de ambiguidades (...), descompassos e contradições” e as relações bilaterais com Portugal “constituíram uma manifestação da disputa político-ideológica que polarizou a sociedade e as instituições governamentais brasileiras, opondo, de um lado, nacionalistas e ocidentalistas, do outro.” O setor nacionalista nasceu durante o último governo de Vargas, sendo que um dos acontecimentos que o originou foi o seu suicídio, em 1954. Após este acontecimento, todos os grupos que “rejeitavam as teses liberais clássicas como parâmetro teórico para o desenvolvimento brasileiro” uniram-se. Dos ocidentalistas faziam parte os setores liberais. Estes pretendiam que o Estado não interviesse na economia, defendendo, pelo contrário, a abertura do Brasil à entrada de capitais estrangeiros. Politicamente eram anticomunistas e defendiam o alinhamento com os Estados Unidos no campo internacional.³⁹³

Após a Segunda Guerra Mundial, o Itamaraty manteve o seu perfil conservador tentando acompanhar a hegemonia norte-americana. Ministros das Relações Exteriores como Raul Fernandes, João Neves da Fontoura, Macedo Soares e Vicente Ráo “cultivaram a aliança política com Portugal, sensíveis que eram aos esforços da diplomacia portuguesa e às pressões da colônia de imigrantes”, fazendo concessões aquando do Tratado de Amizade e Consulta e apoiando a pretensão de Portugal no sentido de manter a sua soberania em Goa. Foi com “Dona Odette”³⁹⁴, líder dos ocidentalistas do Itamaraty, entre 1956 e 1958, que o “conservadorismo do Ministério mais se pronunciou e que as relações com o Brasil foram mais favoráveis a Portugal”.³⁹⁵ No final dos anos 50, com a saída de Odette de Carvalho e Sousa, a política externa

³⁹² Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “O asilo do general Humberto Delgado” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, p. 229

³⁹³ Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “Itamarati e Catete: ocidentalismo versus nacionalismo” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, p. 165 -167

³⁹⁴ “Foi no período que Odette de Carvalho e Sousa ocupou a chefia do Departamento Político e Cultural do Itamaraty (Junho de 1956 a Julho de 1958), que o conservadorismo do ministério mais se pronunciou e que as relações com o Brasil foram mais favoráveis a Portugal. (...) Dona Odette – como era chamada pelos diplomatas portugueses (...) mantinha os diplomatas portugueses sempre bem informados a respeito das decisões brasileiras, habilitando-os a acompanharem atentamente todos os passos da diplomacia brasileira e a agirem prontamente, segundo as conveniências de Lisboa.” In Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “Itamarati e Catete: ocidentalismo versus nacionalismo” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, p. 176

³⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 175

brasileira sofreu uma transformação tornando-se “mais pragmática e orientada para o desenvolvimento do país”.³⁹⁶

De referir que a 10 de julho de 1958, o antigo Embaixador do Brasil em Portugal, João Neves da Fontura, revelava ao Embaixador Manuel Rocheta, que tinha apreciado “o teor das instruções baixadas pelo Senhor Ministro Paulo Cunha, a revelar a excelência do seu conhecimento com os problemas da intimidade luso-brasileira. A extensão do Tratado a todo o (...) “império português” é uma das felizes formas de dar-lhe maior utilidade e robustecer-lhe a importância internacional”.³⁹⁷ A 21 de julho do mesmo ano, o Embaixador Manuel Rocheta, respondeu expressando a sua gratidão pelo “registar [da] aprovação” deste Embaixador que possuía um largo conhecimento sobre o tema principalmente devido à “grande e decisiva parte que lhe coube na elaboração do Tratado” que “dão especial autoridade e interesse às suas observações”. As duas cartas anteriormente referidas seguiram para Portugal a 26 de julho do mesmo ano, numa cópia de serviço.³⁹⁸

Através do Tratado de Amizade e Consulta institucionalizou-se a comunidade luso-brasileira, cuja ideia já “existia no espírito de muitos intelectuais de ambos os países, apesar de algumas correntes nacionalistas e antiportuguesas surgidas no Brasil”.³⁹⁹ Um relatório anual de junho de 1957, referente ao ano de 1956, com o título de “Breves considerações sobre a comunidade luso-brasileira – seu aspeto político” retorna aos Descobrimentos e à chegada dos portugueses ao Brasil para mostrar o nascimento da comunidade luso-brasileira. Foi no dia 4 de janeiro de 1955 que se deu a ratificação do Tratado em Lisboa, e, desta forma, os governos dos dois países foram “protagonistas de um facto que passará à História”. Este tratado tornava-se um passo decisivo para “os interesses da comunidade” uma vez que equiparava nacionais dos dois países. Por outro lado, este tratado, além de matéria relativa ao momento presente, abria novas possibilidades em relação ao futuro. Segundo o relatório anteriormente mencionado poderia “caber a esta comunidade o papel de primeira importância na política internacional” e um “autêntico baluarte da civilização ocidental”.⁴⁰⁰

Um ano depois, em julho de 1958, as informações que chegavam de Brasília confirmavam a resistência de alguns setores mais novos do Itamaraty e do Catete em relação ao Tratado,

³⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 186

³⁹⁷ MNE . Cópia de Serviço nº 512, de 26 de julho de 1958. Cota PEA 177-A, C. E.40.P2/2082

³⁹⁸ MNE. Cópia de Serviço nº 512. Cota PEA 177-A, C. E.40.P2/2082

³⁹⁹ Magalhães, José Calvet de, (1997) “Tratado de Amizade e Consulta de 1953”, in *Relance Histórico das Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras*, Quezta Editores, Lisboa, p. 63

⁴⁰⁰ MNE. Relatório Anual de 1956, Diamantino Real. Cota PEA M169 A 2º piso. C.E39.P7/2062

mesmo com a promoção da Comissão Mista para o estudo das medidas a implementar. Estes setores não eram “muito lusófilos”, no entanto, “[os] sentimentos gerais do Brasil e do Governo continuavam evidentemente os mesmos”.⁴⁰¹ “Dona Odette”, líder dos ocidentalistas do Itamaraty, “não queria desanimar-nos, pois continuava acreditando [que o] resultado final seria favorável [para a] Comunidade Luso-Brasileira. Mas [o] momento [da] sua realização parecia-lhe mais demorado”. No entanto, “[o] Presidente Kubitschek mostrou-se muito interessado em apressar a questão” da resolução do Tratado de Amizade, tendo encaminhado o projeto português para o novo Ministro das Relações Exteriores.⁴⁰²

O Tratado de Amizade e Consulta foi o tratado que deu forma às relações luso-brasileiras ao longo da década de 50. Apesar dos avanços e recuos na regulamentação deste tratado, este marcou o final de uma época onde as relações culturais entre os dois países se encontravam fortalecidas, principalmente com elementos que auxiliavam a aproximação de Portugal ao Brasil e vice-versa. A maioria das administrações brasileiras ao longo da década abordada nesta dissertação acabou por beneficiar Portugal e manter-se ao lado do regime de Salazar, incluindo nas organizações criadas no imediato pós-guerra. Presidentes brasileiros como Getúlio Vargas, Café Filho e Juscelino Kubitschek mantiveram uma política externa de aproximação intensa a Portugal. Um dos aspetos mais importantes a ter em atenção em relação ao Tratado de Amizade e Consulta, foi a utilização do Acordo ortográfico de 1945 para a redação do tratado. Este acordo foi assinado num período de grande cooperação cultural luso-brasileira, ainda com Getúlio Vargas no poder. Durante os anos 50 procedeu-se à regulamentação do Tratado de Amizade e, a partir dos anos 60, uma nova época se iniciou, com o Brasil a não apoiar Portugal externamente nas Nações Unidas.

⁴⁰¹ MNE. Telegrama recebido nº 96, da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 8 de julho de 1958. Cota PEA M. 177 C.E40.P2/2081

⁴⁰² MNE. Telegrama recebido nº 97, da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 9 de julho de 1958. Cota PEA M. 177 C.E40.P2/2081

CONCLUSÃO

Esta dissertação de mestrado foca-se nas relações culturais luso-brasileiras, entre o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e o Tratado de Amizade e Consulta, assinado entre Portugal e o Brasil, em 1953.

A política externa portuguesa durante o Estado Novo de Salazar baseava-se em três importantes setores: “a defesa do império colonial português, a libertação da influência espanhola e a procura de apoio junto da Inglaterra e do Brasil”.⁴⁰³ A rede diplomática portuguesa demonstrava as referências portuguesas anteriormente citadas, com as três mais importantes embaixadas sediadas em Londres, Madrid e no Rio de Janeiro. Desta forma, o posto de Embaixador do Brasil era um posto importante para Portugal, principalmente com Getúlio Vargas no poder, uma vez que foi com este Presidente que se idealizaram projetos como as convenções ortográficas de 1943 e 1945 ou o projeto de estatuto especial dos portugueses no Brasil, foco dos subcapítulos sobre o Acordo Ortográfico de 1945 e o Tratado de Amizade e Consulta de 1953, existentes nesta dissertação.

A partir de 1945, com o final da Segunda Guerra Mundial, foi essencial para os regimes autoritários modificarem-se para garantir a sua sobrevivência. No caso do Brasil, com o exílio de Getúlio Vargas e a marcação de eleições presidenciais, o regime democratizar-se-ia. Esta transição para a democracia foi, no entanto, controlada pelas forças que tinham sustentado o Estado Novo de Vargas. Prova disso é o mandato do Presidente Dutra, responsável pelo Ministério da Guerra durante a governação varguista.

Em relação aos órgãos repressivos brasileiros, como é o caso do Departamento de Imprensa e Propaganda, o decreto que oficializa o seu término veio a público em maio de 1945. Durante o seu funcionamento, uma das principais ações deste órgão era a ação censora, para além da de propaganda política. No entanto, com a sua extinção, a existência de um instrumento semelhante foi colocada de lado, apesar da criação do Departamento Nacional de Informações – DNI, no mesmo decreto que ditou a extinção do DIP. Este novo departamento funcionou até setembro de 1946 durante o governo de Dutra. De referir que, após 1945, continuava a existir censura prévia. Até à sua extinção, o DIP censurava o teatro, o cinema, a rádio, a literatura, a imprensa e as atividades recreativas e desportivas. Após a queda de Vargas, o Presidente

⁴⁰³ Sobre Política Externa Portuguesa ver Teixeira, Nuno Severiano, “Entre a África e a Europa: A política externa portuguesa 1890-2000”, in Pinto, António Costa (coord.), (2005), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 87 - 116

interino, José Linhares, regulamentou o Serviço de Censura de Diversões Públicas. Inicialmente, este serviço fazia parte do Departamento de Segurança Pública e, mais tarde, ficou subordinado ao Departamento de Polícia Federal, pelo decreto 20.493 de janeiro de 1946. Sabe-se que, apesar de este ser um campo ainda pouco estudado na historiografia brasileira, não existiu um instrumento de propaganda semelhante ao DIP depois do seu encerramento, até ao mandato do Presidente Médici (1969-1974), durante a Ditadura Militar brasileira.

Por seu lado, também o regime português sentiu a necessidade de se adaptar à nova realidade internacional, se bem que fazendo apenas algumas alterações superficiais. Em 1944, o Secretariado de Propaganda Nacional mudou de nome e passou a ser designado por Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo – SNI. Fernando Rosas afirma que esta mudança só aconteceu devido ao conflito mundial, no entanto, apesar da mudança no nome, manteve o mesmo diretor, António Ferro. O SNI foi um organismo diferente do inicial porque pôde atuar em campos onde o anterior não podia, em setores como a censura, a rádio e o turismo. Em 1949, o diretor António Ferro deixou o cargo, sendo, segundo Adinolfi, vítima do pós-guerra que colocou em causa “o regime e a sua estética”.⁴⁰⁴ Analisando concretamente estes dois instrumentos, parte essencial dos regimes estado-novistas, compreendemos que apenas um dos instrumentos de propaganda sobreviveu, o SPN/SNI. Este foi obrigado a modificar-se, adquirindo nova estética, mas mantendo, no que era fundamental, os mesmos princípios repressivos e de censura.

A existência destes dois instrumentos de propaganda até 1945 - e no caso do SPN, depois disso - leva-nos ao único acordo firmado no período definido por esta dissertação, que foi realmente assinado entre os órgãos de propaganda dos regimes referenciados como Estado Novo, dos dois lados do Atlântico: o Acordo Cultural de 1941. Este acordo deu origem à revista *Atlântico*, uma publicação semestral dedicada à cultura e literatura luso-brasileiras, publicada entre 1942 e 1950. A partir de 1945, em pleno pós-guerra, poderia ter-se colocado em causa a continuação desta revista luso-brasileira, principalmente devido às mudanças ocorridas no Brasil, com o final do Estado Novo e chegada da democracia, através da presidência do Marechal Eurico Gaspar Dutra. No entanto, mesmo apesar das mudanças políticas ocorridas no Brasil, houve um esforço para que a revista se mantivesse por ser uma forma de cooperação cultural e intelectual luso-brasileira. A revista *Atlântico* era um dos garantes da intensa

⁴⁰⁴ Adinolfi, Goffredo, “António Ferro e Salazar: Entre o Poder e a Revolução”, in Pinto, António Costa e Francisco Palomanes Martinho, (orgs.), (2008), *O Corporativismo em Português – Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*. Lisboa, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, p. 136.

cooperação cultural entre os dois países. Para a abordagem deste capítulo utilizaram-se dois escritores portugueses, José Osório de Oliveira e João de Castro Osório, que se encontravam muito interessados em explorar a literatura e culturas brasileiras, dando um ênfase enorme à cultura luso-brasileira. Muitos dos seus artigos na *Atlântico*, no período definido, demonstravam este propósito de manter os dois países mais ligados nas letras.

José Osório de Oliveira demonstrou ser um dos escritores portugueses mais dedicados ao estreitar das relações luso-brasileiras no início do século XX, delegando em si o papel de divulgador da literatura e cultura brasileiras em Portugal. Já o seu irmão, João de Castro Osório, tem um papel de extrema importância uma vez que era um escritor solicitado pelo Secretariado Nacional de Informação, dirigido por António Ferro até ao final dos anos quarenta. Desta forma, compreende-se que João de Castro Osório foi um intelectual que fez carreira promovendo o regime salazarista através das suas obras literárias, como ensaios políticos e culturais. Concluindo, os dois autores escolhidos como análise no capítulo, faziam parte de um grupo restrito, de elite, em termos de educação e de relações, que circulava em torno de António Ferro e que tinham um acesso direto à revista e à sua audiência. Através da análise dos seus artigos, percebe-se que José Osório de Oliveira foi realmente um dos maiores divulgadores da cultura brasileira em Portugal, sediando esta sua vontade numa das revistas que tencionava “revelar Portugal novo aos brasileiros. Revelar o novo Brasil aos portugueses”.⁴⁰⁵ O autor abordou, em todos os números, algum artigo referente ao tema da cultura luso-brasileira. Também João de Castro Osório publicou grandemente nesta revista, sendo que os temas que abordou foram mais variados, principalmente focando a poesia ou a literatura. No entanto, em alguns dos seus artigos também podemos compreender a importância que dá às relações culturais luso-brasileiras e à aproximação literária entre os dois países.

A questão ortográfica entre os dois países durante o período 1945-1953 foi, também, escolhida como uma das linhas de análise das relações culturais luso-brasileiras nesta dissertação. Desde os anos trinta que intelectuais dos dois países tencionavam aproximar-se em termos linguísticos, com a fixação e uniformização da ortografia da língua portuguesa. Para que este objetivo fosse cumprido juntaram-se duas entidades, uma brasileira e outra portuguesa: a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa. A 30 de abril de 1931, beneficiando do clima de aproximação luso-brasileira com Getúlio Vargas no poder, foi assinado um Acordo Ortográfico simultaneamente em Portugal e no Brasil. Apesar da existência de um acordo, as divergências e os desacordos persistiram até que, nos anos quarenta,

⁴⁰⁵ Biblioteca Nacional de Portugal, Revista *Atlântico*, Cota J5310B. “Notas”, nº 1, de maio de 1942.

se organizou a vinda a Lisboa de uma delegação para negociar uma convenção ortográfica que regulasse os sistemas ortográficos. Esta convenção foi assinada em Lisboa em dezembro de 1943 e deu origem ao Acordo Ortográfico de 1943, tido como um prolongamento do anteriormente assinado em 1931. Dois anos mais tarde, com a permanência dos problemas ortográficos, os governos português e brasileiro, decidiram elaborar uma nova convenção, assinada em Lisboa em 1945. Durante este período, o grande defensor da realização da questão ortográfica luso-brasileira foi João Neves da Fontoura, Embaixador brasileiro em Portugal e, mais tarde, Ministro das Relações Exteriores brasileiro. O final do Estado Novo brasileiro, em 1945, trouxe um arrefecimento à aproximação ortográfica luso-brasileira uma vez que o novo Presidente, Eurico Gaspar Dutra, informava o Embaixador Martinho Nobre de Mello, de que o governo brasileiro teria que submeter os decretos para aprovação dos acordos de 1943 e 1945. Já com o regresso de Vargas à Presidência, em 1951, o Congresso brasileiro não aprovou a Convenção de 1945. No entanto, e tal como referido anteriormente, com Getúlio Vargas no poder, “as divergências na aplicação do sistema ortográfico nos dois países não arrefeceram as iniciativas de aproximação cultural luso-brasileira”, principalmente através da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta, em 1953, que será posteriormente referido. Este tornou-se “uma espécie de produto final deste período de intensa aproximação cultural luso-brasileira”.⁴⁰⁶ A questão ortográfica permaneceu por resolver durante todas as décadas posteriores à estudada nesta dissertação, chegando esta questão aos nossos dias.

O primeiro Presidente eleito após o Estado Novo de Vargas nas primeiras eleições, em 1945, foi o General Eurico Gaspar Dutra. O governo deste Presidente desenvolveu uma política externa de alinhamento com os Estados Unidos da América, esperando continuar a beneficiar com esta aproximação, tal como tinha acontecido durante a Segunda Guerra Mundial com a participação do Brasil. Desta forma, a aproximação a Portugal ficou num plano secundário, algo visível na diminuição da intensidade nas relações culturais luso-brasileiras. Foi, no entanto, durante a sua Presidência, que se firmou o Acordo de Cooperação Intelectual entre Portugal e o Brasil, em dezembro de 1948. Este foi um dos únicos acordos assinados durante a Presidência de Dutra que ficou marcada pela paragem nas negociações do Acordo Ortográfico de 1945 e pela impaciência demonstrada por Salazar, o Presidente do Conselho português. Foi só a 7 de setembro de 1966 que se assinou um novo acordo, que abrangia “novos setores de cooperação

⁴⁰⁶ Schiavon, Carmen G. Burget, (2007), *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*, Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História, p. 126.

cultural, como o cinema, a rádio e a televisão, e alargando as medidas de cooperação aos organismos de carácter privado”.⁴⁰⁷

Foi no início dos anos cinquenta que Getúlio Vargas concorreu e venceu as eleições presidenciais brasileiras e sucedeu na presidência a Dutra. Para Portugal, o retorno de Getúlio Vargas à Presidência do Brasil era importante, uma vez que a política externa getulista foi marcada, também, pela aproximação aos Estados Unidos, mas, sobretudo, pela reaproximação a Portugal. Com o suicídio de Vargas, em agosto de 1954, o até aí vice-Presidente, Café Filho, assume a presidência brasileira. Café Filho manteve os ideais de política externa de Vargas, principalmente em relação às relações luso-brasileiras. Também Kubitschek, eleito para a Presidência em 1956, era considerado “amigo de Portugal”.

A escolha do Tratado de Amizade e Consulta Luso-Brasileiro, assinado em 1953, entre Portugal e o Brasil, como um dos pontos fortes nas relações culturais luso-brasileiras, assinalou-se devido à importância do estabelecimento formal da comunidade luso-brasileira. É com o artigo VIII deste Tratado que se consegue compreender a vontade expressa dos dois países no desenvolvimento do progresso, harmonia e prestígio da comunidade luso-brasileira no mundo. No entanto, o Tratado de Amizade e Consulta possuía um maior alcance do que apenas o estabelecimento jurídico da comunidade luso-brasileira. Este tratado deu forma às relações entre Portugal e o Brasil ao longo da década de 50. O final dos anos cinquenta, para Portugal, significou o início dos problemas em relação aos movimentos de descolonização pelo início da guerra colonial em territórios das antigas colónias em África. Segundo Thiago Carvalho, a diplomacia portuguesa entendeu que o governo brasileiro poderia vir a estar ao seu lado no que respeita às políticas ultramarinas servindo-se do conceito da comunidade luso-brasileira criado com o Tratado de Amizade e Consulta. Desta forma, o Brasil foi o aliado preferencial de Portugal ao longo da década de cinquenta, principalmente na defesa internacional das colónias portuguesas, nas Nações Unidas, enquanto Portugal resistia aos movimentos anticolonialistas. Em 1955, com a entrada nas Nações Unidas, Portugal precisou, ainda mais, do apoio dado pelo Brasil e pelos Estados Unidos, uma vez que esta entrada coincidiu com a Conferência Afro-Asiática de Bandung, fundadora da ideia de Terceiro Mundo e de solidariedade entre os países afro-asiáticos. Tal como Gonçalves da Silva afirma na sua obra, as relações entre Portugal, os Estados Unidos e o Brasil, eram “um tripé diplomático que, com Kubitschek na presidência do

⁴⁰⁷ Magalhães, José Calvet de, “As relações culturais recíprocas do século XX”, in Amado, Luiz Cervo e José Calvet de Magalhães, (2000), *Depois das caravelas, As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Edição do Instituto Camões, p. 288.

Brasil, tinha tudo para dar bons resultados” na perspectiva de Lisboa.⁴⁰⁸ Já nos anos sessenta, com as eleições de 1961 de John Kennedy, nos Estados Unidos, e Jânio Quadros, no Brasil, e com o início da luta armada nas colónias, “essa articulação defensiva (...) começou a ruir”. Até aos anos sessenta, Portugal tinha conseguido “realizar o que os ideólogos do Estado Novo consideravam o ponto ótimo da diplomacia portuguesa: amizade consciente com a Inglaterra e fraternidade sincera com o Brasil”.⁴⁰⁹ Segundo António Telo, o Tratado de Amizade e Consulta “cairia um pouco no esquecimento depois de 1960, quando esfriam as relações entre os dois estados”, mas “renasceu das cinzas com grande força” depois da mudança de Portugal para a democracia. Nesta altura foi “apresentado como um modelo de entendimento nas relações de Portugal com o mundo de língua portuguesa e como pilar central de um novo bloco actuante em termos internacionais, conceito que deu origem à formação da CPLP anos mais tarde”.⁴¹⁰

Assim, julgamos ter demonstrado ao longo da dissertação, que as relações culturais luso-brasileiras, apesar de estarem dependentes das orientações gerais dos regimes vigentes em ambos os países, se mantiveram como algo relevante na política externa portuguesa e brasileira. Portugal terá sido sempre o principal instigador de avanços nesse campo, conferindo às relações luso-brasileiras, também no campo cultural, uma posição central. Do lado brasileiro, apesar de algumas hesitações, nomeadamente durante a Presidência Dutra, percebemos que houve igualmente alguma simpatia para com o regime português. No entanto, os caminhos seguidos pelos regimes políticos de Portugal e Brasil, no pós-Segunda Guerra, acabaram por, de algum modo, esfriar essas relações também ao nível cultural, sendo o exemplo mais claro disso a questão do Acordo Ortográfico. No período analisado nesta dissertação, terá sido o Tratado de Amizade e Consulta que representou o auge nas relações culturais luso-brasileiras. Este tratado de 1953 demonstrava a vontade de ambos os Estados de consolidarem a existência da Comunidade Luso-Brasileira, algo que poderia posteriormente ser aproveitado internacionalmente, sobretudo pelo Estado Novo português.

⁴⁰⁸ Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “O Tratado de Amizade e Consulta e a Comunidade Luso-Brasileira” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, p. 111

⁴⁰⁹ Gonçalves, Williams da Silva, (2003), “Portugal e o Brasil no sistema internacional” in *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, p. 85

⁴¹⁰ Telo, António José (org.), (2001), *António de Faria*, Coleção Diplomatas Portugueses, Edições Cosmos, Lisboa, p. 64

Do que foi dito atrás, são várias as linhas de investigação a explorar acerca deste tema. Não só fica a faltar uma ampla e detalhada exploração de todos os recursos arquivísticos e bibliográficos brasileiros, como também uma análise mais contextualizada entre as relações culturais e a dinâmica generalizada das relações luso-brasileiras. Sabemos, por vários trabalhos analisados nesta dissertação, que as relações entre Portugal e o Brasil constituíam um dos principais aspetos da política externa portuguesa. Nesse sentido, poderia ser interessante uma maior e mais profunda análise dessas relações no período do imediato pós-Segunda Guerra, acompanhando em detalhe as adaptações e alterações vividas nos dois lados do Atlântico nesse período.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Fontes de Arquivo

Arquivos da Torre do Tombo – Arquivo Oliveira Salazar e Arquivo do SPN/SNI. 1945-1953

Biblioteca Nacional de Portugal - Revista *Atlântico*, Cota J5310B. 1946-1950

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. 1945-1958

Legislação

Decretos-lei: Diário de Governo, I série, número 164, de sábado, 4 de agosto de 1951. Acordo de Cooperação Intelectual. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Câmara dos Deputados do Brasil. Decreto Legislativo nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20493-24-janeiro-1946-329043-publicacaooriginal-1-pe.html>. Consultado em setembro de 2017.

Senado Federal do Brasil. Secretaria Geral de Informação Legislativa – Atividade Legislativa. Decreto-lei nº 7.582, de 25 de maio de 1945. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=532679&id=14406234&idBinario=15770000&mime=application/rtf>. Consultado em setembro de 2017.

Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei nº 9.788, de 6 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19788.htm. Consultado em setembro de 2017.

Outras Fontes

"Rio Conference (1942)." Encyclopedia of Latin American History and Culture. *Encyclopedia.com*. Disponível em: www.encyclopedia.com/humanities/...and.../rio-conference-1942. Consultado em julho de 2017.

Academia Brasileira de Letras – Biografia João Neves da Fontoura. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/joao-neves-da-fontoura/biografia>. Consultado em agosto de 2017.

Academia Brasileira de Letras – Biografia Pedro Calmon. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D193/biografia>. Consultado em outubro de 2017.

Biblioteca Nacional de Portugal. Arquivo de Cultura Contemporânea Portuguesa. Coleções, “José Osório de Oliveira (1900-1964)”, (2004 – Atualizado em 16 de abril de 2004). Disponível em: http://acpc.bnportugal.pt/colecoes_autores/n24_oliveira_jose_osorio.html. Consultado em agosto de 2017.

Biblioteca Nacional de Portugal. Arquivo de Cultura Contemporânea Portuguesa. Espólios: “Osório, João de Castro (1899-1970)”, (2004 – Atualizado em 25 de maio de 2007). Disponível em: http://acpc.bnportugal.pt/espolios_autores/e43_osorio_joao_castro.html. Consultado em agosto de 2017.

Portal da Língua Portuguesa – O Acordo ortográfico de 1945. Decreto nº 35 228, de 8 de dezembro de 1945. Ministério da Educação Nacional, Secretaria Geral. Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo&version=1945>. Consultado em maio de 2017.

Universidade de Coimbra, (2017), Catálogo da Imprensa da Universidade de Coimbra. “João de Castro Osório: tragédia e política”. Autora: Ália Rosa C. Rodrigues. Disponível em: https://www.uc.pt/impressa_uc/catalogo/humanidades/joaocastroosorio. Consultado em agosto de 2017.

Fundação Getúlio Vargas, FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

“A Era Vargas: dos anos 20 a 1945 – Eduardo Gomes”, (sem data). Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/eduardo_gomes. Consultado em setembro de 2017.

“Factos e Imagens: artigos ilustrados de factos e conjunturas do Brasil – José Linhares”. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/jose_linhares. Consultado em setembro de 2017.

Araújo, Rejane, (sem data), “Factos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil” – “DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda”. Texto extraído do verbete Departamento de Imprensa

e Propaganda do Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP>. Consultado em janeiro de 2017.

Moreira, Regina da Luz, (sem data), Verbetes biográficos “Mesquita, Adroaldo”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/adroaldo-mesquita-da-costa>.

Consultado em setembro de 2017.

Moura, Gérson, (sem data), Verbetes temáticos “Washington, Acordos de”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/washington-acordos-de>. Consultado em

setembro de 2017.

Verbetes biográficos “Gracie, Samuel de Sousa Leão”, (sem data). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gracie-samuel-de-sousa-leao>.

Consultado em agosto de 2017.

Verbetes biográficos “Olegário Mariano Carneiro da Cunha”, (sem data). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/olegario-mariano-carneiro-da-cunha>.

Consultado em outubro de 2017.

Bibliografia

Adolfini, Goffredo, “António Ferro e Salazar: Entre o Poder e a Revolução”, in Pinto, António Costa e Francisco Carlos Palomanes Martinho, (orgs.), (2008), *O Corporativismo em Português – Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Vargasismo*, Lisboa, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, pp. 115 – 143.

Amado, Luiz Cervo e José Calvet de Magalhães, (2000), *Depois das caravelas - As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Edição do Instituto Camões.

Azevedo, Cândido, (1997), *Mutiladas e Proibidas: Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*, Editorial Caminho.

Bethell, Leslie, (2008), *Brazil since 1930. The Cambridge History of Latin America, Volume IX*, Cambridge: Cambridge University Press.

Carvalho, Thiago de Almeida, (2009), *Do Lirismo ao Pragmatismo: A dimensão multilateral das relações luso-brasileiras (1974-1976)*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE – Série D.

Ferreira, Nuno Estêvão, Rita Almeida de Carvalho e António Costa Pinto, “O «império do professor»: a elite ministerial de Salazar 1932-1944”, in Pinto, António Costa, (org.), (2012 – 1ª edição), *Governar em ditadura – Elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo*, Lisboa, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, pp. 129 – 143.

Gaspar, Carlos, “Organização das Nações Unidas (ONU)” in Barreto, António e Maria Filomena Mónica, (coord.), (1ª edição, 2000), in *Dicionário da História de Portugal*, Suplemento 8 F/0, Volume VIII, Lisboa, Figueirinhas, p. 672 – 678.

Gomes, Alex da Costa (2011), *Cultura Luso-Brasileira em perspetiva: Portugal, Brasil e o projeto cultural da revista Atlântico (1941-1945)*, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade de São Paulo. Orientadora: Prof. Dr.^a Elizabeth Cancelli.

Gomes, Angela de Castro, “Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: intelectuais e construção do mito Vargas”, in Pinto, António Costa e Francisco Carlos Palomanes Martinho (orgs.), (2008), *O Corporativismo em Português – Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Vargasismo*, Lisboa, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, pp. 85 – 113.

Gonçalves, Williams da Silva, (2003), *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal; Do Tratado de Amizade e Consulta ao Caso Delgado*, ICS – Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa.

Lucena, Manuel de, “Pereira, Pedro Teotónio” in Barreto, António e Mónica, Maria Filomena, (coord.). (1ª edição, 2000), *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento 9 P/Z, Volume IX, Lisboa, Figueirinhas, pp. 43 – 60.

Magalhães, José Calvet de, (1997), *Relance Histórico das Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras*, Quezta Editores, Lisboa.

Marcos, Daniel, (setembro de 2010), “Portugal e a Evolução do sistema defensivo europeu – A cimeira de Lisboa de 1952”, *Relações Internacionais*, nº 27, pp. 65 – 80.

Marcos, Daniel, (2014), “From the Atlantic to the Empire: Goa, Suez, and the emergence of the colonial issues in US-Portuguese relations” in *Between the Atlantic and the Empire: NATO as a framework for the Portuguese-American relations in early Cold War (1949-1957)*, *Journal of Transatlantic Studies*, 12:3, p. 331 – 336.

Medina, João, (dirigida), (sem data), *História de Portugal «O Estado Novo» II - Opressão e resistência*, volume XIII, Madrid, S.A.E.P.A.

Ó, Jorge Ramos do, (1992, 1ª edição), *Portugal e o Estado Novo*, in *Nova História de Portugal*, volume XII, Lisboa, Editorial Presença.

Ó, Jorge Ramos do, (1999), *Os Anos de Ferro – O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949*, Lisboa, Editorial Estampa.

Paulo, Heloísa, (1994), *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil – o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Livraria Minerva.

Pereira, Bernardo Futscher, (2017), *Crepúsculo do Colonialismo – A diplomacia do Estado Novo (1949-1961)*, Lisboa, D. Quixote.

Pimentel, Irene F, (2008), *A Mocidade Portuguesa Feminina*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

Pinto, Rui Pedro, (2008), *Prémios do Espírito - Um estudo sobre Prémios Literários do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo*, Lisboa, ICS – Imprensa das Ciências Sociais.

Raimundo, Orlando, (2015), *António Ferro. O Inventor do Salazarismo. Mitos e falsificações do homem da propaganda da ditadura*. Lisboa. D. Quixote.

Rego, A. Da Silva, (1965), *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama.

Rocha, Clara, (sem data), *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Rodrigues, Ália Rosa C., (2012), *João de Castro Osório: Tragédia e Política* (Estudos: Humanidades], Imprensa da Universidade de Coimbra.

Rodrigues, Luís Nuno (2002), *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, Lisboa, Biblioteca de História.

Rollo, Maria Fernanda, (2007), *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra – O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*, Coleção Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Série D.

Rollo, Maria Fernanda, “Plano Marshall” in Barreto, António e Maria Filomena Mónica (coord.), (1º edição, 2000), in *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento 9 P/Z, Volume IX, Lisboa, Figueirinhas, pp. 97 – 99.

Rosas, Fernando (coord.), (1994), *História de Portugal – O Estado Novo*, volume VII, Lisboa, Editorial Estampa.

Rosas, Fernando, (2012 - 1ª Edição), *Salazar e o poder: A arte de saber durar*, Lisboa, Tinta-da-China.

Schiavon, Carmen G. Burget, (2007), *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*, Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Skidmore, Thomas E., (1998), *Uma História do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

Skidmore, Thomas, (2007), *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

Sousa, Raquel S. Manadêlo, (2015), “José Osório de Oliveira e suas reflexões sobre a “moderna” literatura brasileira”, Revista *Desassossego*, 13, pp. 100 – 108.

Teixeira, Nuno Severiano, “Entre a África e a Europa: A política externa portuguesa 1890-2000”, in Pinto, António Costa (coord.), (2005), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 87 – 116.

Teixeira, Nuno Severiano, (1995), “Portugal e a NATO: 1949-1989”, *Análise Social*, volume XXX (133), nº4, p. 804-809.

Teixeira, Nuno Severiano, “Política Externa” in Barreto, António e Maria Filomena Mónica, (coord.). (1ª edição, 2000), in *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento 9 P/Z, Volume IX, Lisboa, Figueirinhas, pp. 116 – 122.

Telo, António José, “Aliança Luso-Britânica” in Barreto, António e Maria Filomena Mónica (coord.). (1ª edição, 2000), in *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento 7 A/E, Volume IX, Lisboa, Figueirinhas, pp. 85 – 87.

Telo, António, (sem data), *Portugal na Segunda Guerra*, Lisboa, Perspetivas e Realidades.

Telo, António José (org.), (2001), *António de Faria*, Coleção Diplomatas Portugueses, Edições Cosmos, Lisboa.

Torgal, Luís Reis (1989), *História e Ideologia*, Coimbra.

Torgal, Luís Reis, (2009), “Literatura e «cultura oficial» no Estado Novo” in *Estados Novos Estado Novo, Ensaios de História Política e Cultural*, volume 2, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 119 – 148.

Viera, Nayarada Silva, (2010), *Entre o imoral e o subversivo: a Divisão de Censura de diversões públicas (DCDP) no regime militar (1968-1979)*, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPHIS) da Universidade de Brasília (UNB) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Curriculum Vitae

INFORMAÇÃO PESSOAL

Rosa Ana dos Santos Rocha Pato

📍 Quinta das Drogas, praceta 1, nº 2, r/c Esq., 2615-377 Alverca do Ribatejo (Portugal)

☎ 219570902 📠 916854754

✉ rasrp06@gmail.com

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

16 mai 16–14 out 16

Estágio Curricular - Divisão de Bibliotecas e Arquivos

Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa (Portugal)

220 horas realizadas.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

10 set 12–17 jun 15

Licenciatura em História Moderna e Contemporânea

ISCTE-IUL, Lisboa (Portugal)

1 set 15–Presente

Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ramo de Relações Internacionais (a terminar)

ISCTE-IUL, Lisboa (Portugal)

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna português

Outras línguas

	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
inglês	B2	B2	B1	A2	B1

Níveis: A1 e A2: Utilizador básico - B1 e B2: Utilizador independente - C1 e C2: Utilizador avançado
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas